Quarta-feira, 16 de Setembro de 2015 III Série – N.º 180

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.150,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Wilizo Plugar, Limitada.

Yiema, Limitada.

Gina & Lefy, Limitada.

Organizações Nvala, Limitada.

Organizações Vagaf, Limitada.

R. Sakutambuca (SU), Limitada.

Los K's, Limitada.

E & Vicla, Limitada.

Casatrom, Limitada.

Conbus, Limitada.

Tala Caramelo (SU), Limitada.

EL'SPA — Gestão e Tratamento de Spa, Limitada.

Universal Quindala, Limitada.

Anzengo (SU), Limitada.

Mateus Silva & Filhos, Limitada.

Jatepal, Limitada.

Supertex, Limitada.

Grupo Marcodente, Limitada.

Sociedade Comercial Gira de Charme.

Tec-Dream, Limitada.

Queiroz Galvão Construções, Limitada.

Organizações Multicultura (SU), Limitada.

Organizações Delta Lucamba, Limitada.

Regional Serviços, S.A.

Bosul, S.A.

PHC Software, Limitada.

MARBALU — Águia, Limitada.

Cofergepo, S.A.

FUBELA, S.A.

Leve Away, Limitada.

Renx, S.A.

CONSTRUVIA — Construções e Estradas, Limitada.

Aromas da Terra, Limitada.

Centro de Conferências de Belas (SU), Limitada.

Da Silva Muiny (SU), Limitada.

Anjubig, Limitada.

André Cuanza, Limitada.

Pcarda, Limitada.

Organizações Eduardo Mangueira (SU), Limitada.

DEBICONTAS — Consulting and Finance, Limitada.

Cooperativa de Exploração Mineira o Brilho do Rio Luí, S.C.R.L.

Cooperativa Cunca-Mineiro, S.C. R. L.

Jó & Ser, Limitada.

Grupo Alsydi-Ngoma, Limitada.

J. LUÍS — Alumínios (SU), Limitada.

Cheidra Invest, Limitada.

Moisés & Palma, Limitada.

Jaime Dasilva & Filhos, Limitada.

TOOL BOX — Serviços de Engenharia e Sistemas Tecnológicos, Limitada.

O Degusto (SU), Limitada.

G. Jomof (SU), Limitada.

MIDAELA — Prestação de Serviços, Limitada.

Casa Amélia Cambamba (SU), Limitada.

Josocicamviscar (SU), Limitada.

Organizações Wassandra, Limitada.

Setuma Corporation (SU), Limitada.

PD.ACH — Perdidos & Achados, Limitada.

Isatima's Cozinha (SU), Limitada.

ERICSSAPA — Empreendimentos, Limitada.

Sala Vemba & Filhos, Limitada.

Casa Kimuichi, (SU), Limitada.

Franconsulting and Business, Limitada.

TURIARTE — Empreendimentos Turísticos e Artes, Limitada.

TECHILEVA — Prestação de Serviços e Comércio Geral (SU), Limitada.

Mário Ferreira (SU), Limitada.

VINAMB — Comércio e Serviços, Limitada.

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

«M.M.T.B.G. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».

«ANTÓNIO NKAU JÚNIOR — Prestação de Serviços».

«ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS — Prestação de Serviços».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

«VICENTE KUASSA — Comércio a Retalho».

«Maria José».

Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC.

«Fábio Manuel Viegas».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«Evaristo Félix».

«Martins Quituto».

«Francisco Lukombo Nduka».

Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

«Conceição João Luís Mendes».

Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje.

«Bernardo João Esteves Caputo».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

«V.L.Q.G. — Comércio e Restauração».

«RODRIGUES JOÃO KAPEMBA — Comércio a Grosso, Prestação de Serviços, Importação e Exportação».

Conservatória Registo Comercial de Lobito.

«Óptica, Relojoaria e Ourivesaria Sá de Maria Alice Madeira Cardoso».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas.

«Mário Jorge de Carvalho Adalberto Pinto».

«Masengu Mua Mpata».

«Teodora Mateus Dias dos Santos».

«Loide de Lemos Cadete Mariano».

«Neto José Dala».

«Moisés Alberto Quingue Bumba».

«Maria Casimiro Delfina Pedro».

«Diógenes Mondlane Costa dos Reis»

«Paulo Martins Domingos».

«Isabel de Almeida e Silva Fortunato».

«Nkoko Lama».

«João Micaela Vicente Domingos».

«Marcos Afonso».

«Romão Luis Gando de Azevedo Ferreira».

«Adriano Bento Gaspar».

«Neusa Fernando Cabonde».

«Margarida Maria Pedro».

«Dulcinia Inês Bento Alves de Lima da Silva».

«Frederico Kandjundu Tchiwaya».

«Nkutu Victor Garcia Lukoki».

«Nascimento Bernardo Panda».

«João Miguel».

«Dianini Fernandes da Cunha».

«António Miguel Morais».

«Razão João Massonito».

«Carlos Alfredo Albino».

«Ana Maria Brandão Cahalo».

«Edilson Gilberto Justino Manuel».

«Franqueira Zeferino Viega».

«Ananias Mateus Francisco Gonçalves».

«Cristina Ekuva Candeia».

«Luís Muturi Chimina».

«Martins Massua».

«Miguel Severino».

«Augusto Armando Manuel».

«Adilson Manuel Paulo».

«António Sapalo Paulo».

«Conceição Pedro Francisco Daniel».

«Maria Filomena Vaz Contreiras».

«Monteiro Bunga».

«Pascoal Alberto Jorge».

«Matondo Matano».

«Jacilda Marlice Quisa Pinto».

«Fernando Francisco António»

«Álvaro Maingui Dungue».

«Kingebeni Hordi Lumeca».

«Maria António Filho».

«Domingos Benjamim Malungo».

«Maria Manuela Domingos Matari».

«Gerson Manuel Gola Mucaji».

«Yuma Barbosa Cid Baptista dos Santos».

«Horácio Lourenço Sabino».

«Joaquim Fernando».

«Monteiro António Gabriel».

«Nayr Flávia Monteiro Diogo Lima».

«José Francisco Garcia»

«Tuka Fula Camioca Quiangala».

«Alfredo Eugénio Zua Neves».

«Eliseu Chissolossi Senje».

«Jorge Paulo Aragão Uzo».

«Filomena Paula Frazão Barbêdo».

«Paulo dos Santos Rodrigues Vilar».

«Isidro Manuel Fonseca».

«Maria Tchemba Jacob Albino».

«Joaquina Manuel Jacasso».

«Helena Marlene Sanjengo Chambata».

«Bernardo Ukweseka Tchimuku».

«Yurguem Klismani Cruz Contreiras de Vasconcelos».

«Bibiana Gabriel Ngombo».

«Marcelina Gaspar Diogo».

«Engrácia Canga Lopes Pereira».

«Gaspar de Sousa».

«João António Fragoso Chingu».

Conservatória do Registo Comercial de Kwanza Sul — BUE de Porto Amboim.

«Marcelina João Correia».

«Humberto Monteiro Manuel Paulino».

«Eduardo Joaquim Francisco».

«Alda Uracelma Barbosa Lopes».

«Maria da Conceição Tomás André».

«Malawu Pedro».

«João Cussengueta».

«Marcelina Francisco Gonçalves Caetano».

«João Jacinto Serafim Sabino».

«Víctor Manuel Cafranca».

«Gisela Ana Cláudia Jorge Fernando».

«Mariquinhas Fernando Carlos de Oliveira».

«Jaime Hermenegildo Chilumbo Quessongo».

«Maria Amélia Mendes Adriano Paulino».

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I.

«Isabel Chitula Matito».

«Carlos Manuel Caponde».

«Francisco Corrente».

Conservatória do Registo Comercial de Kwanza Norte — BUE de Cazengo (Ndalatando).

«João José Gaspar da Silva».

«Jorge António João Ebo».

Wilizo Plugar, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 5, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Gaspar Mateus Zangão, solteiro, maior, natural de Tala Hadi, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município de Viana, Bairro Vila Nova, Sector I, Casa n.º 45;

Segundo: — Maria Francisca Gonçalves André, viúva, natural do Rangel, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município de Viana, Bairro Vila Nova, Casa n.º 45;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE WILIZO PLUGAR, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Wilizo Plugar, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Vila Nova, Casa n.º 45, Sector 1, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, hotelaria e turismo, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres, camionagem, transitários, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, venda de produtos farmacêuticos, serviços de saúde, perfumaria, agência de viagens, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, educação e ensino, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Gaspar Mateus Zangão e Maria Francisco Gonçalves André, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Gaspar Mateus Zangão, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente, para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9931-L15)

Yiema, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 55 do livro de notas para escrituras diversas n.º 26, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Maria Helena da Silva Lourenço, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro do Kilamba Kiaxi, Projecto Honjo-Heto;

Segundo: — Guiomar António da Costa, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Casa n.º 19, PR 1567, Zona 6;

Terceiro: — Yane Judson da Silva Correia, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Sapú, Rua Lobito, casa sem número;

Quarto: — Idilcio Juelson da Silva Correia, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Sapú, Rua Lobito, casa sem número;

Quinto: — Cristiane Estrela da Silva Marcolino, menor de 10 anos de idade, residente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Kilamba Kiaxi, Projecto Honjo-Heto;

Sexto: — Eduardo Etivandro da Silva Bento, menor de 5 anos de idade, residente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Kilamba Kiaxi, Projecto Honjo-Heto;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, 5 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
YIEMA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Yiema, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, Rua do Lobito, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres, camionagem, transitários, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração

mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, boutique, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, venda de produtos farmacêuticos, perfumaria, agência de viagens, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 6 (seis) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), equivalente a 50%, pertencente à sócia Maria Helena da Silva Lourenço, e 5 (cinco) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), equivalente a 10%, cada uma, pertencentes aos sócios Guiomar António da Costa, Yane Judson da Silva Correia, Idílcio Juelson da Silva Correia, Cristiane Estrela da Silva Marcolino e Eduardo Etivandro da Silva Bento, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Maria Helena da Silva Lourenço, que desde já fica nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. A sócia-gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9932-L15)

Gina & Lety, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Junho de 2015, lavrada com início a folha 1 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Maria Regina, solteira, maior, natural do Huambo, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Projecto Nova Vida, Zona 20, Rua 24, Casa n.º 764;

Segundo: — Leticia Weza Chivunda, menor de 17 anos de idade, natural de Luanda e convivente com a primeira sócia;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GINA & LETY, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Gina & Lety, Limitada», tem a sua sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Viana, Rua Campo Dourique Km 14-A, casa sem número, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais, por decisão da gerência ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

ARTIGO 3.º

1. Tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, comércio de produtos farmacêuticos, prestação de serviços, serviços de saúde, transportação pública e privada, aluguer de viaturas, fornecimento de materiais e produtos variados, decoração e realização de eventos, formação profissional, desinfestação, consultoria, restauração, hotelaria, turismo, salão de festas, construção civil e obras públicas, serviços de salão cabeleireiro, serviços de boutique, telecomunicação, consultoria financeira, indústria, fiscalização, agro-pecuária, pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, agricultura, floricultura, jardinagem, perfumaria, cultura, exploração de recursos minerais, exploração florestal, prestação de serviços de segurança privada, exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, educação e ensino, refrigeração de frio, auto electrónico e electromecânico indústria, importação e exportação, podendo exercer ainda a outras actividades desde que haja conveniência dos sócios e permitido por lei.

2. A sociedade pode no exercício da sua actividade, participar no capital social de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, ainda que o objecto social diferente, associar-se a quaisquer agrupamentos de empresas, consórcios ou associações em participação existentes ou a construir, bem como adquirir ou alienar a nacionais ou estrangeiros participações sociais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), equivalente a 80%, pertencente à sócia Maria Regina, outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), equivalente a 20%, pertencente à sócia Lecticia Weza Chivunda.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Maria Regina, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente, para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade alguns dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9933-L15)

Organizações Nvala, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 3 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Dinis António Domingos, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro do Kilamba Kiaxi, Zona 20, Casa n.º 28;

Segundo: — Firmino Domingos, solteiro, maior, natural de Alto Kauale, Província do Uíge, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Capolo 2, Zona 20, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ORGANIZAÇÕES NVALA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Nvala, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem «Loy», Casa n.º 321, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, venda de materiais de construções civil, venda de gás representações e gestão, prestações de serviço, pastelaria, cafetaria e decoração, restauração, construção civil e obras públicas, assistência técnica, informática, gestão de projectos, transporte, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, salão de cabeleireiro, boutique, telecomunicação, cyber café, equipamentos hoteleiros, salão de festa, formação profissional, consultoria financeira, fiscalização, educação e ensino, serviços de saúde, agro-pecuária, pescas, avicultura, talho, charcutaria, peixaria, gourmet, garrafeira, desinfestação, padaria, agricultura, floricultura, jardinagem, cultura, hotelaria e turismo, venda de material escolar e de escritório, relações públicos, exploração de recursos minerais, exploração florestal, segurança privada, venda de acessórios diversos, venda de produtos farmacêuticos, agência de viagens, gestão de empreendimento, exploração de bombas de combustíveis seus lubrificantes, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) equivalente a 50%, cada uma, pertencentes aos sócios Firmino Domingos e Dinis António Domingos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Dinis António Domingos, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente, para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor-

ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9934-L15)

Organizações Vagaf, Limitada

Certifico que, por escritura de 11 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 84 do livro de notas para escrituras diversas n.º 26, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Francisco Pinto, casado com Zenilda Maleca Pinto, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Zona Verde, casa sem número;

Segundo: — Gonçalo Avelino Lino, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Zona 6, casa sem número;

Terceiro: — Venâncio Hekele, solteiro, maior, natural da Ganda, Província de Benguela, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 39, Zona 3;

Quarto: — António Kwaly, solteiro, maior, natural da Ganda, Província de Benguela, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica Zona 3, Avenida 21 de Janeiro;

Quinto: — Frederico Dungula Mpeio, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 15 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES VAGAF, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Vagaf, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Bela Vista, Rua da Universidade Unibelas, casa sem número, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais, por decisão da gerência ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços no ramo de electricidade, comércio a grosso e a retalho, vestuários e assessórios, comércio de produtos farmacêuticos, pesca artesanal, confecção de vestuário e uniformes, indústria gráfica, transportação pública e privada, de aluguer de viaturas, de fornecimento de materiais e produtos variados, de pastelaria, decoração e realização de eventos, formação profissional, de desinfestação, de consultoria, restauração, hotelaria, turismo e de viagens, construção civil e obras públicas, prestação de serviços de assistência técnica e de informática, gestão de projectos, serviços de saúde, serviços de salão cabeleireiro, educação e ensino, serviços de boutique, telecomunicação, consultoria financeira, indústria, fiscalização, agro-pecuária, pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, agricultura, floricultura, jardinagem, perfumaria, cultura, exploração de recursos minerais, exploração florestal, prestação de serviços de segurança privada,

exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, refrigeração de frio, auto electrónico e electromecânico indústria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), equivalente a 20%, cada uma, pertencentes aos sócios António Francisco Pinto, Gonçalo Avelino Lino, Venâncio Hekele, António Kwaly e Frederico Dungula Mpeio, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Gonçalo Avelino Lino, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9935-L15)

R. Sakutambuca (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 2 do livro- diário de 16 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Maria Rosa Luís, solteira, maior, natural do Huambo, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro da Luz, Rua 15, Zona 6, casa sem número, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «R. Sakutambuca (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro da Luz, Rua 15, casa sem número, registada sob o n.º 721/15, que se vai reger pelo seguinte.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, 16 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE R. SAKUTAMBUCA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «R. Sakutambuca (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro da Luz, Rua 15, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, hotelaria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, consultoria, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes, camionagem, transitários, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, serviços de salão de cabeleireiro, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, venda de produtos farmacêuticos, agência de viagens, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Maria Rosa Luís.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia-única, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-9936-L15)

Los K's, Limitada

Certifico que, por escritura de 1 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 23 do livro de notas para escrituras diversas n.º 26, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Vidal Kiaku Kitoko, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município de Belas, Bairro Nova Vida, Casa n.º 434, Rua 34;

Segundo: — Dilson Zititi Kitoko, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda residente habitualmente em Luanda, Município de Belas, Bairro Nova Vida, Rua 34, Zona 20, Casa n.º 434;

Terceiro: — Hermenegildo Mossi Kitoko, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, resi-

dente habitualmente em Luanda, Município de Belas, Bairro Projecto Nova Vida, Rua 34, Zona 20, Casa n.º 434;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE LOS K'S, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Los K's, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Urbanização Nova Vida, Rua 34, Casa n.º 434, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio a grosso e a retalho, consultoria, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres, camionagem, transitários, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais boutique, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), equivalente a 40%, pertencente ao sócio Vidal Kiaku Kitoko e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), equivalente a 30% cada uma, pertencentes aos sócios Dilson Zititi Kitoko e Hermenegildo Mossi Kitoko respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercida pelos sócios Vidal Kiaku Kitoko e Dilson Zititi Kitoko, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9938-L15)

E & Vicla, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 7 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Edgar Filipe Santiago Gouveia, solteiro, maior, natural do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 20, Zona 9, Casa n.º 14;

Segundo: — Lánderson Marques Gouveia, menor de 3 anos de idade, natural de Luanda e convivente com o primeiro sócio;

Terceiro: — Víctor Alexander Chaves Gouveia, menor de 9 meses de idade, natural de Luanda e convivente com o primeiro sócio;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
E & VICLA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «E & Vicla, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, Rua 2, Casa n.º 30, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais, por decisão da gerência ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio a grosso e a retalho, limpeza, gráfica, vestuários e assessórios, comércio de produtos farmacêuticos, pesca artesanal, confecção de vestuário e uniformes, indústria gráfica, transportação pública e privada, de aluguer de viaturas, de fornecimento de materiais e produtos variados, de pastelaria, decoração e realização de eventos, formação profissional, de desinfestação, de consultoria, restauração, hotelaria, turismo e de viagens, construção civil e obras públicas, prestação de serviços de assistência técnica e de informática, gestão de projectos, serviços de salão cabeleireiro, educação e ensino, serviços de boutique, telecomunicação, consultoria financeira, indústria, fiscalização, agro-pecuária. pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, agricultura, floricultura, jardinagem, perfumaria, cultura, exploração de recursos minerais, exploração florestal, prestação de serviços de segurança privada, exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, refrigeração de frio, oficina auto electrónico e electromecânico indústria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), equivalente a 80%, pertencente ao sócio Edgar Filipe Santiago Gouveia, e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), equivalente a 10%, cada uma, pertencente aos sócios Víctor Alexander Chaves Gouveia e Lánderson Marques Gouveia, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Edgar Filipe Santiago Gouveia, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9939-L15)

Casatrom, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 15, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Lourenço Domingos Capata, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente em Luanda, em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Zona 3, casa sem número;

Segundo: — Osvaldo Manuel Trombeta, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua António da Gama, casa sem número;

Terceiro: — Sabalo Domingos Jorge, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CASATROM, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Casatrom, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua do Pisca, Casa n.º 35, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais, por decisão da gerência ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, engenharia e construção civil, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, vestuários e assessórios, comércio de produtos farmacêuticos, pesca artesanal, confecção de vestuário e uniformes, indústria gráfica, transportação pública e privada, de aluguer de viaturas, de fornecimento de materiais e produtos variados, de pastelaria, decoração e realização de eventos, formação profissional, de desinfestação, de consultoria, restauração, hotelaria, turismo e de viagens, construção civil e obras públicas, prestação de serviços de assistência técnica e de informática, gestão de projectos, serviços de salão cabeleireiro, educação e ensino, serviços de boutique, telecomunicação, consultoria financeira, indústria, fiscalização,

agro-pecuária, pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, agricultura, floricultura, jardinagem, perfumaria, cultura, exploração de recursos minerais, exploração florestal, prestação de serviços de segurança privada, exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, refrigeração de frio, auto electrónico e electromecânico indústria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas), equivalente a 35%, cada uma, pertencentes aos sócios Lourenço Domingos Capata e Osvaldo Manuel Trombeta, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), equivalente a 30%, pertencente ao sócio Sabalo Domingos Jorge, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Lourenço Domingos Capata, Osvaldo Manuel Trombeta e Sabalo Domingos Jorge, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de qualquer um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável. (15-9940-L15)

Conbus, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 23 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Kilango Kissakeno Kanga, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Cidade do Kilamba, Edifício W 31, 5.º andar, Apartamento 53;

Segundo: — Lourenço João Quixari, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf, Casa n.º 258, Rua n.º 5, Zona 20;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CONBUS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Conbus, Limitada», tem a sua sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Combatentes, Rua Comadante valódia, casa sem número, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais, por decisão da gerência ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

ARTIGO 3.º

1. Tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, comércio de produtos farmacêuticos, prestação de serviços, prestação de serviços de táxi, urbanismo, realização de festas e eventos, formação profissional, indústria gráfica, consultoria, restauração, hotelaria turismo, agência de viagens, construção civil e obras públicas, serviços de cabeleireiro, telecomunicação, serviços de saúde, agro-pecuária, pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, educação e ensino, jardinagem, prestação de serviços de segurança privada, exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, importação e exportação, podendo exercer ainda a outras actividades desde que haja conveniência dos sócios e permitido por lei.

2. A sociedade pode no exercício da sua actividade, participar no capital social de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, ainda que o objecto social diferente, associar-se a quaisquer agrupamentos de empresas, consórcios ou associações em participação existentes ou a construir, bem como adquirir ou alienar a nacionais ou estrangeiros participações sociais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), equivalente a 50% cada uma, pertencente aos sócios Kilango Kissakeno Kanga e Lourenço João Quixari, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Kilango Kissakeno Kanga, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente, para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade alguns dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9941-L15)

Tala Caramelo (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 19 do livro-diário de 18 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que António Augusto Caramelo, solteiro, natural da Gabela, residente na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Lote 2, 2.º andar, Apartamento n.º 5, constituiu uma sociedade unipessoal por quota denominada «Tala Caramelo (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Lote 2, 2.º andar, Apartamento n.º 5, matriculada sob n.º 737/15, que se regerá pelo constante no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, 18 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TALA CARAMELO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Tala Caramelo (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Lote 2, 2.º andar, Apartamento n.º 5, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, importação e exportação, indústria, hotelaria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, consultoria, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes, camionagem, transitários, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, serviços de salão de cabeleireiro, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, venda de produtos farmacêuticos, agência de viagens, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único António Augusto Caramelo.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º

(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio-único, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º

(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º

(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º

(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04 de 13 de Fevereiro.

(15-9942-L15)

EL'SPA — Gestão e Tratamento de Spa, Limitada

Certifico que, por escritura de 19 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 37 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — José Trindade dos Santos, casado com Elsa Pachi José Vicente dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maianga, Rua Kwamme Nkrumah, Casa n.º 3;

Segundo: — Elsa Pachi José Vicente dos Santos, casada com o José Trindade dos Santos, sob o regime acima mencionado, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Bairro Benfica, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 19 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
EL'SPA — GESTÃO E TRATAMENTO DE SPA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «EL'SPA — Gestão e Tratamento de Spa, Limitada», com sede social em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Vila Alice, Rua Eugénio de Castro, casa sem número, podendo abrir filiais, sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação comercial, onde for conveniente aos interessados sociais por simples deliberação da gerência tanto em Angola como no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, e o seu início contar-se-á para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

ARTIGO3.º

O seu objecto social é a prestação de serviços, gestão e tratamento de SPA, consultoria em estética, indústria de beleza, formação profissional em estética e beleza, comercialização de produtos de beleza, salão de beleza, cabeleireiro, botequim, estética, manicure, promoção de eventos de beleza e estética, agência de viagens e transitórios, agência de recrutamento de pessoal, hotelaria, turismo, educação e ensino em gestão de SPA e similares, prestação de serviço de segurança e protocolo, auditoria, agente cultural e organização de eventos de beleza, assistência técnica e manutenção de equipamentos da indústria de beleza, fornecimento de materiais de beleza, instalação de equipamentos de beleza, administração e gestão de projectos de investimentos na indústria de beleza, gráfica e reprodução técnica, podendo ainda exercer qualquer outro ramo de comércio ou indústria com respectivas limitações legais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, pertencente aos sócios Elsa Pachi José Vicente dos Santos e José Trindade dos Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente incumbe à sócia Elsa Pachi José Vicente dos Santos, que desde já fica nomeada gerente com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar noutros sócios ou em pessoas estranhas à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade, desde que conceda anuência.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos ou operações de interesse alheio, nomeadamente em avales, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feitas a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser usar.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais quando a lei não prescreva outras formalidades serão convocadas por meio de cartas registadas, e dirigidos aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 20% para o fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobrevivos ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender será o activo social licitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

No omisso regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(15-9943-L15)

Universal Quindala, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 17 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Elizabeth Cristina Manuel Quindala, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Catambor, Rua Fernando PV Costa, n.º 126;

Segundo: — Doniza Manuel Quindala, casada com Quitumba Quindala, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Calulo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Catambor, Casa n.º 125, Zona 5;

Terceiro: — Quitumba Quindala, casado com a segunda outorgante sob o regime acima mencionado, natural de Calulo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Casa n.º 2, C A 126, Zona 5;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE UNIVERSAL QUINDALA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Universal Quindala, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua Bento Raimundo, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sociedade fica autorizada a deslocar a sede social para outro local dentro do território nacional, bem como criar ou extinguir sucursais, delegações ou quaisquer outras formas de representação.

ARTIGO 3.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 4.º

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, serviços de salão de cabeleleiro, restauração, agência de recarga, educação e ensino, serviços de boutique, telecomunicação, consultoria, indústria, agência de viagens, agro-pecuária, pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, agricultura, floricultura, jardinagem, perfumaria, cultura, exploração de recursos minerais, exploração florestal serviços de saúde, construção civil e obras públicas, venda de produtos farmacêuticos e cosméticos, exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, importação e exportação.

Podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio, indústria e serviços em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 5.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), equivalente a 75%, pertencente à sócia Elizabeth Cristina Manuel Quindala, e outra quota no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), equivalente a 15%, pertencente à sócia Doniza Manuel Quindala, outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), equivalente a 10%, pertencente ao sócio Quitumba Quindala.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade não quiser fazer uso, tendo o sócio maioritário poderes de veto em caso de discordância da cessão da cota a terceiros, em defesa da salvaguarda do âmbito que serviu de base a fundação da sociedade, fazendo jus a sua condição de sócio fundador.

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamento complementares de empresas.

ARTIGO 7.º

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia Elizabeth Cristina Manuel Quindala, que desde já fica nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente, para obrigar validamente a sociedade.

1. A gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado à gerente e o subgerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. À gerente reserva-se o direito de deliberar em última instância a decisão final sobre assuntos que envolvem o património e da acção governativa da sociedade, na sua condição de sócio maioritário e fundador da organização.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 5 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação devera ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

1. É de admitir alguma informalidade na convocação da Assembleia Geral em prol da agilidade de processos da empresa dada a natureza familiar dos sócios.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzir a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiro ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9944-L15)

Anzengo (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob n.º 23 do livro-diário de 18 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que António Bartolomeu Francisco, casado com Nádia Rosana Teixeira Rafael Francisco, sob regime de bens de adquiridos, natural do Sambizanga, residente na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa sem número, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Anzengo (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf II, Avenida adjacente ao Mercado Rasta, casa sem número, registada sob n.º 739/15 que se vai reger nos termos do constante do documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, 18 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ANZENGO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Anzengo (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Golf II, Avenida adjacente ao Mercado Rasta, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, importação e exportação, indústria, hotelaria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, consultoria, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes, camionagem, transitários, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, serviços de salão de cabeleireiro, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, venda de produtos farmacêuticos, agência de viagens, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único António Bartolomeu Francisco.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio-único, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-9945-L15)

Mateus Silva & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Junho de 2015, lavrada com início a folhas 21 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Mateus Francisco da Silva, solteiro, maior, natural de Calandula, Província de Malanje, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro da Samba, Casa n.º 14, Rua da Samba;

Segundo: — Ladislau Arantes da Silva, solteiro, maior, natural da Samba, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro da Luz, casa sem número, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Junho de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
MATEUS SILVA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Mateus Silva & Filhos, Limitada», tem a sua sede social na Província de Luanda, Município Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Rua 21 de Janeiro, casa sem número, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra

representação em qualquer parte do território nacional e no estrangeiro que mais convenha aos negócios sociais, por decisão da gerência ou por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

ARTIGO 3.º

1. Tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho, comércio de produtos farmacêuticos, prestação de serviços, serviços de saúde, transportação pública e privada, aluguer de viaturas, fornecimento de materiais e produtos variados, decoração e realização de eventos, formação profissional, desinfestação, consultoria, restauração na área de hotelaria e turismo, salão de festas, construção civil e obras públicas, serviços de cabeleireiro, venda em boutique, telecomunicação, consultoria financeira, indústria, fiscalização, agro-pecuária, pescas, avicultura, serviços de panificação e pastelaria, agricultura, floricultura, jardinagem, perfumaria, cultura, exploração de recursos minerais, exploração florestal, prestação de serviços de segurança privada, exploração de bombas de combustíveis e seus lubrificantes, ambiental, educação e ensino, refrigeração de frio, auto electrónica e electromecânica, indústria, importação e exportação, podendo exercer ainda a outras actividades desde que haja conveniência dos sócios e permitido por lei.

2. A sociedade pode no exercício da sua actividade, participar no capital social de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, ainda que o objecto social diferente, associar-se a quaisquer agrupamentos de empresas, consórcios ou associações em participação existentes ou a construir, bem como adquirir ou alienar a nacionais ou estrangeiros participações sociais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), equivalente a 70%, pertencente ao sócio Mateus Francisco da Silva, outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), equivalente a 30%, pertencente ao sócio Ladislau Arantes da Silva.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por Mateus Francisco da Silva e Ladislau Arantes da Silva, com dispensa de caução, bastando a assinatura de um dos gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar em pessoa estranha à sociedade alguns dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como: letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-9946-L15)

Jatepal, Limitada

Certifico que, por escritura de 21 de Agosto de 2015, lavrada com início a folha 17 do livro de notas para escrituras diversas n.º 287A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Jefte Cassange Pereira Alfredo, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 10.º andar, Apartamento C;

Segundo: — Jacinto Maria Alfredo, casado com Maria Teresa Pereira Alfredo, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 1.º andar, Apartamento C;

Terceiro: — Maria Teresa Pereira Alfredo, casada com Jacinto Maria Alfredo, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Ambaca, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 1.º andar, Apartamento C;

Quarto: — Jezreel Madiwano Pereira Alfredo, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147,10.º andar, Apartamento C;

Quinto: — Kirkatrice Kimbamba Pereira Alfredo, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 10.º andar, Apartamento C;

Sexto: — Maria Alfredo Binza, solteira, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 10.º andar, Apartamento C;

Sétimo: — Kitteridge Quimbamba Pereira Alfredo, solteiro, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 10.º andar, Apartamento C;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 25 de Agosto de 2015 — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
JATEPAL, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Jatepal, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 147, 10.º andar, Apartamento C, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, consultoria financeira e jurídica, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e participações, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, agro-indústria, comercialização e gestão de imóveis, venda de mobiliário, serviços de transportes públicos e privados não regulares, serviços de agenciamento e transitário, serviços de representação, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, Fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, serviços de condução. Informática, telecomunicações, serviços de hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, transitários, cabotagem, rent-a--car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passageiros, transporte de mercadorias. oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de toucador e higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, marcenaria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração de objectos sólidos, assistência técnica, venda de mobiliário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 7 (sete) quotas sendo 1 (uma) quota no valor

nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Kirkatrice Kimbamba Pereira Alfredo e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), cada uma pertencente aos sócios, Jacinto Maria Alfredo e Maria Teresa Pereira Alfredo e outras 4 (quatro) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma pertencente aos sócios, Jefte Cassange Pereira Alfredo, Jezreel Madiwano Pereira Alfredo, Maria Alfredo Binza e Kitteridge Quimbamba Pereira Alfredo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Kirkatrice Kimbamba Pereira Alfredo e Jacinto Maria Alfredo, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando 2 (duas) assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar numa das sócias ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-14349-L02)

Supertex, Limitada

Certifico que, por escritura de 26 de Agosto de 2015, lavrada com início a folhas 29, do livro de notas para escrituras diversas n.º 288-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto da Costa Pires, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Salim Shabbir Panjwani, solteiro, maior, natural de Bombay-índia, de nacionalidade indiana, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Largo Serpa Pinto, Casa n.º 13;

Segundo: — Cleonice Henriques Gomes da Silva, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Major Kanhangulo, Prédio n.º 101, 7.º andar, Apartamento n.º 5;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 27 de Agosto de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
SUPERTEX, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Supertex, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cazenga, no Condómio Vilas de Luanda —

FILDA, Prédio Soyo, Apartamento 307, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, relações públicas, exploração de pastelaria e geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Salim Shabbir Panjwani e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Cleonice Henriques Gomes da Silva, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Salim Shabbir Panjwani, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14401-L02)

Grupo Marcodente, Limitada

Certifico que, por escritura de 25 de Agosto de 2015, lavrada com início a folhas 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 423, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Marco Francisco Paulo, casado com Maria José de Almeida Paulo, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Casa n.º 4, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seus filhos menores, Paloma Maira de Almeida Paulo, de 5 anos de idade, Daniel de Almeida Paulo, de 4 anos de idade, ambos naturais de Luanda e consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa em Luanda, 25 de Agosto de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO MARCODENTE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Grupo Marcodente, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro do Futungo II, rua s/n.º, Sector B, Quadra 6, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, serviços de hotelaria e turismo, serviços de informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, contabilidade e auditoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, serviços de cabeleireiro, boutique, agenciamento de viagens, relações públicas, exploração de pastelaria e geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino geral, serviços de infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Marco Francisco Paulo e outras 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) cada uma, pertencente aos sócios Paloma Maira de Almeida Paulo e Daniel de Almeida Paulo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1.A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio,Marco Francisco Paulo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2.O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3.Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-14350-(L02)

Sociedade Comercial Gira de Charme

Certifico que, por escritura de 18 de Março de 2010, lavrada com início a folhas 13 a 15 do livro de notas n.º 43 do Cartório Notarial da Comarca do Kuando Kubango, perante mim, Helena da Conceição, Ajudante Principal deste Cartório, compareceram como outorgantes.

Primeiro: — Kiafuca Paulo Pembele, solteiro, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Menongue, titular do Bilhete de Identidade n.º 001229334LA034, emitido em Luanda, aos 6 de Março de 2009.

Segundo: — Domingos Pembele, solteiro, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Menongue, titular do Bilhete de Identidade n.º 002810003LA030, emitido em Luanda, aos 18 de Julho de 2007.

Por eles foi dito que: pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Sociedade Comercial Gira de Charme», tem a sua sede em Menongue, Kuando Kubango, Rua 1.º de Maio, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional.

ARTIGO 2.º

O seu objecto social é o exercício de comércio geral, salão de beleza, importação e exportação, colégio, rent-a--car, perfumaria, construção civil e obras públicas, material diverso, prestação de serviços, compra e venda de viaturas novas e usadas, posto médico, farmácia, hotelaria e turismo, informática, podendo dedicar-se a outra actividade em que os sócios acordem e que seja permitido por lei.

ARTIGO 3.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais a partir desta data.

ARTIGO 4.º

O seu capital social é de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, sendo uma para cada sócio.

ARTIGO 5.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Kiafuca Paulo Pembele, que dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a assinatura dele para obrigar validamente a sociedade.

1- Qualquer sócio-gerente poderá delegar mesmo a uma pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 6.º

Os sócios deliberaram nos lucros e nas perdas, depois de deduzidas as percentagens para fins especiais e para fundo de reserva da sociedade.

ARTIGO 7.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa

ARTIGO 8.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como para eles acordarem.

Na falta de acordo e se algum deles o proceder, será o activo social licitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 9.º

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca do Kuando Kubango, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 10.º

No omisso regularão as disposições da lei de 11 de Abril de 1901, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

Assim o disseram e outorgaram.

Aos outorgantes, em voz alta e na presença simultânea de todos, fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, tendo-os advertido de que este acto deve ser presente a registo no órgão competente.

Assinatura:-Kiafuca Paulo Pembele e Domingos Pembele.-Cartório Notarial da Comarca do Kuando Kubango em Menongue, aos 18 de Março de 2010. — A ajudante, *ilegível.*

(15-14581-L01)

Tec-Dream, Limitada

Certifico que, de folhas n.º 38 a 40 do livro de notas para escrituras diversas n.º 486-A, deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada a escritura de teor seguinte:

Admissão de novo sócio, aumento do capital social, transmissão, unificação de quotas e alteração parcial do pacto social na sociedade por quotas denominada «Tec-Dream, Limitada».

No dia 29 de Maio de 2015, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial desta Cidade, sito no Bairro São Paulo, Rua do Lobito n.º34, Distrito Urbano do Sambizanga, Município de Luanda, a cargo do Notário, Pedro Manuel Dala e perante mim Francisco António da Silva, Ajudante Principal do referido Cartório compareceram como outorgantes.

Joel Guilherme Mendes Muxinda, casado com Madalena dos Santos Victoriano Muxinda, no regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, 2.ª Fase Jardins de Rosas, Casa n.º 145, Camama, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Município de Belas, titular do Bilhete de Identidade n.º 000005258LA024, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, aos 15 de Maio de 2015, que outorga neste acto por si individualmente e ainda em representação da menor, Joselene Victoriano Muxinda, natural de Luanda, consigo convivente.

Verifiquei a identidade dos outorgantes, mediante a exibição dos documentos de identificação já referenciados.

E por ele foi dito:

Que, são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «TEC-DREAM, Limitada», com sede social em Luanda, Bairro Neves Bendinha, Rua Teixeira de Sousa, Casa n.º 34, rés-do-chão, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Município de Luanda, constituída por escritura pública de 11 de Maio de 2009, lavrada com início as folhas 56, do livro de notas para escrituras diversas n.º 123, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º1.07009/090511, e titular do N.I.F n.º5417059650,com o capital social de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro dividido e representado por 2 quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Joel Guilherme Mendes Muxinda; e outra no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia, Joselene Victoriano Muxinda.

Que, em cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, do dia 11 de Maio de 2015, com dispensa de formalidade prévia, para deliberar sobre o aumento do capital social e a admissão de novo sócio e consequentemente a cessão da parte da quota do sócio Joel Guilherme Mendes Muxinda, o aumento do capital social, e unificação de quotas e alteração parcial do pacto social.

Deliberaram os outorgantes a admissão da nova sócia, Madalena dos Santos Victoriano Muxinda, casada com Joel Guilherme Mendes Muxinda, no regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, 2.ª Fase Jardins de Rosas Casa n.º145, Camama, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Município de Belas, titular do Bilhete de Identidade n.º 000076092LA019, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, aos 6 de Maio de 2015

Deliberaram ainda os outorgantes, o aumento do capital social de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), para Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), sendo o aumento verificado de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), subscrito na forma seguinte: o sócio Joel Guilherme Mendes Muxinda, com o valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas), mais a quantia de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), à sócia Joselene Victoriano Muxinda, com o valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), mais a quantia de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), respectivamente.

Em consequência dos actos praticados, alteram o artigo 4.º, que passa a ter a seguinte redacção.

.....

ARTIGO 4.º

O seu capital social é de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro e demais activos sociais, dividido e representado por três quotas, uma no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), per-

tencente ao sócio Joel Guilherme Mendes Muxinda, uma no valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Madalena dos Santos Victoriano Muxinda e outra com o valor nominal de Kz: 30.000,00 (tinta mil kwanzas), pertencente à sócia Joselene Victoriano Muxinda.

O que não foi alterado, mante-se firme e válido.

Assim o disseram e outorgaram:

Instruíram este acto:

a) Acta da Assembleia Geral de 11 de Maio de 2015;

b) Documentos legais da sociedade em apreço.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por corresponder a vontade firme e esclarecida dos outorgantes, vai a presente escritura ser assinada pelos intervenientes e por mim notário, com advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

É certidão que fiz extrair que vai conforme o original de que me reporto.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 29 de Maio de 2015. — O ajudante do notário, *ilegível.*

(15-14582-L01)

Queiroz Galvão Construções, Limitada

Aumento de capital e cessão de quotas da sociedade «Queiroz Galvão Construções, Limitada».

Certifico que, com início a folhas 32 do livro de notas para escrituras diversas n.º1-G, do Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Aumento de capital e cessão de quotas da sociedade «Queiroz Galvão Construções, Limitada».

No dia 31 de Agosto de 2015, nesta Cidade de Luanda, e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, perante mim, Daniel Wassulo Calambo, respectivo Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante:-

Cláudio Angelo Nicolelis, natural do Brasil, casado, residente habitualmente em Luanda, no Condomínio Belas Business Park, Apt.º 301, Torre Huambo, Talatona, titular do Passaporte n.º YB476731, emitido pela Embaixada do Brasil em Maputo, aos 12 de Fevereiro de 2014, em representação de Maurício José de Queiroz Galvão, natural do Brasil, casado com Taciana Maria Mattos Machado Galvão, sob o regime de bens adquiridos, residente habitualmente no Brasil, na Avenida Boa Viagem, n.º 2610, apartamento 1001, Boa Viagem, Recife, Pernambuco, titular do Passaporte n.º FK599847, emitido pela SR/DPF/RJ aos 28 de Julho de 2014; de Fernando de Queiroz Galvão, natural do Brasil, casado com Ana Adelaide Barbosa Santos Galvão, sob o regime de bens adquiridos, residente habitualmente no Brasil, na Avenida Boa Viagem, n.º 2610, apartamento 501, Boa Viagem, Recife, Pernambuco, titular do Passaporte n.º FI538635, emitido pela NUPAS/SR/SP aos 14 de Agosto de 2013, e da sociedade «SONOMA GLOBAL INC», com sede na Cidade do Panamá, n.º 8, Aquilino de la Gardia ST., P.O Box 87-1371, República do Panamá.

Declara o outorgante:

Que os três representados são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas denominada «Queiroz Galvão Construções, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Comandante Gika, n.º 261, D-B, Sala 2, Bairro do Alvalade, com capital social de Kz: 16.000.000,00 (dezasseis milhões de kwanzas), realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, a primeira no valor de Kz: 15.984.000,00 (quinze milhões, novecentos e oitenta e quatro mil kwanzas), equivalente a 99,9% do capital social pertencente à sócia «SONOMA GLOBAL INC», a segunda no valor de Kz: 8.000,00 (oito mil kwanzas), equivalente a 0,05% do capital social pertencente ao sócio Maurício José de Queiroz Galvão, e a terceira no valor de Kz: 8.000,00 (oito mil kwanzas), equivalente a 0,05% do capital social pertencente ao sócio Fernando de Queiroz Galvão.

Que, pela presente escritura e no uso dos poderes que lhe foram conferidos, e dando cumprimento à deliberação adoptada em reunião da Assembleia Geral realizada aos 19 de Março de 2014, vem aumentar o valor do capital social para Kz: 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de kwanzas), de modo que passa a sócia «SONOMA GLOBAL INC», a ter uma quota no valor nominal de Kz 155.844.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil kwanzas), correspondente a 99,9% do capital social; o sócio Maurício José de Queiroz Galvão, a ter uma quota no valor nominal de Kz: 78.000,00 (setenta e oito mil kwanzas), correspondente a 0,05% do capital social, e o sócio Fernando de Queiroz Galvão, a ter uma quota no valor nominal de Kz: 78.000,00 (setenta e oito mil kwanzas), correspondente a 0,05% do capital social, totalizando assim o capital da sociedade, parcialmente integralizado.

Que, o sócio Maurício José de Queiroz Galvão cede sua quota pelo respectivo valor nominal de Kz: 78.000,00 (setenta e oito mil kwanzas) à sócia «SONOMA GLOBAL INC», valor já recebido e quitado por esta, de modo que se afasta integralmente da sociedade, nada tendo a exigir ou reclamar da sociedade, e da sócia remanescente, adquirente de sua quota.

Que, o sócio Fernando de Queiroz Galvão cede sua quota pelo respectivo valor nominal de Kz: 78.000,00 (setenta e oito mil kwanzas) à sócia «SONOMA GLOBAL INC»., valor já recebido e quitado por esta, de modo que se afasta integralmente da sociedade, nada tendo a exigir ou reclamar da sociedade, e da sócia remanescente, adquirente de sua quota.

Que, a sócia «SONOMA GLOBAL INC», unifica as quotas ora aceites, pelo que passa a ser titular de uma quota com valor nominal de Kz: 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de kwanzas), correspondente a 100% (cem por cento) do capital social, ficando à sócia remanescente obrigado, no prazo legal de 1 ano (previsto no artigo 142.º, 1, «a», da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro), a restabelecer a pluralidade de sócios da sociedade, através de cessão de parte do capital social.

Que, em cumprimento as deliberações tomadas na Assembleia Geral acima mencionada, o artigo 5.º do pacto social passa a ter a seguinte redacção.

.....

ARTIGO 5.º

O capital social é de Kz: 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de kwanzas), parcialmente integralizado, sendo representado por 1 (uma) quota no valor de Kz: 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de kwanzas), pertencente à sócia «Sonoma Global Inc».

Assim disse e outorgou por minuta.

Arquivo os seguintes documentos:

a) Documentos complementares a que atrás se faz alusão;

b) Acta da Assembleia Geral Extraordinária da sociedade Queiroz Galvão Construções, Limitada, datada de 19 de Março de 2014;

c) Certidão da Conservatória do Registo Comercial de Luanda da sociedade Queiroz Galvão Construções, Limitada;

d) Certificado do Registo do Investimento Privado — CRIP, emitido pela ANIP.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por corresponder à vontade firme e esclarecida do outorgante, vai a presente escritura ser assinada pelo interveniente, com a advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de três meses a contar desta data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, aos 31 de Agosto de 2015. — O Notário *ilegível.* (15-14583-L01)

Organizações Multicultura (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 92, do livro-diário de 1 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Ernesto Macuanda Baptista, solteiro, maior, natural do Cacuaco, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município do Cacuaco, Bairro Combustíveis, casa s/n.º, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Organizações Multicultura (SU), Limitada», Município de Cacuaco, Bairro dos Combustíveis, Rua do Alfa 5, Travessa 6, registada sob o n.º 4.730/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 1 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES MULTICULTURA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Multicultura, (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cacuaco, Bairro dos Combustíveis, Rua do Alfa 5, Travessa 6, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, serviços de livraria, restauração, limpeza, jardinagem, reparação e pintura, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, serviços de saúde, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Ernesto Macuanda Baptista.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14658-L02)

Organizações Delta Lucamba, Limitada

Certifico que, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1, lavrada de folhas 85, versos, do Cartório Notarial do SIAC da Lunda-Sul, em Saurimo, se encontra lavrada a escritura do seguinte teor:

«Organizações Delta Lucamba, Limitada».

No dia 15 de Julho de 2014, em Saurimo e no Cartório Notarial da Lunda-Sul SIAC, perante mim, Gregório Alves da Ressurreição Deque, Licenciado em Direito, Notário-Adjunto do referido Cartório compareceu como outorgante Augusto Caiombo Capalo, casado, natural de Léua, Província do Moxico, onde reside no Bairro Saydi Mingas, casa sem número, titular do Bilhete de Identidade n.º 000929425MO031, emitido aos 2 de Abril de 2013, pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal de Luanda, que outorga neste acto como mandatário do sócio Mustafé Lucamba, solteiro, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, onde reside no Bairro Cassequel, casa sem número, Zona B, titular do Bilhete de Identidade n.º 001909352UE038, emitido aos 16 de Janeiro de 2014, pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal de Luanda, ainda em representação dos filhos menores do mandante, Junior Delo Lucamba, Isabel Cabia Lucamba e Romeu Maiombo Lucamba, naturais de Cubal, e com o mandante convivente.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação bem como certifico a qualidade e suficiência de poderes em que intervém neste acto conforme os documentos que no final menciono e arquivo.

Declara o mesmo:

Que, pela presente escritura os representados constituem entre eles uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Organizações Delta Lucamba, Limitada», sediada na Cidade do Luena, Bairro Saydi Mingas, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas sendo uma no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Mustafé Lucamba e três quotas de igual valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Junior Delo Lucamba, Isabel Cabia Lucamba e Romeu Maiombo Lucamba.

A referida sociedade tem como objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial que fica a fazer parte integrante desta escritura e que o outorgante declara ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o outorgou.

Instruem este acto:

a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;

b) Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, a 1 de Julho de 2014;

c) Procuração outorgada pelo Mustafé Lucamba, a favor de Augusto Caiombo Capalo.

Ao outorgante, na presença, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 (noventa) dias a contar de hoje.

Assinatura: Augusto Caiombo Capalo. — O Notário-Adjunto, *Gregório Alves da Ressurreição Deque.*

Imposto de selo, no montante de Kz: 200,00

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial da Lunda-Sul, SIAC, em Saurimo, aos 15 de Julho de 2014. — O Notário-Adjunto, *Gregório Alves da Ressurreição Deque.*

ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES DELTA LUCAMBA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adoptada denomina-se «Organizações Delta Lucamba, Limitada» e tem a sua sede na Cidade do Luena, no Bairro Saydi Mingas, Província do Moxico, podendo estabelecer por deliberação da Assembleia Geral, agências, sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação onde for mais conveniente aos interesses sociais.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos efeitos legais a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o exercício de comércio geral por grosso e a retalho, turismo e hotelaria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, pesca, agricultura, agro-pecuária, prestação de serviços, transporte de passageiros e carga, indústria, pintura de sinalização vertical e horizontal, relações públicas, exploração mineira, saúde e farmácia, equipamentos médicos, representações comerciais, decorações, pastelaria, cozinha e geladaria, panificação, salão de beleza, modas e confecções, venda de gás de cozinha, perfumaria, boutique, venda de combustível e derivados, venda de material de escritório e de construção, transportes marítimo, rodoviário e camionagem, agência de viagem, *rent-a-car*, transitários, educação, ensino, desporto, cultura, colégios, telecomunicações, informática, modas e confecções, salão de cabeleireiro, venda de produtos cosméticos, venda de telefones e recargas, vídeo-clube, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo uma no valor nominal de quarenta mil kwanzas, pertencente ao sócio Mustafé Lucamba e três quota de igual valor nominal de vinte mil kwanzas cada uma pertencentes aos sócios Isabel Cabia Lucamba, Junior Delo Lucamba e Romeu Maiombo Lucamba.

§ Único: — No exercício da sua actividade, poderá associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou ainda a qualquer agrupamento de empresas.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios, porém, quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios, se aquela dele não quiser usar.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Mustafé Lucamba, que desde já fica assim nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em outros sócios ou em pessoa estranha a sociedade mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não indique outra forma, será convocada por carta, com pelo menos quinze dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para os destinos especiais, criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportados os prejuízos se os houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobrevivos ou capazes e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos o represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 11.º

Dissolvendo-se a sociedade por acordo dos sócios ou nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem. Na falta de acordo se algum dos sócios o pretender, será o activo social licitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais.

(15-14816-L01)

Regional Serviços, S.A.

Certifico que, com início a folhas 28, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-G, do Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Transmissão de acções, aumento do capital social e alteração parcial do pacto social na sociedade «Regional Serviços, S.A.».

No dia 25 de Agosto 2015, nesta Cidade de Luanda e no Cartório Notarial da Loja de Registo do Kilamba Kiaxi, Luanda, perante mim, Daniel Wassuco Calambo, Notário no referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Júlio Galiano de Oliveira Neves, casado com Telma Patrícia da Silva Benoliel Neves, no regime de comunhão de adquiridos, titular do Bilhete de Identidade n.º 000210667LA034, emitido aos 30 de Março de 2013, pela Direcção Nacional de Identificação da República de Angola, residente em Luanda, no Bairro do Maculusso, Ingombota, Rua Clube Marítimo Africano, n.º 75, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da sociedade comercial denominada «Regional Serviços, S.A.», com sede em Luanda, no Município e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, n.º 161, rés-do-chão;

Segundo: — Laide Moreira Martins, solteiro, titular do Bilhete de Identidade n.º 004812514LA040, emitido aos 7 de Agosto de 2015, pela Direcção Nacional de Identificação da República de Angola, residente em Luanda, no Bairro do Maculusso, Ingombota, Rua Comandante Kwenha C-120, que outorga na qualidade de Administrador da sociedade comercial denominada «Regional Serviços, S.A.», com sede em Luanda, no Município e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, n.º 161, rés-do-chão.

Verifiquei a identidade dos outorgantes, bem como a qualidade e a suficiência dos seus poderes para o acto, em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

Declaram os outorgantes

Que, pela presente escritura, com consentimento da sociedade «Regional Serviços, S.A.», com sede em Luanda, no Município e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral, n.º 161, rés-do-chão, titular do NIF 5401143907, com o capital social de Kz: 94.800.000,00 (noventa e quatro milhões e oitocentos mil kwanzas), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 2006.90, e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária n.º 11, realizada aos 15 de Julho de 2015, com necessidade de dar maior desenvoltura aos negócios sociais da empresa, procedem aos seguintes actos:

1.º — Cedência da totalidade das acções tituladas por Marinela Martins do Amaral, Luiana Cristina Vieira Nunes, Manuel Fernando Gomes Tavares, Mariá Dulce Parente da Silva e Mário Alfredo Sottomayor Pizarro, que perfazem 40.900 acções, ao accionista Júlio Galiano de Oliveira Neves, apartando-se definitivamente da sociedade, nada tendo dela a reclamarem.

2.º — Aumento do capital social, por aquisição das acções acima referenciadas e realização pelo accionista Júlio Galiano de Oliveira Neves, de Kz: 94.800.000,00 (noventa e quatro milhões e oitocentos mil kwanzas) para Kz: 194.800.000,00 (cento e noventa e quatro milhões e oitocentos mil kwanzas), sendo a importância do aumento verificado de Kz: 100.000.000,00 (cem milhões de kwanzas), que deu entrada na caixa social, passando aquele accionista a titular 167.900 acções, no valor de Kz: 167.900.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e novecentos mil kwanzas) e os demais accionistas a deter as acções constantes no mapa anexo referente à posição societária.

Que em consequência dos actos procedentes, alteram parcialmente o pacto social da sociedade, no n.º 1 do seu artigo 4.º, o qual passa a ter a seguinte redacção:

.....

ARTIGO 4.º

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro pelos accionistas, é de Kz: 194.800.000,00 (cento e noventa e quatro milhões e oitocentos mil kwanzas), representado por 194.800 acções no valor nominal de Kz: 1.000,00 cada uma.

Assim o disseram e outorgaram.

Em tudo não alterado mantém conforme escritura original.

Instruem este acto:

a) Diário da República III Série n.º 37 de 24 de Março de 2006;

b) Escritura Pública de aumento de capital e alteração do pacto social, lavrada aos 24 de Julho de 2014, neste Cartório Notarial;

c) Cartão de Contribuinte Fiscal;

d) Acta da Assembleia Geral Extraordinária n.º 11 da sociedade e respectivo mapa de posição societária para inteira validação deste acto;

e) Comprovativo da realização do aumento do capital social.

Aos outorgantes e na presença simultânea de todos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 (noventa) dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, aos 31 de Agosto de 2015. — A ajudante, *ilegível.*

(15-14817-L01)

Bosul, S.A.

Certifico que, por escritura de 31 de Agosto de 2015, lavrada com início a folhas 15 do livro de notas para escrituras diversas n.º 289-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória, nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Bosul, S.A.», com sede em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Avenida Comandante Gika, Casa n.º 150, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
BOSUL, S.A.

CAPÍTULO I
Denominação, Duração, Sede e Objecto Social

ARTIGO 1.º
(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação social de «Bosul, S.A.», e durará por tempo indeterminado a partir da sua constituição.

ARTIGO 2.º
(Sede, sucursais e outras formas de representação)

1. A sociedade tem a sua sede na Avenida Comandante Gika, n.º 150, Bairro de Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, Luanda.

2. Por simples deliberação da Administração, a sede social poderá ser deslocada para outro local dentro do território nacional.

3. A sociedade, por simples deliberação da administração, poderá estabelecer filiais, sucursais, escritórios de representação, agências ou outras formas de representação, no País ou no estrangeiro, nos termos da lei.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços de gestão, consultoria e apoio às empresas, a realização e desenvolvimento em todas as suas vertentes de estudos e análises de mercado, de projectos de qualquer natureza incluindo projectos agrícolas, florestais e projectos industriais; a construção e promoção imobiliária, a compra, venda e locação de bens móveis ou imóveis, o comércio geral por grosso ou a retalho, incluindo importação e exportação; e, em geral o exercício, directa ou indirectamente, de quaisquer actividades de natureza comercial ou industrial permitidas por lei.

2. A sociedade pode ainda prosseguir o seu objecto social mediante a participação noutras sociedades.

3. A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, anónimas ou por quotas e em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas de natureza pública ou privada para formar sociedades, agrupamentos de empresas, consórcios ou entidades de natureza semelhante e, ainda, participar na sua administração e fiscalização.

4. A sociedade poderá adquirir acções próprias e realizar, sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas. Enquanto as acções pertencerem à sociedade todos os direitos a elas inerentes ficam suspensos, à excepção do direito de receber novas acções, em caso de aumento do capital social por incorporação de reservas, e no caso de redução do capital.

CAPÍTULO II
Capital Social e Acções

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e está dividido em 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos Kwanzas), cada uma.

2. Pode haver lugar, por uma ou mais vezes, ao aumento do capital social mediante proposta do Conselho de Administração, que incluirá, nos termos legais, as condições de subscrição, as categorias de acções e os direitos de preferência na subscrição das novas acções.

ARTIGO 5.º
(Acções)

1. As acções representativas do capital social da sociedade serão nominativas e ao portador representados por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil

e múltiplos de mil acções, podendo a administração, quando o julgar conveniente e lhe for solicitado, emitir títulos, provisórios ou definitivos, representativos de qualquer número de acções.

2. Poderão ser emitidas acções preferenciais, sem direito a voto, até ao montante representativo de metade do capital social, que poderão ser remíveis, pelo valor nominal, acrescido ou não de um prémio, conforme o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral que deverá, igualmente, definir o método de cálculo do prémio de remição.

3. No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular pelo montante definido na deliberação de emissão.

4. Os títulos definitivos ou provisórios serão numerados, carimbados e assinados:

a) Por dois administradores, cujas assinaturas poderão ser, manuscritas ou apostas por chancela ou por outros meios tipográficos de impressão; ou

b) Por um administrador e uma pessoa física, com mandato para o efeito passado pelo Conselho de Administração.

5. Fica desde já autorizada a emissão ou conversão de acções escriturais, nos termos da legislação aplicável e desde que haja prévia deliberação da Assembleia Geral nesse sentido.

6. As despesas de conversão de títulos são encargos dos accionistas.

7. A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social e nos termos da lei.

ARTIGO 6.º
(Direito de preferência em caso de Aumento de Capital ou venda de acções próprias)

1. Os accionistas na proporção das acções que já possuírem, gozam do direito de preferência no caso de subscrição de novas acções ou da venda de acções próprias.

2. Salvo disposição legal ou contratual em contrário, os accionistas devem ser avisados do prazo e das condições para o exercício do direito de preferência, por meio de anúncio publicado em jornal da localidade onde se encontra a sede ou, na falta deste num dos jornais aí mais lidos e por escrito.

3. O prazo referido no n.º 2 supra, não pode ser inferior a 15 dias, contados da data de publicação do anúncio ou da data em que o aviso escrito tenha sido recebido.

4. A Assembleia Geral, quando delibere um aumento de capital ou quando tal aumento seja deliberado pelo Conselho de Administração, e desde que tal seja exigido pelo interesse social, pode limitar ou suprimir o direito de preferência.

5. Quando a proposta de limitação ou supressão do direito de preferência seja feita pelo Conselho de Administração, este deve apresentar também um relatório escrito, devidamente fundamentado, contendo:

a) As razões que justificam a limitação ou supressão;

b) O modo de atribuição das novas acções;

c) As condições de liberação;

d) O preço para a emissão;

e) Os critérios utilizados para a determinação do preço.

ARTIGO 7.º
(Transmissão de acções)

A transmissão de acções entre os accionistas ou a terceiros não está subordinada ao consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º
(Operações financeiras)

Nos termos da lei em vigor e obtidas as necessárias autorizações, a sociedade poderá emitir obrigações, bem como obter crédito a curto, médio e longo prazos, em conformidade com as condições que vierem a ser deliberadas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 9.º
(Amortização de Acções)

1. A sociedade reserva-se o direito de sem o consentimento dos seus titulares, amortizar as acções que se encontrem nas seguintes condições:

a) Que sejam objecto de penhora e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

b) Que sejam dadas em penhor e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

c) Que sejam objecto de arresto ou de apreensão judicial;

d) Em caso de interposição de processo de dissolução, de processo especial de recuperação de empresa ou de processo especial de falência de qualquer um dos accionistas que for pessoa colectiva e ainda em caso de fusão com sociedade não accionistas, em relação às acções detidas por estes accionistas;

e) Em caso de insolvência de qualquer um dos accionistas pessoas singulares, em relação às acções por ele detidas;

f) Em caso de interdição ou de inabilitação de qualquer um dos accionistas pessoas singulares se o representante legal do interdito ou do inabilitado não for ele próprio accionista da sociedade, em relação às acções detidas pelo interdito ou inabilitado.

2. As acções serão amortizadas pelo valor resultante do último balanço aprovado, ou de balanço especial aprovado para o efeito, ou avaliação especialmente realizada para o refeito, consoante seja deliberado em Assembleia Geral, podendo ser deliberada a amortização no prazo máximo de seis meses a contar da ocorrência do acto.

CAPÍTULO III
Órgãos Sociais

ARTIGO 10.º
(Órgãos da sociedade e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:

a) A Assembleia Geral,

b) O Conselho de Administração ou, até USD 50.000,00 (Cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pode a sociedade optar por ter um Administrador -nico;

c) O Fiscal-Único, enquanto o capital social da Sociedade for inferior a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de 4 anos e é permitida a sua reeleição.

3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da eleição e continuam a exercer funções até à eleição de quem os substitua.

4. Os membros dos órgãos sociais têm direito à remuneração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral.

5. Os órgãos sociais deverão reunir com a periodicidade estabelecida na lei ou nos regulamentos internos que vierem a ser aprovados que, igualmente, deverão estabelecer o modo de convocação e o quórum para reunir ou para deliberar.

6. De cada reunião será lavrada uma acta que deverá ser assinada por todos os presentes.

7. Os administradores ficam dispensados de caucionar a sua gestão.

SECÇÃO I
Assembleia Geral

ARTIGO 11.º
(Constituição da Assembleia Geral e direito de voto)

1. A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, pessoas singulares ou colectivas, que, segundo a lei e o contrato de sociedade, tiverem direito a, pelo menos, um voto, cabendo a cada acção um voto.

2. Sem prejuízo dos preceitos imperativos da lei sobre representação, para se fazer representar em Assembleia Geral, o accionista deve enviar uma carta por si subscrita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, identificando o representante, a carta que conceda poderes de representação em Assembleia Geral deve ser arquivada na sociedade e é válida para uma assembleia especificada, reunindo em primeira ou em segunda convocação.

3. As pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por qualquer meio escrito, que deve ser recebido até às 24 horas do penúltimo dia anterior à data de realização da Assembleia, o nome da pessoa que as represente.

ARTIGO 12.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um Presidente e um Secretário eleitos de entre os accionistas ou de entre pessoas singulares estranhas à sociedade.

2. O Presidente da Mesa é responsável pela convocação da assembleia e pela condução dos trabalhos, bem como por tudo o que estiver previsto na lei.

3. O Secretário deve auxiliar o Presidente no cumprimento das formalidades previstas na lei.

ARTIGO 13.º
(Competência da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral deliberará sobre todos os assuntos para os quais a lei ou o presente contrato de sociedade lhe atribuem competência.

2. Salvo quando a lei ou o presente contrato de sociedade exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria simples dos votos emitidos em cada Assembleia Geral, nomeadamente, nos seguintes casos:

a) A chamada e a restituição de prestações acessórias;

b) A aquisição, a alienação e a oneração de acções próprias;

c) A exclusão de accionistas;

d) A designação dos membros do Conselho de Administração;

e) A designação de membros do Conselho Fiscal;

f) A Destituição de administradores e de membros do Conselho Fiscal;

g) A proposição de acções pela sociedade contra administradores, accionistas ou membros do Conselho Fiscal, e bem assim, a desistência e transacção nessas acções;

h) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;

i) A exoneração de responsabilidade dos administradores ou membros do Conselho Fiscal.

3. Dependem da deliberação dos accionistas, a tomar por maioria de dois terços dos votos emitidos, o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso de sociedade dissolvida à actividade.

ARTIGO 14.º
(Convocação, quórum e reunião)

1. A Assembleia Geral é convocada pelo respectivo Presidente da Mesa, por meio de convocatória publicada com a antecedência mínima de 30 dias, em relação à data da reunião, devendo mencionar sempre a ordem de trabalhos.

2. Em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode deliberar quando estejam presentes ou representados accionistas titulares de, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital.

3. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respectivas acções correspondem, excepto na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da sociedade, a qual só se considera regularmente constituída e poderá validamente deliberar se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, um terço do capital social.

4. A segunda reunião deverá ter lugar não antes de 15 dias a seguir à primeira data marcada para a realização da primeira.

5. A Assembleia Geral reunirá:

a) Em sessão ordinária, no primeiro trimestre de cada ano;

b) Em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal julguem conveniente e o requeiram ao Presidente da Mesa ou quando requerida, a este mesmo órgão, por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital subscrito.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 15.º
(Composição)

1. A administração da sociedade será exercida por um Administrador-Único ou por um Conselho de Administração composto por 3 (três), 5 (cinco) ou 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, de entre accionistas ou terceiros, pessoas singulares ou colectivas, estas últimas desde que individualizem a pessoa física que exerce o cargo em seu nome.

2. O Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, um Presidente e um Vice-presidente.

3. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos a caucionar a sua gestão.

ARTIGO 16.º
(Delegação de poderes)

1. Salvo disposição legal em contrário e sem prejuízo de poder continuar a deliberar sobre as matérias da sua competência, o Conselho de Administração poderá delegar em um ou mais Administradores, a gestão de assuntos determinados e específicos, e poderá também delegar num ou mais Administradores ou numa comissão executiva, constituída por um número ímpar de administradores, a gestão corrente da Sociedade, devendo, um ou noutro caso, definir em acta os limites e condições da delegação.

2. Sendo criada uma comissão executiva, o Conselho de Administração deverá definir a sua composição e modo de funcionamento.

ARTIGO 17.º
(Competência do Administrador-Único e Conselho de Administração)

Para além do disposto na lei e nos presentes Estatutos, ao Administrador-Único ou ao Conselho de Administração compete, em especial:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações inerentes ao seu objecto social, nomeadamente, decidir sobre a participação no capital de outras sociedades, associar a sociedade a outras entidades, ou participar em agrupamentos de empresas;

b) Definir as políticas gerais da sociedade;

c) Promover a elaboração de planos de actividade e orçamentos anuais e plurianuais, aprovando-os e coordenando a sua execução;

d) Elaborar e submeter à Assembleia Geral o relatório e contas de cada exercício social;

e) Definir a organização interna da sociedade, aperfeiçoar e racionalizar os métodos de trabalho, elaborar os regulamentos internos, manuais e instruções que entender convenientes;

f) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos sempre que o entenda conveniente para a sociedade;

g) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo, nomeadamente, recorrer a árbitros ou tribunais arbitrais para solução de conflitos;

h) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos membros conforme julgue conveniente;

i) Contratar os trabalhadores da empresa, fixar-lhes as condições contratuais e exercer o poder disciplinar;

j) Decidir sobre a emissão de obrigações ou outros títulos negociáveis.

ARTIGO 18.º
(Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

a) Representar o Conselho de Administração;

b) Coordenar a actividade do Conselho de Administração e dirigir as respectivas reuniões;

c) Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente será substituído pelo vice-presidente ou por um vogal do Conselho de Administração por si designado para o efeito.

ARTIGO 19.º
(Reuniões)

1. O Conselho de Administração reunirá, pelo menos, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou por iniciativa de pelo menos dois dos seus administradores.

2. A convocação pode ser feita por qualquer meio escrito com uma antecedência de 15 dias.

3. O Conselho de Administração reúne e delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros em exercício.

4. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, correspondendo a cada membro um voto e dispondo o seu Presidente de voto de qualidade.

ARTIGO 20.º
(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade obriga-se pela assinatura:

a) Do Administrador-Único;

b) Conjunta de dois membros do Conselho de Administração;

c) Conjunta de um administrador e um procurador, no limite do respectivo mandato;

d) Conjunta de dois procuradores no âmbito dos respectivos mandatos;

e) Singular de um administrador ou um procurador com poderes para o efeito, única e exclusivamente em assuntos de mero expediente.

SECÇÃO III
Fiscalização da Sociedade

ARTIGO 21.º
(Fiscalização da sociedade)

A fiscalização da actividade social será exercida por um Fiscal-Único que terá um suplente.

ARTIGO 22.º
(Competências do Fiscal-Único)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, compete especialmente ao Fiscal-Único:

a) Dar parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;

b) Assistir às reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, sempre que o entenda conveniente e/ou quando as tenha convocado;

c) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida para apreciação pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 23.º
(Duração dos mandatos dos Órgãos sociais)

1. O Administrador-Único ou os membros do Conselho de Administração e o Fiscal-Único são eleitos pela Assembleia Geral por mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, por uma ou mais vezes.

2. Terminado o prazo dos respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais manter-se-ão em funções até serem substituídos, sem prejuízo do disposto na lei relativamente à renúncia a cargos sociais.

CAPÍTULO IV
Ano social, Aplicação de Resultados

ARTIGO 24.º
(Exercício anual)

O exercício anual coincide com o ano civil.

ARTIGO 25.º
(Aplicação de Resultados)

1. Os resultados da sociedade serão aplicados em conformidade com o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral, não sendo obrigatória qualquer distribuição aos accionistas, e a respectiva deliberação definirá:

a) A formação, a reconstituição ou o reforço de reservas impostas por lei;

b) A formação, a reconstituição ou o reforço de outras reservas;

c) Distribuição de dividendos.

2. Poderá haver adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício até ao máximo permitido por lei e desde que observados os demais termos legais.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 26.º
(Preceitos dispositivos da Lei das Sociedades Comerciais)

Nos termos e para os efeitos do que se dispõe no n.º 4 do artigo 10.º da Lei das Sociedades Comerciais, estabelece-se expressamente que os preceitos dispositivos daquela lei poderão ser derrogados por deliberações dos sócios nesse sentido.

ARTIGO 27.º
(Disposição do capital social)

Qualquer um dos administradores fica, desde já, autorizado, antes do registo definitivo do Contrato de Sociedade e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 223.º da Lei das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento da importância correspondente ao capital social a fim de ocorrer às despesas de constituição, registo, instalação da sede social e aquisição de bens de equipamento ou outros que sejam necessários ou convenientes à prossecução dos fins sociais.

ARTIGO 28.º
(Dissolução e liquidação)

A dissolução e liquidação da sociedade reger-se-ão pelas disposições da lei aplicável.

ARTIGO 29.º
(Foro competente e lei aplicável)

1. O presente contrato de sociedade rege-se pela lei angolana.

2. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração deste contrato de sociedade, ou quanto à sua execução, as partes diligenciarão obter, por todo os meios de diálogo e modos de composição de interesse ao seu alcance, uma solução concertada para a questão.

3. Quando, num prazo razoável, não superior a 30 (trinta) dias úteis sobre a data da primeira diligência tendente à resolução da questão surgida, não for possível uma solução amigável e negociada, nos termos previstos no número anterior, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer a Arbitragem, de acordo com a Lei n.º 16/03 de 25 de Junho, Lei da Arbitragem Voluntária", por um árbitro singular a designar em conformidade com as referidas regras, sendo que a sede do Tribunal será em Luanda e o processo será conduzido em língua portuguesa.

Ficam, desde já, nomeados para o Conselho de Administração no quadriénio de 2015-2018:

a) Presidente: Júlia Germana Bastos;

b) Administrador: Margarida Buca Quinta;

c) Administrador: Gilberto de Jesus Cabral Pires.

(15-14863-L02)

PHC Software, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Agosto de 2015, lavrada com início a folhas 90, do livro de notas para escrituras diversas n.º 421, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre Bernardo Lourenço Massouxi Jacob, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Ngola Kiluanje, casa s/n.º, que outorga neste acto por si individualmente e como mandatário da sociedade «HDAG — Assets, S.A.», com sede social em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Major Kanhangulo, n.º 11;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 3 de Agosto de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
PHC SOFTWARE, LIMITADA

1.º

1. A sociedade adopta a denominação de «PHC Software, Limitada», sendo uma sociedade comercial por quotas, com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Rua Major Kanhangulo, n.º 290, 2.º andar, Província de Luanda, República de Angola.

2. A sede social só poderá ser alterada por deliberação dos sócios.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, e o seu começo é a partir da data da assinatura destes estatutos.

3.º

1. A sociedade tem como objecto social a implementação e manutenção de sistemas informáticos e suas infra-estruturas, a representação, distribuição e comercialização de software e hardware, a prestação de serviços de consultoria, a representação, distribuição e comercialização de produtos e equipamentos, comércio em geral, importação e exportação de bens e equipamentos, a prestação de serviços de formação na área de sistemas de informação, na área financeira e em outros sectores, a realização de estudos de investimento, a criação de parcerias, a representação de empresas, de produtos, de franchisings e de patentes, podendo, ainda, promover projectos próprios no território da República de Angola, bem como desenvolver qualquer outra actividade que seja deliberada em Assembleia Geral e permitida por lei.

2. A sociedade poderá ainda, directa ou indirectamente, dedicar-se a outras actividades complementares ou acessórias ao seu objecto social, ou associar-se com outras pessoas jurídicas, no território de Angola ou fora deste, tendo em visto, designadamente, a formação de novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, sem prejuízo do que estiver especialmente previsto na lei.

4.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado em 2 (duas) quotas pertencentes aos sócios nas seguintes proporções:

a) 1 (uma) quota no valor de Kz: 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil kwanzas), correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, pertencente a «HDAG — Assets, S.A.»;

b) 1 (uma) quota no valor de Kz: 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil kwanzas), correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social, pertencente a Bernardo Lourenço Massouxi Jacob.

5.º

1. A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios, bem como as divisões necessárias para este efeito, mas quando realizada a favor de terceiros fica dependente do consentimento da sociedade, sendo ineficaz em relação a ela enquanto não forem consentidas.

2. Se o consentimento for negado, tem preferência na aquisição da quota a transmitir, em primeiro lugar, a sociedade e, caso esta não a exerça no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em segundo, os sócios, em igualdade, dentro do referido prazo.

3. Caso se verifique o interesse de vários sócios na cessão, o valor da quota pretendida será rateada entre os interessados, em função do capital detido por cada um.

4. Caso a sociedade e os sócios não pretendam exercer a preferência, prevista no n.º 2 do presente artigo, a quota pode ser cedida a terceiros.

5. O valor das quotas, para efeitos de preferência pela sociedade ou pelos sócios, prevista no n.º 2 do presente artigo, será o que lhe corresponder em face do último balanço aprovado, acrescido do valor dos suprimentos e das prestações acessórias que o cedente tiver à data da pretendida cessão, bem como de quaisquer outros valores de que o mesmo seja credor da Sociedade, diminuído das importâncias a que, a qualquer título, deva à Sociedade.

6.º

1. A sociedade poderá amortizar quotas por acordo com o respectivo titular, sendo o valor da amortização apurado nos termos do presente estatuto.

2. A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio sobre a qual recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

7.º

1. A Assembleia Geral será convocada por missiva através de registo no livro de protocolo da sociedade dirigida aos sócios com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência.

8.º

Todas as deliberações são da Assembleia Geral, designadamente as relativas a:

a) Aumento do capital social da sociedade;

b) Alteração dos estatutos;

c) Contratos de suprimentos de valor superior a duas vezes o capital social; Carecem de uma votação favorável da maioria qualificada de três quartos do capital social.

9.º

Além dos actos permitidos por lei, a Assembleia Geral pode ainda deliberar sobre os seguintes pontos:

a) Nomeação de gerentes;

b) Nomeação de procuradores;

c) Nomeação de membros do órgão de fiscalização, que vier a ser constituído;

d) Alienação, oneração, arrendamento ou constituição de outros direitos pessoais de gozo sobre imóveis da sociedade;

e) Aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis a favor da sociedade;

f) Alienação, oneração ou locação de estabelecimento da sociedade;

g) Abertura de filiais, sucursais, agências e outras formas de representação dentro ou fora do País;

h) Subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração;

i) Contracção de empréstimos junto de instituições de crédito.

10.º

1. A sociedade vincula-se, no âmbito da gestão corrente da sociedade, em todos os acordos, actos e contratos necessários para a prossecução do objecto social, em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, nos termos que vierem a ser determinados em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no número seguinte.

2. A gerência ou representação da sociedade será nomeada em Assembleia Geral, a qual determinará também a forma de limitação dos poderes de cada gerente.

3. A sociedade é validamente obrigada pela assinatura da gerência.

4. A gerência ou representante da sociedade não podem obrigar a sociedade em actos ou contratos que não digam exclusivamente respeito à prossecução do objecto social, nem conceder a terceiros quaisquer garantias, principalmente garantias bancárias, fianças, letras ou avales, contrair empréstimos, ou actos semelhantes que não digam respeito exclusivamente à prossecução daquele objecto.

11.º

1. Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens estipuladas em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

2. Os sócios participarão nas perdas, se as houver, na proporção das suas quotas.

12.º

Para a prossecução do objecto social da sociedade, os sócios podem celebrar, por escrito, contratos de suprimentos com a sociedade, ficando dependente de deliberação da Assembleia Geral, a determinação sobre a remuneração, se a ela houver lugar.

13.º

1. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer sócio, continuando com o cônjuge sobrevivo e herdeiros ou representante do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios serão estes liquidatários e a liquidação e partilha seguirão os termos que estes determinarem.

3. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em conjunto com obrigação de pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

14.º

Para todas as questões emergentes do presente estatuto, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

15.º

No que for omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que aprova a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14866-L02)

MARBALU — Águia, Limitada

Certifico que, por escritura de 2 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 80, do livro de notas para escrituras diversas n.º 289-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciada em Direito, foi constituída entre Marcelino Bartolomeu Luciano, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Casa n.º 9, e outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de suas filhas menores, Maria Emília Joveth Luciano, de 6 anos de idade Cecília Joveth Luciano, de 9 anos de idade, ambas naturais da Maianga, Província de Luanda e consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
MARBALU — ÁGUIA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «MARBALU — Águia, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua Sagrada Esperança, Casa n.º 9, Zona 6, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Marcelino Bartolomeu Luciano e outras 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencente às sócias Cecília Joveth Luciano e Maria Emília Joveth Luciano, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A Gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Marcelino Bartolomeu Luciano, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14867-L02)

Cofergepo, S.A.

Certifico que, por escritura de 31 de Agosto de 2015, lavrada com inicio a folhas 21 do livro de notas para escrituras diversas n.º 289-A do Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória, nos termos dos n.os 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Cofergepo, S.A.», com sede em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Avenida Comandante Gika, Casa n.º 150, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
COFERGEPO, S.A.

CAPÍTULO I
Denominação, duração, sede e objecto social

ARTIGO 1.º
(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação social de «Cofergepo, S.A.» e durará por tempo indeterminado a partir da sua constituição.

ARTIGO 2.º
(Sede, sucursais e outras formas de representação)

1. A sociedade tem a sua sede na Avenida Comandante Gika, n.º 150, Bairro de Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, Luanda.

2. Por simples deliberação da Administração, a sede social poderá ser deslocada para outro local dentro do território nacional.

3. A sociedade, por simples deliberação da Administração, poderá estabelecer filiais, sucursais, escritórios de representação, agências ou outras formas de representação, no País ou no estrangeiro, nos termos da lei.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços de gestão, consultoria e apoio às empresas, a realização e desenvolvimento em todas as suas vertentes de estudos e análises de mercado, de projectos de qualquer natureza incluindo projectos agrícolas, florestais e projectos industriais; a construção e promoção imobiliária, a compra, venda e locação de bens móveis ou imóveis, o comércio geral por grosso ou a retalho, incluindo importação e expor-

tação; e, em geral o exercício, directa ou indirectamente, de quaisquer actividades de natureza comercial ou industrial permitidas por lei.

2. A sociedade pode ainda prosseguir o seu objecto social mediante a participação noutras sociedades.

3. A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, anónimas ou por quotas e em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas de natureza pública ou privada para formar sociedades, agrupamentos de empresas, consórcios ou entidades de natureza semelhante e, ainda, participar na sua administração e fiscalização.

4. A sociedade poderá adquirir acções próprias e realizar, sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas. Enquanto as acções pertencerem à sociedade todos os direitos a elas inerentes ficam suspensos, à excepção do direito de receber novas acções, em caso de aumento do capital social por incorporação de reservas, e no caso de redução do capital.

CAPÍTULO II
Capital Social e Acções

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e está dividido em 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas), cada uma.

2. Pode haver lugar, por uma ou mais vezes, ao aumento do capital social mediante proposta do Conselho de Administração, que incluirá, nos termos legais, as condições de subscrição, as categorias de acções e os direitos de preferência na subscrição das novas acções.

ARTIGO 5.º
(Acções)

1. As acções representativas do capital social da sociedade serão nominativas e ao portador representados por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil acções, podendo a administração, quando o julgar conveniente e lhe for solicitado, emitir títulos, provisórios ou definitivos, representativos de qualquer número de acções.

2. Poderão ser emitidas acções preferenciais, sem direito a voto, até ao montante representativo de metade do capital social, que poderão ser remíveis, pelo valor nominal, acrescido ou não de um prémio, conforme o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral que deverá, igualmente, definir o método de cálculo do prémio de remição.

3. No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular pelo montante definido na deliberação de emissão.

4. Os títulos definitivos ou provisórios serão numerados, carimbados e assinados:

a) Por dois administradores, cujas assinaturas poderão ser, manuscritas ou apostas por chancela ou por outros meios tipográficos de impressão; ou

b) Por um administrador e uma pessoa física, com mandato para o efeito passado pelo Conselho de Administração.

5. Fica desde já autorizada a emissão ou conversão de acções escriturais, nos termos da legislação aplicável e desde que haja prévia deliberação da Assembleia Geral nesse sentido.

6. As despesas de conversão de títulos são encargos dos accionistas.

7. A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social e nos termos da lei.

ARTIGO 6.º
(Direito de preferência em caso de aumento de capital ou venda de acções próprias)

1. Os accionistas na proporção das acções que já possuírem, gozam do direito de preferência no caso de subscrição de novas acções ou da venda de acções próprias.

2. Salvo disposição legal ou contratual em contrário, os accionistas devem ser avisados do prazo e das condições para o exercício do direito de preferência, por meio de anúncio publicado em jornal da localidade onde se encontra a sede ou, na falta deste num dos jornais aí mais lidos e por escrito.

3. O prazo referido no n.º 2 supra, não pode ser inferior a 15 dias, contados da data de publicação do anúncio ou da data em que o aviso escrito tenha sido recebido.

4. A Assembleia Geral, quando delibere um aumento de capital ou quando tal aumento seja deliberado pelo Conselho de Administração, e desde que tal seja exigido pelo interesse social, pode limitar ou suprimir o direito de preferência.

5. Quando a proposta de limitação ou supressão do direito de preferência seja feita pelo Conselho de Administração, este deve apresentar também um relatório escrito, devidamente fundamentado, contendo:

a) As razões que justificam a limitação ou supressão

b) O modo de atribuição das novas acções;

c) As condições de liberação;

d) O preço para a emissão;

e) Os critérios utilizados para a determinação do preço.

ARTIGO 7.º
(Transmissão de acções)

A transmissão de acções entre os accionistas ou a terceiros não está subordinada ao consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º
(Operações financeiras)

Nos termos da lei em vigor e obtidas as necessárias autorizações, a sociedade poderá emitir obrigações, bem como obter crédito a curto, médio e longo prazos, em conformi-

dade com as condições que vierem a ser deliberadas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 9.º
(Amortização de acções

1. A sociedade reserva-se o direito de sem o consentimento dos seus titulares, amortizar as acções que se encontrem nas seguintes condições:

a) Que sejam objecto de penhora e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

b) Que sejam dadas em penhor e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

c) Que sejam objecto de arresto ou de apreensão judicial;

d) Em caso de interposição de processo de dissolução, de processo especial de recuperação de empresa ou de processo especial de falência de qualquer um dos accionistas que for pessoa colectiva e ainda em caso de fusão com sociedade não accionistas, em relação às acções detidas por estes accionistas;

e) Em caso de insolvência de qualquer um dos accionistas pessoas singulares, em relação às acções por ele detidas;

f) Em caso de interdição ou de inabilitação de qualquer um dos accionistas pessoas singulares se o representante legal do interdito ou do inabilitado não for ele próprio accionista da sociedade, em relação às acções detidas pelo interdito ou inabilitado.

2. As acções serão amortizadas pelo valor resultante do último balanço aprovado, ou de balanço especial aprovado para o efeito, ou avaliação especialmente realizada para o refeito, consoante seja deliberado em Assembleia Geral, podendo ser deliberada a amortização no prazo máximo de seis meses a contar da ocorrência do acto.

CAPÍTULO III
Órgãos sociais

ARTIGO 10.º
(Órgãos da sociedade e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:

a) A Assembleia Geral,

b) O Conselho de Administração ou, até USD 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pode a sociedade optar por ter um Administrador-Único;

c) O Fiscal-Único, enquanto o capital social da sociedade for inferior a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de 4 anos e é permitida a sua reeleição.

3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da eleição e continuam a exercer funções até à eleição de quem os substitua.

4. Os membros dos órgãos sociais têm direito à remuneração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral.

5. Os órgãos sociais deverão reunir com a periodicidade estabelecida na lei ou nos regulamentos internos que vierem a ser aprovados que, igualmente, deverão estabelecer o modo de convocação e o quórum para reunir ou para deliberar.

6. De cada reunião será lavrada uma acta que deverá ser assinada por todos os presentes.

7. Os administradores ficam dispensados de caucionar a sua gestão.

SECÇÃO I
Assembleia Geral

ARTIGO 11.º
(Constituição da Assembleia Geral e direito de voto)

1. A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, pessoas singulares ou colectivas, que, segundo a lei e o contrato de sociedade, tiverem direito a, pelo menos, um voto, cabendo a cada acção um voto.

2. Sem prejuízo dos preceitos imperativos da lei sobre representação, para se fazer representar em Assembleia Geral, o accionista deve enviar uma carta por si subscrita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, identificando o representante; a carta que conceda poderes de representação em Assembleia Geral deve ser arquivada na sociedade e é válida para uma assembleia especificada, reunindo em primeira ou em segunda convocação.

3. As pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por qualquer meio escrito, que deve ser recebido até às 24 horas do penúltimo dia anterior à data de realização da Assembleia, o nome da pessoa que as represente.

ARTIGO 12.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um Presidente e um Secretário eleitos de entre os accionistas ou de entre pessoas singulares estranhas à sociedade.

2. O Presidente da Mesa é responsável pela convocação da assembleia e pela condução dos trabalhos, bem como por tudo o que estiver previsto na lei.

3. O Secretário deve auxiliar o Presidente no cumprimento das formalidades previstas na lei.

ARTIGO 13.º
(Competência da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral deliberará sobre todos os assuntos para os quais a lei ou o presente contrato de sociedade lhe atribuem competência.

2. Salvo quando a lei ou o presente contrato de sociedade exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria simples dos votos emitidos em cada Assembleia Geral, nomeadamente, nos seguintes casos:

a) A chamada e a restituição de prestações acessórias;

b) A aquisição, a alienação e a oneração de acções próprias;

c) A exclusão de accionistas;

d) A designação dos membros do Conselho de Administração;

e) A designação de membros do Conselho Fiscal;

f) A Destituição de administradores e de membros do Conselho Fiscal;

g) A proposição de acções pela sociedade contra administradores, accionistas ou membros do Conselho Fiscal, e bem assim, a desistência e transacção nessas acções;

h) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;

i) A exoneração de responsabilidade dos administradores ou membros Conselho Fiscal.

3. Dependem da deliberação dos accionistas, a tomar por maioria de dois terços dos votos emitidos, o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso de sociedade dissolvida à actividade.

ARTIGO 14.º
(Convocação, quórum e reunião)

1. A Assembleia Geral é convocada pelo respectivo Presidente da Mesa, por meio de convocatória publicada com a antecedência mínima de 30 dias, em relação à data da reunião, devendo mencionar sempre a ordem de trabalhos.

2. Em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode deliberar quando estejam presentes ou representados accionistas titulares de, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital.

3. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respectivas acções correspondem, excepto na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da sociedade, a qual só se considera regularmente constituída e poderá validamente deliberar se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, um terço do capital social.

4. A segunda reunião deverá ter lugar não antes de 15 dias a seguir à primeira data marcada para a realização da primeira.

5. A Assembleia Geral reunirá:

a) Em sessão ordinária, no primeiro trimestre de cada ano;

b) Em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal julguem conveniente e o requeiram ao Presidente da Mesa ou quando requerida, a este mesmo órgão, por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital subscrito.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 15.º
(Composição)

1. A administração da sociedade será exercida por um Administrador-Único ou por um Conselho de Administração composto por 3 (três), 5 (cinco) ou 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, de entre accionistas ou terceiros, pessoas singulares ou colectivas, estas últimas desde que individualizem a pessoa física que exerce o cargo em seu nome.

2. O Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, um Presidente e um Vice-presidente.

3. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos a caucionar a sua gestão.

ARTIGO 16.º
(Delegação de poderes)

1. Salvo disposição legal em contrário e sem prejuízo de poder continuar a deliberar sobre as matérias da sua competência, o Conselho de Administração poderá delegar em um ou mais Administradores, a gestão de assuntos determinados e específicos, e poderá também delegar num ou mais Administradores ou numa comissão executiva, constituída por um número ímpar de administradores, a gestão corrente da Sociedade, devendo, um ou noutro caso, definir em acta os limites e condições da delegação.

2. Sendo criada uma comissão executiva, o Conselho de Administração deverá definir a sua composição e modo de funcionamento.

ARTIGO 17.º
(Competência do Administrador-Único e Conselho de Administração)

Para além do disposto na lei e nos presentes Estatutos, ao Administrador-Único ou ao Conselho de Administração compete, em especial:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações inerentes ao seu objecto social, nomeadamente, decidir sobre a participação no capital de outras sociedades, associar a sociedade a outras entidades, ou participar em agrupamentos de empresas;

b) Definir as políticas gerais da sociedade;

c) Promover a elaboração de planos de actividade e orçamentos anuais e plurianuais, aprovando-os e coordenando a sua execução;

d) Elaborar e submeter à Assembleia Geral o relatório e contas de cada exercício social;

e) Definir a organização interna da sociedade, aperfeiçoar e racionalizar os métodos de trabalho, elaborar os regulamentos internos, manuais e instruções que entender convenientes;

f) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos sempre que o entenda conveniente para a sociedade;

g) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo, nomeadamente, recorrer a árbitros ou tribunais arbitrais para solução de conflitos;

h) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos membros conforme julgue conveniente;

i) Contratar os trabalhadores da empresa, fixar-lhes as condições contratuais e exercer o poder disciplinar;

j) Decidir sobre a emissão de obrigações ou outros títulos negociáveis.

ARTIGO 18.º
(Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

a) Representar o Conselho de Administração;

b) Coordenar a actividade do Conselho de Administração e dirigir as respectivas reuniões;

c) Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente será substituído pelo vice-presidente ou por um vogal do Conselho de Administração por si designado para o efeito.

ARTIGO 19.º
(Reuniões)

1. O Conselho de Administração reunirá, pelo menos, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou por iniciativa de pelo menos dois dos seus administradores.

2. A convocação pode ser feita por qualquer meio escrito com uma antecedência de 15 dias.

3. O Conselho de Administração reúne e delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros em exercício.

4. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, correspondendo a cada membro um voto e dispondo o seu Presidente de voto de qualidade.

ARTIGO 20.º
(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade obriga-se pela assinatura:

a) Do Administrador-Único;

b) Conjunta de dois membros do Conselho de Administração;

c) Conjunta de um administrador e um procurador, no limite do respectivo mandato;

d) Conjunta de dois procuradores no âmbito dos respectivos mandatos;

e) Singular de um administrador ou um procurador com poderes para o efeito único e exclusivamente em assuntos de mero expediente.

SECÇÃO III
Fiscalização da Sociedade

ARTIGO 21.º
(Fiscalização da sociedade)

A fiscalização da actividade social será exercida por um Fiscal-Único que terá um suplente.

ARTIGO 22.º
(Competências do Fiscal-Único)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, compete especialmente ao Fiscal-Único:

a) Dar parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;

b) Assistir às reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, sempre que o entenda conveniente e/ou quando as tenha convocado;

c) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida para apreciação pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 23.º
(Duração dos mandatos dos Órgãos sociais)

1. O Administrador-Único ou os membros do Conselho de Administração e o Fiscal-Único são eleitos pela Assembleia Geral por mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, por uma ou mais vezes.

2. Terminado o prazo dos respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais manter-se-ão em funções até serem substituídos, sem prejuízo do disposto na lei relativamente a renúncia a cargos sociais.

CAPÍTULO IV
Ano Social, Aplicação de Resultados

ARTIGO 24.º
(Exercício anual)

O exercício anual coincide com o ano civil.

ARTIGO 25.º
(Aplicação de resultados)

1. Os resultados da sociedade serão aplicados em conformidade com o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral, não sendo obrigatória qualquer distribuição aos accionistas, e a respectiva deliberação definirá:

a) A formação, a reconstituição ou o reforço de reservas impostas por lei;

b) A formação, a reconstituição ou o reforço de outras reservas;

c) Distribuição de dividendos.

2. Poderá haver adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício até ao máximo permitido por lei e desde que observados os demais termos legais.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 26.º
(Preceitos dispositivos da Lei das Sociedades Comerciais)

Nos termos e para os efeitos do que se dispõe no n.º 4 do artigo 10.º da Lei das Sociedades Comerciais, estabelece-se expressamente que os preceitos dispositivos daquela lei poderão ser derrogados por deliberações dos sócios nesse sentido.

ARTIGO 27.º
(Disposição do capital social)

Qualquer um dos administradores fica, desde já, autorizado, antes do registo definitivo do Contrato de Sociedade e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 223.º da Lei das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento da importância correspondente ao capital social a fim de ocorrer às despesas de constituição, registo, instalação da sede social e aquisição de bens de equipamento ou outros que sejam necessários ou convenientes à prossecução dos fins sociais.

ARTIGO 28.º
(Dissolução e liquidação)

A dissolução e liquidação da sociedade reger-se-ão pelas disposições da lei aplicável.

ARTIGO 29.º
(Foro competente e lei aplicável)

1. O presente contrato de sociedade rege-se pela lei angolana.

2. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração deste contrato de sociedade, ou quanto à sua execução, as partes diligenciarão obter, por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesse ao seu alcance, uma solução concertada para a questão.

3. Quando, num prazo razoável, não superior a 30 (trinta) dias úteis sobre a data da primeira diligência tendente à resolução da questão surgida, não for possível uma solução amigável e negociada, nos termos previstos no número anterior, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer à Arbitragem, de acordo com a Lei n.º 16/03 de 25 de Junho, Lei da Arbitragem Voluntária, por um árbitro singular a designar em conformidade com as referidas regras, sendo que a sede do Tribunal será em Luanda e o processo será conduzido em língua portuguesa.

Ficam, desde já nomeados para o Conselho de Administração no quadriénio de 2015-2018:

a) Presidente: Júlia Germana Bastos;

b) Administrador: Margarida Buca Quinta;

c) Administrador: Gilberto de Jesus Cabral Pires.

(15-14868-L02)

FUBELA, S.A.

Certifico que, por escritura de 31 de Agosto de 201[illegible] lavrada, com início a folhas 17 do livro de notas para escri[illegible] turas diversas n.º 289-A do Cartório Notarial do Guich[illegible] Único de Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.os 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada, «FUBELA, S. A.» com sede em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Avenida Comandante Gika, Casa n.º 150, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
FUBELA, S.A.

CAPÍTULO I
Denominação, Duração, Sede e Objecto Social

ARTIGO 1.º
(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação social de «FUBELA, S. A.», e durará por tempo indeterminado a partir da sua constituição.

ARTIGO 2.º
(Sede, sucursais e outras formas de representação)

1. A sociedade tem a sua sede na Avenida Comandante Gika, n.º 150, Bairro do Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, Luanda.

2. Por simples deliberação da administração, a sede social poderá ser deslocada para outro local dentro do território nacional.

3. A sociedade, por simples deliberação da administração, poderá estabelecer filiais, sucursais, escritórios de representação, agências ou outras formas de representação, no País ou no estrangeiro, nos termos da lei.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços de gestão, consultoria e apoio às empresas; a realização e desenvolvimento em todas as suas vertentes de estudos e análises de mercado, de projectos de qualquer natureza incluindo projectos agrícolas, florestais e projectos industriais, a construção e promoção imobiliária, a compra, venda e locação de bens móveis ou imóveis, o comércio geral por grosso ou a retalho, incluindo importação e exportação, e, em geral o exercício, directa ou indirectamente, de

quaisquer actividades de natureza comercial ou industrial permitidas por lei.

2. A sociedade pode ainda prosseguir o seu objecto social mediante a participação noutras sociedades.

3. A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, anónimas ou por quotas e em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas de natureza pública ou privada para formar sociedades, agrupamentos de empresas, consórcios ou entidades de natureza semelhante e, ainda, participar na sua administração e fiscalização.

4. A sociedade poderá adquirir acções próprias e realizar, sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas. Enquanto as acções pertencerem à sociedade todos os direitos a elas inerentes ficam suspensos, à excepção do direito de receber novas acções, em caso de aumento do capital social por incorporação de reservas, e no caso de redução do capital.

CAPÍTULO II
Capital Social e Acções

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e está dividido em 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas), cada uma.

2. Pode haver lugar, por uma ou mais vezes, ao aumento do capital social mediante proposta do Conselho de Administração, que incluirá, nos termos legais, as condições de subscrição, as categorias de acções e os direitos de preferência na subscrição das novas acções.

ARTIGO 5.º
(Acções)

1. As acções representativas do capital social da sociedade serão nominativas e ao portador representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil acções, podendo a administração, quando o julgar conveniente e lhe for solicitado, emitir títulos, provisórios ou definitivos, representativos de qualquer número de acções.

2. Poderão ser emitidas acções preferenciais, sem direito a voto, até ao montante representativo de metade do capital social, que poderão ser remíveis, pelo valor nominal, acrescido ou não de um prémio, conforme o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral que deverá, igualmente, definir o método de cálculo do prémio de remição.

3. No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular pelo montante definido na deliberação de emissão.

4. Os títulos definitivos ou provisórios serão numerados, carimbados e assinados:

a) Por dois administradores, cujas assinaturas poderão ser, manuscritas ou apostas por chancela ou por outros meios tipográficos de impressão; ou

b) Por um administrador e uma pessoa física, com mandato para o efeito, passado pelo Conselho de Administração.

5. Fica desde já autorizada a emissão ou conversão de acções escriturais, nos termos da legislação aplicável e desde que haja prévia deliberação da Assembleia Geral nesse sentido.

6. As despesas de conversão de títulos são encargos dos accionistas.

7. A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social e nos termos da lei.

ARTIGO 6.º
(Direito de preferência em caso de aumento de capital ou venda de acções próprias)

1. Os accionistas, na proporção das acções que já possuírem, gozam do direito de preferência no caso de subscrição de novas acções ou da venda de acções próprias.

2. Salvo disposição legal ou contratual em contrário, os accionistas devem ser avisados do prazo e das condições para o exercício do direito de preferência, por meio de anúncio publico em jornal da localidade onde se encontra a sede ou, na falta deste num dos jornais aí mais lidos e por escrito.

3. O prazo referido no n.º 2. supra, não pode ser inferior a 15 dias, contados da data de publicação do anúncio ou da data em que o aviso escrito tenha sido recebido.

4. A Assembleia Geral, quando delibere um aumento de capital ou quando tal aumento seja deliberado pelo Conselho de Administração, e desde que tal seja exigido pelo interesse social, pode limitar ou suprimir o direito de preferência.

5. Quando a proposta de limitação ou supressão do direito de preferência seja feita pelo Conselho de Administração, este deve apresentar também um relatório escrito, devidamente fundamentado, contendo:

a) As razões que justificam a limitação ou supressão;

b) O modo de atribuição das novas acções;

c) As condições de liberação;

d) O preço para a emissão;

e) Os critérios utilizados para a determinação do preço.

ARTIGO 7.º
(Transmissão de acções)

A transmissão de acções entre os accionistas ou a terceiros não está subordinada ao consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º
(Operações financeiras)

Nos termos da lei em vigor e obtidas as necessárias autorizações, a sociedade poderá emitir obrigações, bem como obter crédito a curto, médio e longo prazos, em conformidade com as condições que vierem a ser deliberadas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 9.º
(Amortização de acções)

1. A sociedade reserva-se o direito de, sem o consentimento dos seus titulares, amortizar as acções que se encontrem nas seguintes condições:

a) Que sejam objecto de penhora e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

b) Que sejam dadas em penhor e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

c) Que sejam objecto de arresto ou de apreensão judicial;

d) Em caso de interposição de processo de dissolução, de processo especial de recuperação de empresa ou de processo especial de falência de qualquer um dos accionistas que for pessoa colectiva e ainda em caso de fusão com sociedade não accionistas, em relação às acções detidas por estes accionistas;

e) Em caso de insolvência de qualquer um dos accionistas pessoas singulares, em relação às acções por ele detidas;

f) Em caso de interdição ou de inabilitação de qualquer um dos accionistas pessoas singulares se o representante legal do interdito ou do inabilitado não for ele próprio accionista da sociedade, em relação às acções detidas pelo interdito ou inabilitado.

2. As acções serão amortizadas pelo valor resultante do último balanço aprovado, ou de balanço especial aprovado para o efeito, ou de avaliação especialmente realizada para o efeito, consoante seja deliberado em Assembleia Geral, podendo ser deliberada a amortização no prazo máximo de seis meses a contar da ocorrência do acto.

CAPÍTULO III
Órgãos Sociais

ARTIGO 10.º
(Órgãos da sociedade e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:

a) A Assembleia Geral,

b) O Conselho de Administração ou, até USD 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pode a sociedade optar por ter um Administrador-Único;

c) O Fiscal-Único, enquanto o capital social da sociedade for inferior a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de 4 anos e é permitida a sua reeleição.

3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da eleição e continuam a exercer funções até à eleição de quem os substitua.

4. Os membros dos órgãos sociais têm direito à remuneração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral.

5. Os órgãos sociais deverão reunir com a periodicidade estabelecida na lei ou nos regulamentos internos que vierem a ser aprovados que, igualmente, deverão estabelecer o modo de convocação e o quórum para reunir ou para deliberar.

6. De cada reunião será lavrada uma acta que deverá ser assinada por todos os presentes.

7. Os administradores ficam dispensados de caucionar a sua gestão.

SECÇÃO I
Assembleia Geral

ARTIGO 11.º
(Constituição da Assembleia Geral e direito de voto)

1. A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, pessoas singulares ou colectivas, que, segundo a lei e o contrato de sociedade, tiverem direito a, pelo menos, um voto, cabendo a cada acção um voto.

2. Sem prejuízo dos preceitos imperativos da lei sobre representação, para se fazer representar em Assembleia Geral, o accionista deve enviar uma carta por si subscrita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, identificando o representante; a carta que conceda poderes de representação em Assembleia Geral deve ser arquivada na sociedade e é válida para uma assembleia especificada, reunindo em primeira ou em segunda convocação.

3. As pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por qualquer meio escrito, que deve ser recebido até às 24 horas do penúltimo dia anterior à data de realização da assembleia, o nome da pessoa que as represente.

ARTIGO 12.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente e um secretário eleitos de entre os accionistas ou de entre pessoas singulares estranhas à sociedade.

2. O Presidente da Mesa é responsável pela convocação da assembleia e pela condução dos trabalhos, bem como por tudo o que estiver previsto na lei.

3. O secretário deve auxiliar o presidente no cumprimento das formalidades previstas na lei.

ARTIGO 13.º
(Competência da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral deliberará sobre todos os assuntos para os quais a lei ou o presente contrato de sociedade lhe atribuem competência.

2. Salvo quando a lei ou o presente contrato de sociedade exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria simples dos votos emitidos em cada Assembleia Geral, nomeadamente, nos seguintes casos:

a) A chamada e a restituição de prestações acessórias;

b) A aquisição, a alienação e a oneração de acções próprias;

c) A exclusão de accionistas;

d) A designação dos membros do Conselho de Administração;

e) A designação de membros do Conselho Fiscal;

f) A destituição de administradores e de membros do Conselho Fiscal;

g) A proposição de acções pela sociedade contra administradores, accionistas ou membros do Conselho Fiscal, e bem assim, a desistência e transacção nessas acções;

h) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;

i) A exoneração de responsabilidade dos administradores ou membros Conselho Fiscal.

3. Dependem da deliberação dos accionistas, a tomar por maioria de dois terços dos votos emitidos, o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso de sociedade dissolvida à actividade.

ARTIGO 14.º
(Convocação, quórum e reunião)

1. A Assembleia Geral é convocada pelo respectivo Presidente da Mesa, por meio de convocatória publicada com a antecedência mínima de 30 dias, em relação à data da reunião, devendo mencionar sempre a ordem de trabalhos.

2. Em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode deliberar quando estejam presentes ou representados accionistas titulares de, pelo menos, cinquenta e um por cento do capital.

3. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respectivas acções correspondem, excepto na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da sociedade, a qual só se considera regularmente constituída e poderá validamente deliberar se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, um terço do capital social.

4. A segunda reunião deverá ter lugar não antes de 15 dias a seguir à primeira data marcada para a realização da primeira.

5. A Assembleia Geral reunirá:

a) Em sessão ordinária, no primeiro trimestre de cada ano;

b) Em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal julguem conveniente e o requeiram ao Presidente da Mesa ou quando requerida, a este mesmo órgão, por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital subscrito.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 15.º
(Composição)

1. A administração da sociedade será exercida por um Administrador-Único ou por um Conselho de Administração composto por 3 (três), 5 (cinco) ou 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, de entre accionistas ou terceiros, pessoas singulares ou colectivas, estas últimas desde que individualizem a pessoa física que exerce o cargo em seu nome.

2. O Conselho de Administração designará, entre os seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente.

3. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos a caucionar a sua gestão.

ARTIGO 16.º
(Delegação de poderes)

1. Salvo disposição legal em contrário e sem prejuízo de poder continuar a deliberar sobre as matérias da sua competência, o Conselho de Administração poderá delegar em um ou mais administradores, a gestão de assuntos determinados e específicos, e poderá também delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva, constituída por um número ímpar de administradores, a gestão corrente da sociedade, devendo, um ou noutro caso, definir em acta os limites e condições da delegação.

2. Sendo criada uma comissão executiva, o Conselho de Administração deverá definir a sua composição e modo de funcionamento.

ARTIGO 17.º
(Competência do Administrador-Único e Conselho de Administração)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, ao Administrador-Único ou ao Conselho de Administração compete, em especial:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações inerentes ao seu objecto social, nomeadamente, decidir sobre a participação no capital de outras sociedades, associar a sociedade a outras entidades, ou participar em agrupamentos de empresas;

b) Definir as políticas gerais da sociedade;

c) Promover a elaboração de planos de actividade e orçamentos anuais e plurianuais, aprovando-os e coordenando a sua execução;

d) Elaborar e submeter à Assembleia Geral o relatório e contas de cada exercício social;

e) Definir a organização interna da sociedade, aperfeiçoar e racionalizar os métodos de trabalho, elaborar os regulamentos internos, manuais e instruções que entender convenientes;

f) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos sempre que o entenda conveniente para a sociedade;

g) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo, nomeadamente, recorrer a árbitros ou tribunais arbitrais para solução de conflitos;

h) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos membros conforme julgue conveniente;

i) Contratar os trabalhadores da empresa, fixar-lhes as condições contratuais e exercer o poder disciplinar;

j) Decidir sobre a emissão de obrigações ou outros títulos negociáveis.

ARTIGO 18.º
(Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

a) Representar o Conselho de Administração;

b) Coordenar a actividade do Conselho de Administração e dirigir as respectivas reuniões;

c) Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente será substituído pelo vice-presidente ou por um vogal do Conselho de Administração por si designado para o efeito.

ARTIGO 19.º
(Reuniões)

1. O Conselho de Administração reunirá, pelo menos, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu presidente ou por iniciativa de pelo menos dois dos seus administradores.

2. A convocação pode ser feita por qualquer meio escrito com uma antecedência de 15 dias.

3. O Conselho de Administração reúne e delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros em exercício.

4. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, correspondendo a cada membro um voto e dispondo o seu presidente de voto de qualidade.

ARTIGO 20.º
(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade obriga-se pela assinatura:

a) Do Administrador-Único;

b) Conjunta de dois membros do Conselho de Administração;

c) Conjunta de um administrador e um procurador, no limite do respectivo mandato;

d) Conjunta de dois procuradores no âmbito dos respectivos mandatos;

e) Singular de um administrador ou um procurador com poderes para o efeito, única e exclusivamente em assuntos de mero expediente.

SECÇÃO III
Fiscalização da Sociedade

ARTIGO 21.º
(Fiscalização da sociedade)

A fiscalização da actividade social será exercida por um Fiscal-Único que terá um suplente.

ARTIGO 22.º
(Competências do Fiscal-Único)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, compete especialmente ao Fiscal-Único:

a) Dar parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;

b) Assistir às reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, sempre que o entenda conveniente e/ou quando as tenha convocado;

c) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida para apreciação pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 23.º
(Duração dos mandatos dos órgãos sociais)

1. O Administrador-Único ou os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único são eleitos pela Assembleia Geral por mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, por uma ou mais vezes.

2. Terminado o prazo dos respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais manter-se-ão em funções até serem substituídos, sem prejuízo do disposto na lei relativamente a renúncia a cargos sociais.

CAPÍTULO IV
Ano social, Aplicação de Resultados

ARTIGO 24.º
(Exercício anual)

O exercício anual coincide com o ano civil.

ARTIGO 25.º
(Aplicação de Resultados)

1. Os resultados da sociedade serão aplicados em conformidade com o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral, não sendo obrigatória qualquer distribuição aos accionistas, e a respectiva deliberação definirá:

a) A formação, a reconstituição ou o reforço de reservas impostas por lei;

b) A formação, a reconstituição ou o reforço de outras reservas;

c) Distribuição de dividendos.

2. Poderá haver adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício até ao máximo permitido por lei e desde que observados os demais termos legais.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 26.º
(Preceitos dispositivos da Lei das Sociedades Comerciais)

Nos termos e para os efeitos do que se dispõe no n.º 4 do artigo 10.º da Lei das Sociedades Comerciais, estabelece-se expressamente que os preceitos dispositivos daquela lei poderão ser derrogados por deliberações dos sócios nesse sentido.

ARTIGO 27.º
(Disposição do capital social)

Qualquer um dos administradores fica, desde já, autorizado, antes do registo definitivo do Contrato de Sociedade e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 223.º da Lei das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento da importância correspondente ao capital social a fim de ocorrer às despesas de constituição, registo, instalação da sede social e aquisição de bens de equipamento ou outros que sejam necessários ou convenientes à prossecução dos fins sociais.

ARTIGO 28.º
(Dissolução e liquidação)

A dissolução e liquidação da sociedade reger-se-ão pelas disposições da lei aplicável.

ARTIGO 29.º
(Foro competente e lei aplicável)

1. O presente contrato de sociedade rege-se pela lei angolana.

2. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração deste contrato de sociedade, ou quanto à sua execução, as partes diligenciarão obter, por todo os meios de diálogo e modos de composição de interesse ao seu alcance, uma solução concertada para a questão.

3. Quando, num prazo razoável, não superior a 30 (trinta) dias úteis sobre a data da primeira diligência tendente à resolução da questão surgida, não for possível uma solução amigável e negociada, nos termos previstos no número anterior, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer a arbitragem, de acordo com a Lei n.º 16/2003 de 25 de Junho, «Lei da Arbitragem Voluntária», por um árbitro singular a designar em conformidade com as referidas regras, sendo que a sede do tribunal será em Luanda e o processo será conduzido em língua portuguesa.

Ficam, desde já, nomeados para o Conselho de Administração no quadriénio de 2015-2018:

a) Presidente: Júlia Germana Bastos;

b) Administrador: Margarida Buca Quinta;

c) Administrador: Gilberto de Jesus Cabral Pires.

(15-14869-L02)

Leve Away, Limitada

Certifico que, por escritura de 2 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 9 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Joffre da Conceição Fernandes da Silva, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Pereira Africano, casa s/n.º;

Segundo: — Mauro Délcio Andrade de São José, casado com Ana da Silva Victor de São José, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Valódia, Avenida Comandante Valódia, Prédio n.º 45, 2.º andar, Apartamento D;

Terceiro: — Sayed Alexandre Benoliel Coelho da Cruz, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Valódia, Rua Sebastião Desta Vez, Casa n.º 54;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
LEVE AWAY, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Leve Away, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Pereira Africano, casa s/n.º, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, importação e comercializa-

ção de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agro- pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina-auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (3) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Joffre da Conceição Fernandes da Silva e outras 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Sayed Alexandre Benoliel Coelho da Cruz e Mauro Délcio Andrade de São José, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Joffre da Conceição Fernandes da Silva, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente, para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14872-L02)

Renx, S.A.

Certifico que, por escritura de 31 de Agosto de 2015, lavrada com início a folhas 27 do livro de notas para escrituras diversas n.º 289-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.os 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada, «Renx, S.A.», com sede em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Avenida Comandante Gika, Casa n.º 150, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
RENX, S.A.

CAPÍTULO I
Denominação, Duração, Sede e Objecto Social

ARTIGO 1.º
(Denominação e duração)

A sociedade adopta a denominação social de «Renx, S.A.», e durará por tempo indeterminado a partir da sua constituição.

ARTIGO 2.º
(Sede, sucursais e outras formas de representação)

1. A sociedade tem a sua sede na Avenida Comandante Gika, n.º 150, Bairro Alvalade, Distrito Urbano da Maianga, Luanda.

2. Por simples deliberação da administração, a sede social poderá ser deslocada para outro local dentro do território nacional.

3. A sociedade, por simples deliberação da administração, poderá estabelecer filiais, sucursais, escritórios de representação, agências ou outras formas de representação, no País ou no estrangeiro, nos termos da lei.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços de gestão, consultoria e apoio às empresas; a realização e desenvolvimento em todas as suas vertentes de estudos e análises de mercado, de projectos de qualquer natureza incluindo projectos agrícolas, florestais e projectos industriais, a construção e promoção imobiliária, a compra, venda e locação de bens móveis ou imóveis, o comércio geral por grosso ou a retalho, incluindo importação e exportação; e, em geral o exercício, directa ou indirectamente, de quaisquer actividades de natureza comercial ou industrial permitidas por lei.

2. A sociedade pode ainda prosseguir o seu objecto social mediante a participação noutras sociedades.

3. A sociedade pode adquirir e alienar participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, anónimas ou por quotas e em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas de natureza pública ou privada para formar sociedades, agrupamentos de empresas, consórcios ou entidades de natureza semelhante e, ainda, participar na sua administração e fiscalização.

4. A sociedade poderá adquirir acções próprias e realizar, sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas. Enquanto as acções pertencerem à sociedade todos os direitos a elas inerentes ficam suspensos, à excepção do direito de receber novas acções, em caso de aumento do capital social por incorporação de reservas, e no caso de redução do capital.

CAPÍTULO II
Capital Social e Acções

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e está dividido em 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas) cada uma.

2. Pode haver lugar, por uma ou mais vezes, ao aumento do capital social mediante proposta do Conselho de Administração, que incluirá, nos termos legais, as condições de subscrição, as categorias de acções e os direitos de preferência na subscrição das novas acções.

ARTIGO 5.º
(Acções)

1. As acções representativas do capital social da sociedade serão nominativas e ao portador representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 500 1000 e múltiplos de mil acções, podendo a administração, quando o julgar conveniente e lhe for solicitado, emitir títulos, provisórios ou definitivos, representativos de qualquer número de acções.

2. Poderão ser emitidas acções preferenciais, sem direito a voto, até ao montante representativo de metade do capital social, que poderão ser remíveis, pelo valor nominal, acrescido ou não de um prémio, conforme o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral que deverá, igualmente, definir o método de cálculo do prémio de remição.

3. No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular pelo montante definido na deliberação de emissão.

4. Os títulos definitivos ou provisórios serão numerados, carimbados e assinados:

a) Por dois administradores, cujas assinaturas poderão ser, manuscritas ou apostas por chancela ou por outros meios tipográficos de impressão; ou

b) Por um administrador e uma pessoa física, com mandato para o efeito, passado pelo Conselho de Administração.

5. Fica desde já autorizada a emissão ou conversão de acções escriturais, nos termos da legislação aplicável e desde que haja prévia deliberação da Assembleia Geral nesse sentido.

6. As despesas de conversão de títulos são encargos dos accionistas.

7. A sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias e fazer sobre elas as operações mais convenientes para o interesse social e nos termos da lei.

ARTIGO 6.º
(Direito de preferência em caso de aumento de capital ou venda de acções próprias)

1. Os accionistas, na proporção das acções que já possuírem, gozam do direito de preferência no caso de subscrição de novas acções ou da venda de acções próprias.

2. Salvo disposição legal ou contratual em contrário, os accionistas devem ser avisados do prazo e das condições para o exercício do direito de preferência, por meio de anúncio publicado em jornal da localidade onde se encontra a sede ou, na falta deste num dos jornais aí mais lidos e por escrito.

3. O prazo referido no n.º 2 supra, não pode ser inferior a 15 dias, contados da data de publicação do anúncio ou da data em que o aviso escrito tenha sido recebido.

4. A Assembleia Geral, quando delibere um aumento de capital ou quando tal aumento seja deliberado pelo Conselho de Administração, e desde que tal seja exigido pelo interesse social, pode limitar ou suprimir o direito de preferência.

5. Quando a proposta de limitação ou supressão do direito de preferência seja feita pelo Conselho de Administração, este deve apresentar também um relatório escrito, devidamente fundamentado, contendo:

a) As razões que justificam a limitação ou supressão;

b) O modo de atribuição das novas acções;

c) As condições de liberação;

d) O preço para a emissão;

e) Os critérios utilizados para a determinação do preço.

ARTIGO 7.º
(Transmissão de acções)

A transmissão de acções entre os accionistas ou a terceiros não está subordinada ao consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º
(Operações financeiras)

Nos termos da lei em vigor e obtidas as necessárias autorizações, a sociedade poderá emitir obrigações, bem como obter crédito a curto, médio e longo prazos, em conformidade com as condições que vierem a ser deliberadas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 9.º
(Amortização de Acções)

1. A sociedade reserva-se o direito de, sem o consentimento dos seus titulares, amortizar as acções que se encontrem nas seguintes condições:

a) Que sejam objecto de penhora e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

b) Que sejam dadas em penhor e, no âmbito de processo judicial, seja proferido despacho que ordene a sua venda;

c) Que sejam objecto de arresto ou de apreensão judicial;

d) Em caso de interposição de processo de dissolução, de processo especial de falência de qualquer um dos accionistas que for pessoa colectiva e ainda em caso de fusão com a sociedade não accionista em relação as acções detidas por estes accionistas;

e) Em caso de insolvência de qualquer um dos accionistas pessoas singulares, em relação às acções por ele detidas;

f) Em caso de interdição ou de inabilitação de qualquer um dos accionistas pessoas singulares se o representante legal do interdito ou do inabilitado não for ele próprio accionista da sociedade, em relação as acções detidas pelo interdito ou inabilitado.

2. As acções serão amortizadas pelo valor resultante do último balanço aprovado, ou de balanço especial aprovado para o efeito, ou de avaliação especialmente realizada para o efeito, consoante seja deliberado em Assembleia Geral, podendo ser deliberada a amortização no prazo máximo de seis meses a contar da ocorrência do acto.

CAPÍTULO III
Órgãos Sociais

ARTIGO 10.º
(Órgãos da sociedade e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:

a) A Assembleia Geral;

b) O Conselho de Administração ou, até USD 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América). pode a sociedade optar por ter um Administrador-Único;

c) O Fiscal-Único, enquanto o capital social da sociedade for inferior a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. O mandato dos membros dos órgãos sociais tem a duração de 4 anos e é permitida a sua reeleição.

3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da eleição e continuam a exercer funções até à eleição de quem os substitua.

4. Os membros dos órgãos sociais têm direito à remuneração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral.

5. Os órgãos sociais deverão reunir-se com a periodicidade estabelecida na lei ou nos regulamentos internos que vierem a ser aprovados que, igualmente, deverão estabelecer o modo de convocação e o quórum para se reunir ou para deliberar.

6. De cada reunião será lavrada uma acta que deverá ser assinada por todos os presentes.

7. Os administradores ficam dispensados de caucionar a sua gestão.

SECÇÃO I
Assembleia Geral

ARTIGO 11.º
(Constituição da Assembleia Geral e direito de voto)

1. A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, pessoas singulares ou colectivas, que, segundo a lei e o contrato de sociedade, tiverem direito a, pelo menos, um voto, cabendo a cada acção um voto.

2. Sem prejuízo dos preceitos imperativos da lei sobre representação, para se fazer representar Assembleia Geral, o accionista deve enviar uma carta por si subscrita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, identificando o representante; a carta que conceda poderes de representação em Assembleia Geral deve ser arquivada na sociedade e é válida para uma assembleia especificada, reunindo em primeira ou em segunda convocação.

3. As pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por qualquer meio escrito, que deve ser recebido até às 24 horas do penúltimo dia anterior à data de realização da Assembleia, o nome da pessoa que as represente.

ARTIGO 12.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente e um secretário eleitos de entre os accionistas ou de entre pessoas singulares estranhas à sociedade.

2. O Presidente da Mesa é responsável pela convocação da assembleia e pela condução dos trabalhos, bem como por tudo o que estiver previsto na lei.

3. O secretário deve auxiliar o presidente no cumprimento das formalidades previstas na lei.

ARTIGO 13.º
(Competência da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral deliberará sobre todos os assuntos para os quais a lei ou o presente contrato de sociedade lhe atribuem competência.

2. Salvo quando a lei ou o presente contrato de sociedade exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria simples dos votos emitidos em cada Assembleia Geral, nomeadamente, nos seguintes casos:

a) A chamada e a restituição de prestações acessórias;

b) A aquisição, a alienação e a oneração de acções próprias;

c) A exclusão de accionistas;

d) A designação dos membros do Conselho de Administração;

e) A designação de Conselho Fiscal;

f) A destituição de administradores e de membros do Conselho Fiscal;

g) A proposição de acções pela sociedade contra administradores, accionistas ou membros do Conselho Fiscal, e bem assim, a desistência e transacção nessas acções;

h) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;

i) A exoneração de responsabilidade dos administradores ou membros do Conselho Fiscal.

3. Dependem da deliberação dos accionistas, a tomar por maioria de 2/3 dos votos emitidos, o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade a fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso de sociedade dissolvida a actividade.

ARTIGO 14.º
(Convocação, quórum e reunião)

1. A Assembleia Geral é convocada pelo respectivo Presidente da Mesa, por meio de convocatória publicada com a antecedência mínima de 30 dias, em relação à data da reunião, devendo mencionar sempre a ordem de trabalhos.

2. Em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode deliberar quando estejam presentes ou representados accionistas titulares de, pelo menos, 51% do capital.

3. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respectivas acções correspondem, excepto na Assembleia Geral convocada para deliberar sobre o aumento do capital social, a alteração do contrato de sociedade, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da sociedade, a qual só se considera regularmente constituída e poderá validamente deliberar se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, 1/3 do capital social.

4. A segunda reunião deverá ter lugar não antes de 15 dias a seguir à primeira data marcada para a realização da primeira.

5. A Assembleia Geral reunir-se-á:

a) Em sessão ordinária, no primeiro trimestre de cada ano;

b) Em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal julguem conveniente e o requeiram ao Presidente da Mesa ou quando requerida, a este mesmo órgão, por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital subscrito.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 15.º
(Composição)

1. A administração da sociedade será exercida por um Administrador-Único ou por um Conselho de Administração composto por 3 (três), 5 (cinco) ou 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, de entre accionistas ou terceiros, pessoas singulares ou colectivas, estas últimas desde que individualizem a pessoa física que exerce o cargo em seu nome.

2. O Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, um presidente e um vice-presidente.

3. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos a caucionar a sua gestão.

ARTIGO 16.º
(Delegação de poderes)

1. Salvo disposição legal em contrário e sem prejuízo de poder continuar a deliberar sobre as matérias da sua competência, o Conselho de Administração poderá delegar em um ou mais administradores, a gestão de assuntos determinados e específicos, e poderá também delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva, constituída por um número ímpar de administradores, a gestão corrente da sociedade, devendo, um ou noutro caso, definir em acta os limites e condições da delegação.

2. Sendo criada uma comissão executiva, o Conselho de Administração deverá definir a sua composição e modo de funcionamento.

ARTIGO 17.º
(Competência do Administrador-Único e Conselho de Administração)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, ao Administrador-Único ou ao Conselho de Administração compete, em especial:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações inerentes ao seu objecto social, nomeadamente, decidir sobre a participação no capital de outras sociedades, associar a sociedade a outras entidades, ou participar em agrupamentos de empresas;

b) Definir as políticas gerais da sociedade;

c) Promover a elaboração de planos de actividade e orçamentos anuais e plurianuais, aprovando-os e coordenando a sua execução;

d) Elaborar e submeter à Assembleia Geral o relatório e contas de cada exercício social;

e) Definir a organização interna da sociedade, aperfeiçoar e racionalizar os métodos de trabalho, elaborar os regulamentos internos, manuais e instruções que entender convenientes;

f) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos sempre que o entenda conveniente para a sociedade;

g) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo, nomeadamente, recorrer a árbitros ou tribunais arbitrais para solução de conflitos;

h) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos membros conforme julgue conveniente;

i) Contratar os trabalhadores da empresa, fixar-lhes as condições contratuais e exercer o poder disciplinar;

j) Decidir sobre a emissão de obrigações ou outros títulos negociáveis.

ARTIGO 18.º
(Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

a) Representar o Conselho de Administração;

b) Coordenar a actividade do Conselho de Administração e dirigir as respectivas reuniões;

c) Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente será substituído pelo vice-presidente ou por um vogal do Conselho de Administração por si designado para o efeito.

ARTIGO 19.º
(Reuniões)

1. O Conselho de Administração reunir-se-á, pelo menos, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu presidente ou por iniciativa de pelo menos dois dos seus administradores.

2. A convocação pode ser feita por qualquer meio escrito com uma antecedência de 15 dias.

3. O Conselho de Administração reúne-se e delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros em exercício.

4. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, correspondendo a cada membro um voto e dispondo o seu presidente de voto de qualidade.

ARTIGO 20.º
(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade obriga-se pela assinatura:

a) Do Administrador-Único;

b) Conjunta de dois membros do Conselho de Administração;

c) Conjunta de um administrador e um procurador, no limite do respectivo mandato;

d) Conjunta de dois procuradores no âmbito dos respectivos mandatos;

e) Singular de um administrador ou um procurador com poderes para o efeito, única e exclusivamente em assuntos de mero expediente.

SECÇÃO III
Fiscalização da Sociedade

ARTIGO 21.º
(Fiscalização da Sociedade)

A fiscalização da actividade social será exercida por um Fiscal-Único que terá um suplente.

ARTIGO 22.º
(Competências do Fiscal-Único)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, compete especialmente ao Fiscal-Único:

a) Dar parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;

b) Assistir às reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, sempre que o entenda conveniente e/ou quando as tenha convocado;

c) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida para apreciação pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 23.º
(Duração dos mandatos dos órgãos sociais)

1. O Administrador-Único ou os membros do Conselho de Administração e o Fiscal-Único são eleitos pela Assembleia Geral por mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, por uma ou mais vezes.

2. Terminado o prazo dos respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais manter-se-ão em funções até serem substituídos, sem prejuízo do disposto na lei relativamente a renúncia a cargos sociais.

CAPÍTULO IV
Ano social, Aplicação de Resultados

ARTIGO 24.º
(Exercício anual)

O exercício anual coincide com o ano civil.

ARTIGO 25.º
(Aplicação de resultados)

1. Os resultados da sociedade serão aplicados em conformidade com o que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral, não sendo obrigatória qualquer distribuição aos accionistas, e a respectiva deliberação definirá:

a) A formação, a reconstituição ou o reforço de reservas impostas por lei;

b) A formação, a reconstituição ou o reforço de outras reservas;

c) Distribuição de dividendos.

2. Poderá haver adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício até ao máximo permitido por lei e desde que observados os demais termos legais.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 26.º
(Preceitos dispositivos da Lei das Sociedades Comerciais)

Nos termos e para os efeitos do que se dispõe no n.º 4 do artigo 10.º da Lei das Sociedades Comerciais, estabelece-se expressamente que os preceitos dispositivos daquela lei poderão ser derrogados por deliberações dos sócios nesse sentido.

ARTIGO 27.º
(Disposição do capital social)

Qualquer um dos administradores fica, desde já, autorizado, antes do registo definitivo do contrato de sociedade e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 223.º da Lei das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento da importância correspondente ao capital social a fim de ocorrer às despesas de constituição, registo, instalação da sede social e aquisição de bens de equipamento ou outros que sejam necessários ou convenientes à prossecução dos fins sociais.

ARTIGO 28.º
(Dissolução e liquidação)

A dissolução e liquidação da sociedade reger-se-ão pelas disposições da lei aplicável.

ARTIGO 29.º
(Foro competente e lei aplicável)

1. O presente contrato de sociedade rege-se pela lei angolana.

2. No caso de litígio ou disputa quanto à interpretação, aplicação ou integração deste contrato de sociedade, ou quanto à sua execução, as partes diligenciarão obter, por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesse ao seu alcance, uma solução concertada para a questão.

3. Quando, num prazo razoável, não superior a 30 (trinta) dias úteis sobre a data da primeira diligência tendente à resolução da questão surgida, não for possível uma solução amigável e negociada, nos termos previstos no número anterior, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer à Arbitragem, de acordo com a Lei n.º 16/03, de 25 de Junho «Lei da Arbitragem Voluntária», por um árbitro singular a designar em conformidade com as referidas regras, sendo que a sede do Tribunal será em Luanda e o processo será conduzido em língua portuguesa.

Ficam, desde já, nomeados para o Conselho de Administração no quadriénio de 2015-2018:

a) Presidente: Júlia Germana Bastos;

b) Administrador: Margarida Buca Quinta;

c) Administrador: Gilberto de Jesus Cabral Pires.

(15-14873-L02)

CONSTRUVIA — Construções e Estradas, Limitada

Cessão de quotas, admissão de novo sócio, aumento de capital e alteração parcial do pacto social da sociedade «CONSTRUVIA — Construções e Estradas, Limitada».

Certifico que, por escritura de 28 de Agosto de 2015, lavrada com início a folhas 90, do livro de notas para escrituras diversas n.º 423, do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, perante mim, Job Faztudo Manuel, Licenciado em Direito, Auxiliar de Notário, colocado no referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Nuno Manuel das Neves Carneiro de Moura Falcão, solteiro, maior natural do Huambo, Província do Huambo, mas residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Sebastião Desta Vez, n.º 137, Zona 11, que outorga neste acto por si individualmente e como mandatário do sócio Abel Martins de Sousa, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, onde reside habitualmente, no Centro da Cidade, Rua Afonso de Albuquerque;

Segundo: — Manuel Inácio dos Santos Torres, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Comandante Kuenha, Casa n.º 118, Zona 8;

Terceiro: — Cristóvão Domingos Francisco da Cunha, casado com Maria Manuel da Silva da Cunha, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, mas reside habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Comandante Valódia, Rua Cristóvão Falcão, n.os 47/49, rés-do-chão;

E por eles foi dito:

Que, os outorgantes e o representado do primeiro outorgante, são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas, denominada «CONSTRUVIA — Construções e Estradas, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua José Anchieta, n.os 18/18-A, constituída por escritura datada de 18 de Julho de 2007, com início a folhas 87, verso, a folhas 88, do livro de notas para escrituras diversas n.º 26, deste Cartório Notarial, com o capital social de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 160.000,00 (cento e sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Abel Martins de Sousa e outras 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Nuno Manuel das Neves Carneiro de Moura Falcão, Manuel Inácio dos Santos Torres e Cristóvão Domingos Francisco da Cunha, respectivamente;

Que, conforme deliberado em Assembleia Geral plasmado na acta que no fim menciono e arquivo, pela presente escritura o primeiro outorgante no uso dos poderes a ele conferido, cede a totalidade quota do seu mandante (Abel Martins de Sousa), no valor nominal de Kz: 160.000,00 (cento e sessenta mil kwanzas), a si mesmo, valor este já recebido pelo cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação, apartando-se o cedente em definitivo da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar e o segundo e terceiro outorgantes prescindem do seu direito de preferência, dando o seu consentimento;

Pelo primeiro outorgante foi dito que aceita a cessão efectuada a seu favor, nos precisos termos exarados;

Em acto contínuo, os actuais sócios, decidem por unanimidade aumentar o capital social da sociedade de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), para Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas), sendo o valor do aumento ser de Kz: 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil kwanzas), feita por subscrição de 3 (três) novas quotas, no valor nominal de Kz: 3.510.000,00 (três milhões, quinhentos e dez mil kwanzas), Kz: 3.670.000,00 (três milhões, seiscentos e setenta mil kwanzas) e Kz: 2.420.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte mil kwanzas), feita pelos sócios Nuno Manuel das Neves Carneiro de Moura Falcão, Manuel Inácio dos Santos Torres e Cristóvão Domingos Francisco da Cunha, respectivamente, que unificam com a quota que cada um detinha na sociedade;

Nesta conformidade, altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social que passa a ter a seguinte redacção:

.....

ARTIGO 4.º

A sociedade tem o capital social de Kz: 10.000.000,00 (dez milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil kwanzas), pertencente ao sócio Cristóvão Domingos Francisco da Cunha e outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Nuno Manuel das Neves Carneiro de Moura Falcão e Manuel Inácio dos Santos Torres, respectivamente;

Declaram ainda os outorgantes que mantêm-se firmes e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 2 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

(15-14891-L02)

Aromas da Terra, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 74, do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Denise de Fátima Lourenço Gomes, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro de Ingombota, Rua Pedro Félix Machado, casa sem número, que outorga neste acto como mandatária da sociedade, «DFLG & C Investimentos, Limitada», com sede social em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro de Ingombota, Rua Pedro Félix Machado, n.º 38-A;

Segundo: — Noémia Henriques de Sousa Gomes, casada com Raul Gomes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Samba Cajú, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro de Ingombota, Rua Pedro Félix Machado, Prédio n.º 39, 2.º andar, Apartamento D;

Terceiro: — Virgílio de Sousa Gomes, casado com Arminda Van-Dúnem Semedo Gomes, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Albano Machado, Casa n.º 38;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
AROMAS DA TERRA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Aromas da Terra, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Pedro Félix Machado, Casa n.º 38-A, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, restauração, take-away, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas), pertencente à sócia «DFLG & C Investimentos, Limitada» e outras duas iguais no valor nominal de Kz: 33. 000,00 (trinta e três mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Virgílio de Sousa Gomes e Noémia Henriques de Sousa Gomes, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Virgílio de Sousa Gomes, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando 1 (uma) assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não pres-

creva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14893-L02)

Centro de Conferências de Belas (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que «FUSAES — Projectos e Investimentos, S. A.», com sede em Luanda, no Município da Ingombota, Bairro Ingombota, Neves Ferreira, n.os 29-31, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Centro de Conferências de Belas (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.805/15, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTO DA SOCIEDADE
CENTRO DE CONFERÊNCIAS DE BELAS (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede social)

1. A sociedade adopta a denominação «Centro de Conferências de Belas (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo 2, Rua 28 de Agosto, casa s/n.º, Luanda - Angola.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração será por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, a prestação de serviços nos domínios de hotelaria, turismo e de promoção de eventos científicos, culturais e entretenimento a sociedade poderá ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio único acorde e que seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única «FUSAES - Projectos e Investimentos, S. A.».

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

1. A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao(s) gerente(s) a serem nomeado(s) pelo sócio-único, bastando uma assinatura do(s) gerente(s) para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente, letras de favor, fiança, hipotecas, abonações ou actos semelhantes.

2. O gerente poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14901-L02)

Da Silva Muiny (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta, da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Manuel da Silva Luís Faustino, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural de Mbanza Congo, Província do Zaire, onde reside habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba, casa s/n.º, Zona 3, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Da Silva Muiny (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga Rua Rocha Pinto, Rua Única do Embondeiro, Casa n.º 12, registada sob o n.º 4.817/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
DA SILVA MUINY, (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Da Silva Muiny (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Rua Rocha Pinto, Rua Única do Imbondeiro, Casa n.º 12, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a distribuição, instalação, manutenção e formação tecnológica da energia renovável, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Manuel da Silva Luís Faustino.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral, deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14910-L02)

Anjubig, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 31 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Pedro Manuel Miranda, casado com Isabel Gabriela Miguel Sebastião de Miranda, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Camama, Condomínio Sonho da Casa Própria, Rua 9, Casa n.º 7;

Segundo: — Juliana da Paixão Paxe, casada com César Francisco Paxe, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua C 10, Casa n.º 59;

Terceiro: — Madaleno Manuel Pedro Jacob, casado com Dânia Isaura Lobato João Jacob, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, casa s/n.º;

Quarto: — Manuel António Paixão, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, casa s/n.º;

Quinto: — Pedro Paixão José António, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Regedoria, Casa n.º 13-B;

Sexto: — Juliana António Félix, solteira, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Lucrécia Lubango, casa s/n.º;

Sétimo: — Antónia Manuel Miranda, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Casa n.º 22;

Oitavo: — Luzia António José, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Viana, onde reside habitualmente, o Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Ingombota, Rua da Gabela, Casa n.º 221.

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ANJUBIG, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Anjubig, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Zango III, Quadra E, casa s/n.º, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, incluindo de lavandaria a seco, serviços de beleza e de cabeleireiro, venda de vestuários e calçados, bijuterias, transporte de mercadorias e de passageiros, comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, restauração, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 8 (oito) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Manuel Miranda e outras 7 (sete)

quotas iguais no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luzia António José, Madaleno Manuel Pedro Jacob, Manuel António Paixão, Pedro Paixão José António, Juliana António Félix, Antónia Manuel Miranda e Juliana da Paixão Paxe, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Pedro Manuel Miranda e Juliana da Paixão Paxe, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação, aplicáveis.

(15-14911-L02)

André Cuanza, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 22 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída por:

André Cuanza Mungongo, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Cazenga, Casa n.º 39, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seu filho menor Celson Manuel Mateus Mungongo, de 7 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas, de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 3 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ANDRÉ CUANZA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «André Cuanza, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cazenga, Bairro Cazenga, Zona 18, Casa n.º 39, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agricultura, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, exploração de salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, artigos de toucador e higiene, exploração de ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas (2) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio André Cuanza Mungongo, e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Celson Manuel Mateus Mungongo.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio André Cuanza Mungongo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar noutros sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo, para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14944-L02)

Pcarda, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 35 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Domingos Pedro António, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Comandante Che Guevara, Prédio n.º 16, rés-do-chão;

Segundo: — Valentim Cardoso Fernandes, solteiro, maior, natural do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Avenida da Revolução de Outubro, Casa n.º 22, 2.º andar, Apartamento 2;

Uma sociedade comercial por quotas, que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
PCARDA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Pcarda, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Comandante Che-Guevara, Casa n.º 16, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina-auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Domingos Pedro António e Valentim Cardoso Fernandes, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Domingos Pedro António e Valentim Cardoso Fernandes, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessário a assinatura dos dois gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar no outro sócio ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo, para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor-

ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14945-L02)

Organizações Eduardo Mangueira (SU), Limitada

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 95 do livro-diário de 2 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Eduardo César Mangueira Portalegre, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua do Crato n.os 72-74, Zona 1, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Organizações Eduardo Mangueira (SU), Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua do Crato, n.os 72-74, Zona 1, registada sob o n.º 4.764/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 2 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES EDUARDO MANGUEIRA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Eduardo Mangueira (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua do Crato, n.os 72-74, Zona 1, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínio, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de

comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Eduardo César Mangueira Portalegre.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinada e mantida em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais (LSC).

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14946-L02)

DEBICONTAS — Consulting and Finance, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 40 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Alcebíades Viriato Chipenda, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua Unidade em Luta, casa sem número;

Segundo: — Cátia Marisa Abreu Almeida, solteira, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, residente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Cesinando Marques, Prédio n.º 1, 6.º andar, Apartamento n.º 671;

Terceiro: — Victor Ferraz Monteiro, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Comandante Valódia, Avenida Comandante Valódia, Prédio n.º 214, 9.º andar, Apartamento n.º 94;

Quarto: — Luís Filipe da Conceição Marcelino, solteiro, maior, natural da Samba, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro ex-Combatentes, Rua Sebastião Desta Vez, Casa n.º 34;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
DEBICONTAS — CONSULTING AND FINANCE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «DEBICONTAS — Consulting and Finance, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 200-A, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, auditoria, contabilidade, fiscalidade e finanças e formação, importação e exportação, podendo

ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro (4) quotas, sendo duas iguais no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Alcebíades Viriato Chipenda e Cátia Marisa Abreu Almeida, e outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Víctor Ferraz Monteiro e Luís Filipe da Conceição Marcelino, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Alcebíades Viriato Chipenda e Cátia Marisa Abreu Almeida, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias as duas assinaturas da gerência para obrigar vagamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo, para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14947-L02)

Cooperativa de Exploração Mineira o Brilho do Rio Luí, S.C.R.L.

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 24 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Cooperativa de Exploração Mineira o Brilho do Rio Luí, S.C.R.L.», com sede em Malanje, no Município de Malanje, no Município Kambundi Katembo, Rua Principal, tem como objecto e capital o estipulado nos artigos 5.º e 6.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante da presente escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido por todos outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — A Notária-Adjunta, *Lourdes Mingas Cativa.*

ESTATUTOS DA COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINEIRA O BRILHO DO RIO LUÍ, S.C.R.L.

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Denominação)

É constituída entre os sócios subscritores desta escritura e os que a ela posteriormente aderirem a Cooperativa que adopta a denominação de «Cooperativa de Exploração Mineira o Brilho do Rio Luí, S.C.R.L.», sob a forma de sociedade por quotas, regendo-se pelos estatutos presentes, regulamento interno e demais legislação e normas aplicáveis.

ARTIGO 2.º
(Sede)

A Cooperativa tem a sua sede na Província de Malanje, Município de Kambundi Katembo, Rua Principal (ao lado da Administração Municipal), podendo mudá-la para qualquer outro local da Província de Luanda ou para outras províncias, abrir outras representações no território nacional, mediante deliberação da Assembleia de Sócios.

ARTIGO 3.º
(Duração)

A duração da Cooperativa é por tempo indeterminado.

ARTIGO 4.º
(Âmbito territorial)

O âmbito territorial de actuação da Cooperativa é provincial, com incidência na Província de Malanje, Município de Kambundi Katembo.

ARTIGO 5.º
(Objecto social)

A Cooperativa, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, tem por objectivo social a prática de agricultura, exploração semi-industrial e artesanal de diamantes, exploração florestal, comércio geral, importação e exportação.

CAPÍTULO II
Capital Social, Títulos de Capital, Jóia, Quota Administrativa

ARTIGO 6.º
(Capital social)

1. O capital social inicial da Cooperativa, nesta data, já totalmente realizado é de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), dividido e representado por 10 quotas-partes, uma no valor nominal de Kz: 310.000,00 (trezentos e dez mil kwanzas), e outras nove quotas-partes iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, distribuídos conforme a lista em anexo.

2. O capital social é variável e ilimitado, sendo constituído por títulos nominativos de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) e será aumentado sempre que tal se torne necessário pela admissão de novos sócios cooperadores.

3. Cada cooperador deverá, no acto de admissão, subscrever, no mínimo, 10 títulos de capital.

4. Os títulos podem agrupar 5, 10, 20, 30 ou 50 acções.

ARTIGO 7.º
(Realização do capital)

A participação dos membros da Cooperativa no capital social far-se-á em dinheiro, devendo o cooperador pagar integralmente o montante subscrito no momento do acto de admissão.

ARTIGO 8.º
(Títulos do capital)

Os títulos nominativos representativos do capital subscrito deverão conter as seguintes menções:

a) A denominação da Cooperativa;

b) O número de registo da Cooperativa nos competentes serviços de registo comercial;

c) O valor e o número de acções contidas no título;

d) A data de emissão;

e) O número em série contínua;

f) A assinatura de dois membros da Direcção;

g) O nome e a assinatura do cooperador titular.

ARTIGO 9.º
(Transmissão de títulos)

1. A transmissão de títulos do capital em vida carece, obrigatoriamente, de prévia autorização do Conselho de Administração da Cooperativa, sob condição de o adquirente já ser cooperador ou, reunindo as condições exigidas, solicitar a sua admissão.

2. A transmissão inter vivos opera-se por endosso do título a transmitir, assinado pelo transmitente, pelo adquirente que adquira a qualidade de membro e por quem obrigar a Cooperativa, sendo averbada no livro de registo.

3. A transmissão mortis causa opera-se sem necessidade de autorização da Direcção da Cooperativa através de apresentação do documento comprovativo da qualidade de herdeiro ou de legatário e é averbada, em nome do titular, no livro de registo e nos títulos, que deverão ser assinados por quem obriga a Cooperativa e pelo herdeiro ou legatário.

4. Com a transmissão dos títulos de capital, opera-se igualmente a transmissão dos demais direitos e obrigações do transmitente na Cooperativa e que constituem o conjunto da sua posição social.

5. O adquirente ou sucessor não adquire a qualidade de administrador ou titular de cargo nos órgãos sociais que fosse exercido pelo sócio transmitente ou falecido.

ARTIGO 10.º
(Reembolso dos títulos de capital)

1. Não querendo os herdeiros ou legatários suceder nas acções do sócio falecido têm direito a receber o montante dos títulos de capital realizados pelo autor da sucessão, pelo valor que for fixado no último balanço da sociedade.

2. De igual direito e nas mesmas condições, beneficiam os cooperadores que se demitam ou sejam excluídos da Cooperativa, salvo o direito de retenção pela Cooperativa dos montantes necessários a garantir a sua responsabilidade.

3. Em ambos os casos, os títulos de capital deverão ser restituídos em prazos não superiores aos que vierem a ser estabelecidos pela Assembleia Geral.

ARTIGO 11.º
(Jóia)

1. Cada cooperador admitido está sujeito, no acto de admissão, ao pagamento de uma jóia, no valor a fixar pela Assembleia Geral.

2. O valor da jóia será actualizado sempre que a Assembleia Geral o considere necessário sob proposta do Conselho de Administração.

3. O montante resultante da cobrança de jóia reverte para uma reserva destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, comércio e serviços, que constituem o objecto social da Cooperativa.

ARTIGO 12.º
(Quota administrativa)

1. Os cooperadores pagarão, mensalmente, uma quota administrativa no valor a fixar pela Assembleia Geral, a qual se destina a fazer face aos encargos administrativos.

2. O valor da quota administrativa será actualizado sempre que a Assembleia Geral o considere necessário sob proposta do Conselho de Administração.

ARTIGO 13.º
(Recursos económicos)

1. São recursos económicos da Cooperativa:

a) O capital social;

b) A jóia;

c) As quotas administrativas;

d) As contribuições mensais dos membros da Cooperativa destinadas ao pagamento do empreendimento a que aderiu.

2. A contribuição prestada por cada um dos membros da Cooperativa corresponderá a uma amortização progressiva do custo total no mínimo Kz: 10,000 (dez mil kwanzas).

ARTIGO 14.º
(Reserva legal)

1. Será constituída uma reserva legal destinada a cobrir eventuais perdas de exercícios, objecto social da Cooperativa.

2. Revertem para esta reserva:

a) 100% do montante das jóias de admissão;

b) Os excedentes anuais líquidos.

ARTIGO 15.º
(Distribuição de excedentes)

Os excedentes que restarem depois da liquidação total dos encargos com a concretização do objecto social da Cooperativa poderão retornar aos membros da Cooperativa na proporção das contribuições financeiras prestadas.

CAPÍTULO III
Cooperadores

ARTIGO 16.º
(Sócios da Cooperativa)

1. Podem ser sócios da Cooperativa, pessoas singulares, desde que requeiram a sua livre e voluntária adesão, e preencham as condições exigidas por estes estatutos e demais legislação complementar.

ARTIGO 17.º
(Admissão)

1. A admissão dos sócios cooperadores será feita mediante proposta dirigida a Direcção, assinada pelo candidato, e da qual deverão constar todos os elementos de identificação.

2. A admissão do candidato dependerá do preenchimento dos seguintes requisitos:

a) Tomem conhecimento e aceitem cumprir as disposições e decisões tomadas em consonância com os estatutos e legislação complementar em vigor;

b) Subscrevam e realizem em dinheiro os títulos de capital;

c) Liquidem a jóia a que alude o artigo 11.º;

d) Assumam o pagamento mensal da quota administrativa, a que alude o artigo 12.º, liquidando a primeira quota na data de inscrição;

e) Assumam a contribuição mensal a que alude a alínea d) do artigo 13.º

3. Da deliberação do Conselho de Administração, que rejeite a admissão de qualquer candidato, cabe recurso, por iniciativa do candidato, para a Assembleia Geral que se realize após a referida deliberação.

4. Da decisão da Assembleia Geral não cabe recurso nem reclamação.

5. Aceite a inscrição, esta será registada no livro a que se refere o artigo 216.º do Código Comercial.

ARTIGO 18.º
(Direitos dos sócios cooperadores)

São direitos dos sócios cooperadores:

a) Receber cópia dos estatutos e de eventuais regulamentos internos;

b) Participar nas Assembleias Gerais, podendo apresentar propostas, discutir e votar os pontos constantes da ordem de trabalhos;

c) Eleger e ser eleitos para os órgãos sociais da Cooperativa ou quaisquer comissões especiais;

d) Requerer e obter informações dos órgãos sociais sobre a actividade da Cooperativa, sendo-lhes facultada a documentação que seja solicitada;

e) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos definidos nos estatutos;

f) Reclamar perante qualquer órgão da Cooperativa, de quaisquer actos que considerem lesivos dos interesses dos membros ou da Cooperativa;

g) Solicitar a sua demissão.

ARTIGO 19.º
(Deveres dos sócios cooperadores)

São deveres dos sócios cooperadores:

a) Observar os princípios cooperativos e respeitar as leis, os estatutos e eventuais regulamentos internos;

b) Tomar parte nas Assembleias Gerais;

c) Aceitar e exercer os cargos sociais para que tenham sido eleitos;

d) Acatar e cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção;

e) Participar das actividades que constituam objectivos comuns da Cooperativa, e prestar o serviço ou trabalho que lhes competir;

f) Contribuir mensalmente e na devida proporção, na assumpção dos encargos decorrentes da construção do empreendimento - objecto social da Cooperativa de acordo com o cronograma financeiro da empreitada;

g) Cumprir com pontualidade os pagamentos a que estejam obrigados.

ARTIGO 20.º
(Demissão)

1. Os sócios cooperadores podem solicitar a sua demissão por meio de carta registada, dirigida à Direcção, com pelo menos trinta dias de pré-aviso, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações e da aceitação das condições estatutárias.

2. Ao sócio cooperador que se demitir será restituído, no prazo estabelecido pela Assembleia Geral, o montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal.

3. O valor nominal dos títulos de capital, não será acrescido de juros.

ARTIGO 21.º
(Exclusão)

1. Os sócios cooperadores podem ser excluídos, por deliberação da Assembleia Geral.

2. A exclusão terá de ser fundada em violação grave e culposa dos estatutos da Cooperativa ou dos seus regulamentos internos.

3. A exclusão terá de ser precedida de processo disciplinar escrito, que tenha sido decidido instaurar pela Direcção mediante participação da conduta do sócio por alguma entidade, sob pena de nulidade, e dele devem constar as infracções, a sua qualificação, a prova produzida, a defesa do arguido e a proposta de aplicação da medida de exclusão.

4. A proposta de exclusão a exarar no processo será fundamentada e notificada por escrito ao arguido com uma antecedência de, pelo menos, sete dias em relação à data da Assembleia Geral que sobre ela deliberará.

5. Da deliberação da Assembleia Geral que decidir a exclusão, cabe sempre recurso para os tribunais.

ARTIGO 22.º
(Consequências da demissão ou exclusão)

O sócio cooperador demitido ou excluído, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações como membro da Cooperativa, tem direito a restituição, no prazo estabelecido pela Assembleia Geral, do montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal, não acrescido de juros.

ARTIGO 23.º
(Sanções)

1. Aos sócios membros da Cooperativa que faltem ao cumprimento das suas obrigações podem ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Repreensão registada;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de direitos;

d) Exclusão;

e) Perda de mandato, no caso de o sócio cooperador ter sido eleito para integrar um dos órgãos sociais.

2. A aplicação das sanções referidas nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º 1 é da competência da Direcção da Cooperativa, com admissibilidade de recurso para a Assembleia Geral, à qual compete deliberar quanto à exclusão e perda de mandato.

3. A aplicação de qualquer sanção será sempre precedida de processo escrito, nos termos do disposto no artigo 18.º

4. Das sanções aplicadas pela Assembleia Geral, cabe sempre recurso para os tribunais.

CAPÍTULO IV
Órgãos Sociais

SECÇÃO I
Princípios Gerais

ARTIGO 24.º
(Órgãos e mandatos)

1. São órgãos sociais da Cooperativa:

a) A Assembleia Geral;

b) O Conselho de Administração;

c) O Conselho Fiscal.

2. O mandato dos eleitos para os órgãos sociais é pelo período de cinco anos.

ARTIGO 25.º
(Elegibilidade)

Só serão elegíveis para os órgãos sociais da Cooperativa, os membros que:

a) Se encontrem no uso de todos os seus direitos civis e de cooperador;

b) Não estejam sujeitos ao regime de liberdade condicional, nem à aplicação de medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade;

c) Sejam membros da Cooperativa há pelo menos um mês, e que não estejam em incumprimento dos seus deveres de cooperadores.

ARTIGO 26.º
(Eleições)

1. As eleições dos órgãos sociais da Cooperativa realizar-se-ão por escrutínio secreto, em listas entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência de quinze dias sobre a data do acto eleitoral.

2. No caso de eleições intercalares para o preenchimento de vagas verificadas nos órgãos sociais, as listas poderão ser entregues na própria Assembleia Geral no acto de eleição.

3. Os membros dos órgãos sociais de início serão designados pelos membros assinantes da Acta de Constituição da Cooperativa.

ARTIGO 27.º
(Funcionamento e deliberações)

1. Todos os órgãos da Cooperativa terão um presidente e pelo menos um secretário.

2. O presidente terá voto de qualidade.

3. Nenhum órgão electivo da Cooperativa, à excepção da Assembleia Geral, pode funcionar sem que estejam preenchidos pelo menos metade dos seus lugares, podendo proceder-se, no caso contrário, e no prazo máximo de um mês, ao preenchimento das vagas, quando estas não tenham sido ocupadas por membros suplentes.

4. Sempre que não seja exigida maioria qualificada, as deliberações dos órgãos electivos da Cooperativa são tomadas por maioria simples com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

5. As votações respeitantes a eleições dos órgãos da Cooperativa ou a assuntos de incidência pessoal dos cooperadores realizar-se-ão por escrutínio secreto.

6. Das reuniões dos órgãos sociais da Cooperativa será sempre lavrada acta, a qual é obrigatoriamente assinada por quem exercer as funções de presidente e por um dos secretários.

7. Das deliberações da Assembleia Geral cabe recurso para os tribunais.

SECÇÃO II
Assembleia Geral

ARTIGO 28.º
(Definição)

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa integrada por todos os sócios cooperadores e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos da Cooperativa e para todos os membros desta.

2. Participam na Assembleia Geral todos os sócios cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 29.º
(Sessões ordinárias e extraordinárias)

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. A Assembleia Geral Ordinária reunirá obrigatoriamente 2 (duas) vezes em cada ano, uma até 31 de Março para apreciação e votação das matérias referidas na alínea c) do artigo 30.º e outra até 31 de Dezembro, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea d) do mesmo artigo.

3. A Assembleia Geral Extraordinária reunirá quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral por sua iniciativa, a pedido do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, 10 (dez) por cento dos membros da Cooperativa, num mínimo de 5 (cinco) cooperadores.

ARTIGO 30.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, por um vice-presidente e por um secretário.

2. Ao Presidente incumbe:

a) Convocar a Assembleia Geral;

b) Presidir à Assembleia Geral e dirigir os trabalhos;

c) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos aos órgãos sociais da Cooperativa;

d) Conferir posse aos cooperadores eleitos para os órgãos sociais da Cooperativa.

3. Nas suas faltas e impedimentos, o presidente é substituído pelo vice-presidente, sem necessidade de mandato especial, desde que se verifique e seja comprovada a situação de ausência ou de impedimento.

4. Compete ao secretário:

a) Coadjuvar o presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as actas das assembleias.

5. Na falta de qualquer membro da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os cooperadores presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da assembleia.

6. É causa de destituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral a não convocação desta nos casos em que a isso esteja obrigado.

7. É causa de destituição de qualquer dos membros da Mesa, a não comparência sem motivo justificado a, pelo menos, três sessões seguidas.

ARTIGO 31.º
(Convocatória para Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa.

2. A convocatória, que deverá conter a ordem de trabalhos da assembleia, bem como o dia, a hora e o local da sessão, será enviada a todos os membros da Cooperativa por via postal registada ou entregue pessoalmente por protocolo. A convocatória pode ser enviada por meio expedito, nomeadamente por e-mail, contanto que se assegure de que a mensagem foi bem recebida.

3. A convocatória será sempre afixada no local em que a Cooperativa tenha a sua sede.

4. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária deve ser feita no prazo de 15 (quinze) dias após o pedido ou requerimento previstos no n.º 3 do artigo 26.º, devendo a sessão realizar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recepção do pedido ou requerimento.

5. Se o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral não convocarem a assembleia nos termos legais, podem os sócios cooperadores, desde que obtenham a assinatura de, pelo menos, vinte por cento dos sócios, fazer a referida convocatória.

ARTIGO 32.º
(Quórum)

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos sócios cooperadores ou seus representantes devidamente credenciados.

2. Se, à hora marcada para a sessão, não se verificar o número de presenças previsto no número anterior, a assembleia reunirá, com qualquer número de cooperadores, uma hora depois.

3. No caso de a convocação da Assembleia Geral ser feita em Sessão Extraordinária e a requerimento dos cooperadores, a sessão só se efectuará se nela estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

ARTIGO 33.º
(Competência da Assembleia Geral)

É da competência exclusiva da Assembleia Geral:

a) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais da Cooperativa e das comissões especiais, criadas nos termos do previsto nos estatutos;

b) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;

c) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte;

d) Alterar os estatutos e eventuais regulamentos internos;

e) Aprovar a dissolução voluntária da Cooperativa;

f) Decidir a admissão de membros;

g) Decidir sobre a exclusão de cooperadores e sobre a perda de mandato dos órgãos sociais e de comissões especiais;

h) Funcionar como instância de recurso quanto à recusa de admissão de membros e quanto às sanções aplicadas pela Direcção, sem prejuízo de recurso para os tribunais;

i) Regular a forma de gestão da Cooperativa no caso de destituição dos respectivos órgãos sociais e até à realização de novas eleições;

j) Apreciar e votar matérias especialmente previstas nestes estatutos e em legislação complementar aplicável.

ARTIGO 34.º
(Deliberações da Assembleia Geral)

1. São nulas todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixada na convocatória, salvo se, estando presentes ou devidamente representados todos os membros da Cooperativa no pleno gozo dos seus direitos, concordarem, por unanimidade, com a respectiva inclusão.

2. As deliberações da Assembleia Geral serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 35.º
(Votação na Assembleia Geral)

1. Cada cooperador dispõe de voto, proporcional a área da fracção adquirido (permilagem).

2. É exigida maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias relativas a aumento e diminuição de capital, fixação do valor das quotas e do valor da jóia, exclusão de algum dos sócios cooperadores, aprovação de contas e do destino a dar aos valores excedentes, suspensão ou extinção da Cooperativa e nomeação da comissão liquidatária.

3. Na Assembleia Geral Eleitoral, o voto é secreto e presencial.

ARTIGO 36.º
(Voto por representação)

1. É admitido o voto por representação, devendo o mandato apenas atribuível a outro cooperador ou a familiar maior do mandante que com ele coabite, constar de documento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a assinatura do mandante reconhecida nos termos legais.

2. Cada cooperador só poderá representar um outro membro da Cooperativa.

ARTIGO 37.º
(Actas)

As actas das assembleias são elaboradas pelo Secretário da Mesa e aprovadas na Assembleia Geral seguinte.

SECÇÃO III
Conselho de Administração

ARTIGO 38.º
(Composição)

1. A administração da Cooperativa é exercida por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, constituída por um número ímpar de membros, num mínimo de 3 e num máximo de 5 administradores, sendo 1 (um) presidente, 1 (um) vice-presidente e 1 (um) secretário, devendo eleger-se dois membros suplentes para faltas ou impedimento dos titulares por período superior a trinta dias.

2. O mandato do Conselho de Administração nunca será superior a quatro anos.

ARTIGO 39.º
(Atribuições do Conselho de Administração)

1. Ao Conselho de Administração compete:

a) Definir os programas base dos edifícios a construir;

b) Aprovar os respectivos projectos de execução;

c) Negociar as empreitadas para obtenção das melhores condições de qualidade/preço;

d) Assegurar a gestão corrente da cooperativa;

e) Manter actualizado o livro das actas;

f) Manter a sua guarda os valores monetários da Cooperativa, os quais serão depositados em instituição bancária.

ARTIGO 40.º
(Competência do Conselho de Administração)

O Conselho de Administração é o órgão de administração e representação da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e aprovação da Assembleia Geral o relatório e contas do exercício, bem como o orçamento e o plano de actividades para o ano seguinte;

b) Executar o plano da actividades anual;

c) Atender às solicitações do Conselho Fiscal, em matérias da competência deste;

d) Deliberar sobre admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas nestes estatutos e em legislação complementar aplicável, dentro dos limites da sua competência;

e) Zelar pelo respeito da lei, dos estatutos e das deliberações tomadas pelos órgãos da Cooperativa;

f) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;

g) Escriturar os livros, nos termos da lei;

h) Praticar todos e quaisquer actos na defesa dos interesses da Cooperativa e dos cooperadores e na salvaguarda dos princípios cooperativos, em tudo o que não se insira na competência dos outros órgãos;

i) Designar os membros das comissões especiais criadas nos termos previstos nestes estatutos;

j) Assinar quaisquer contratos, cheques e todos os demais documentos necessários à administração da Cooperativa;

k) Negociar, contratar e outorgar, nos termos legais, quaisquer financiamentos com instituições do crédito ou particulares;

l) Deliberar sobre propostas, petições e reclamações que os membros da Cooperativa lhes dirijam por escrito;

m) Adquirir bens imóveis destinados à prossecução dos objectivos da Cooperativa e alienar esses imóveis aos sócios cooperadores;

n) Providenciar a aprovação do projecto de execução do edifício de habitação colectiva, comércio e serviços, nas entidades competentes;

n) Exercer todos os demais poderes que, por lei ou pelos estatutos, não sejam reservados à Assembleia Geral.

ARTIGO 41.º
(Reuniões do Conselho de Administração)

1. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração terão, pelo menos, periodicidade mensal.

2. O Conselho de Administração reunirá extraordinariamente sempre que o presidente a convoque, ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.

3. Os membros suplentes poderão assistir e participar nas reuniões da Direcção, sem direito de voto.

4. As deliberações serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 42.º
(Quórum)

A Direcção só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

ARTIGO 43.º
(Forma de obrigar e delegação de poderes)

1. A Cooperativa fica obrigada:

a) Pela assinatura do Presidente do Conselho de Administração;

b) Pela assinatura de um só administrador e de um procurador ou pela assinatura de dois procuradores dentro dos limites da procuração conferida;

c) Pela assinatura de um só administrador, agindo dentro dos poderes que lhe tenham sido conferidos por deliberação do Conselho de Administração consignado em acta;

d) Pela assinatura de um procurador constituído para prática de acto certo e determinado;

e) Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura dos membros do Conselho de Administração e que tenham sido delegados poderes e competência de gestão corrente e de representação social ou de um procurador devidamente autorizado para o efeito.

SECÇÃO IV
Conselho Fiscal

ARTIGO 44.º
(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por 1 (um) presidente e por 2 (dois) secretários, e por 2 (dois) suplentes que serão chamados à efectividade de funções, em caso de faltas ou impedimento dos membros efectivos ou de um Fiscal-Único.

ARTIGO 45.º
(Competência)

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da Cooperativa;

b) Verificar, sempre que o entenda como necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas;

c) Emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;

f) Verificar o cumprimento das regras de contabilidade, dos estatutos e da lei.

ARTIGO 46.º
(Reuniões do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre, quando o presidente o convocar.

2. O Conselho Fiscal reunirá extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.

3. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir, por direito próprio, às reuniões da Direcção.

4. Os membros suplentes do Conselho Fiscal podem assistir e participar nas reuniões deste conselho, sem direito de voto.

5. As deliberações serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 47.º
(Quórum)

O Conselho Fiscal só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

SECÇÃO V
Responsabilidade dos Órgãos Sociais

ARTIGO 48.º
(Responsabilidade dos membros da Direcção)

1. São responsáveis civilmente, de forma pessoal e solidária, perante a Cooperativa e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal e da aplicabilidade de outras sanções, os membros da Direcção e outros mandatários que hajam violado a lei, os estatutos e as deliberações da Assembleia Geral ou deixado de executar fielmente o seu mandato.

2. A delegação de competências da Direcção em mandatários não isenta de responsabilidade os membros da Direcção, salvo se não tenham participado na deliberação que a originou ou tenham exarado em acta o seu voto contrário.

ARTIGO 49.º
(Responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal)

Os membros do Conselho Fiscal são responsáveis perante a Cooperativa, nos termos do disposto no artigo 45.º, sempre que se não tenham oposto oportunamente aos actos dos membros da Direcção ou mandatários, salvo o disposto na parte final do n.º 2 do mesmo artigo.

ARTIGO 50.º
(Isenção de responsabilidade)

1. A aprovação pela Assembleia Geral do relatório de gestão e contas do exercício isenta de responsabilidade os membros da Direcção, do Conselho Fiscal ou mandatários perante a Cooperativa por factos atinentes àqueles documentos, salvo se estes violarem a Lei, os Estatutos, legislação complementar aplicável ou dissimularem a situação real da Cooperativa.

2. São também isentos de responsabilidade os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou mandatários que não tenham participado, por falta justificada, na deliberação que a originou, ou tenham exarado em acta o seu voto contrário.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 51.º
(Alteração dos estatutos)

1. Os estatutos poderão ser alterados nos termos do artigo 207.º da Lei n.º 6/03, de 3 de Março, e em legislação complementar aplicável.

2. Para o efeito, deverá ser convocada a respectiva Assembleia Geral, com a antecedência de, pelo menos, 15 (quinze dias), acompanhada do texto das alterações propostas.

3. A aprovação das alterações aos presentes estatutos exige uma maioria qualificada de dois terços dos votos expressos em Assembleia Geral convocada para esse fim.

4. Aprovadas as alterações, a modificação dos estatutos deverá ser feita por escritura pública.

ARTIGO 52.º
(Omissões)

Em tudo quanto estes estatutos sejam omissos, aplicar-se-ão as deliberações da Assembleia Geral e legislação complementar aplicável.

ARTIGO 53.º
(Dissolução)

A Cooperativa dissolve-se por deliberação da Assembleia Geral, decorrido o prazo da sua duração, uma vez constituída por tempo determinado, devendo a assembleia que deliberar a sua extinção eleger os membros da comissão liquidatária.

ARTIGO 54.º
(Foro competente)

É escolhido o Foro da Comarca de Luanda, onde serão dirimidas todas as questões entre a Cooperativa e os seus sócios.

ARTIGO 55.º

Ficam desde já nomeados os seguintes membros dos órgãos sociais:

Assembleia Geral: Presidente: Yolandy Taviany da Silva de Jesus.

Conselho de Administração: Presidente: Krisnne da Henda Dambi;

Vice-Presidente: Mauro Geovani Pedro Galeano;

Secretário: Raimundo Paulino Ferraz Matias.

Fiscal-Único: *Manthima Dublila de Pedro Dinis.*

(15-14948-L02)

Cooperativa Cunca-Mineiro, S.C. R. L.

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Cooperativa Cunca-Mineiro, S.C. R. L.», com sede no Zaire, no Município de Cuimba, Comuna da Serra da Canda, Rua Direita de Mbanza Coma, casa sem número, tem como objecto e capital o estipulado nos artigos 5.º e 6.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado, nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante da presente escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido por todos outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — A Notária-Adjunta, *Lurdes Mingas Cativa.*

ESTATUTOS DA
COOPERATIVA CUNCA-MINEIRO, S.C.R.L.

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Denominação)

É constituída entre os sócios subscritores desta escritura e os que a ela posteriormente aderirem a Cooperativa que adopta a denominação de «Cooperativa Cunca-Mineiro, S.C.R.L.», sob a forma de sociedade por quotas, regendo-se pelos estatutos presentes, regulamento interno e demais legislação e normas aplicáveis.

ARTIGO 2.º
(Sede)

A Cooperativa tem a sua sede na Província do Zaire, Município do Cuimba, Comuna da Serra de Canda, Rua Direita de Mbanza Coma, casa sem número, podendo mudá-la para qualquer outro local da província, ou para outras províncias, mediante deliberação da Assembleia de Cooperadores.

ARTIGO 3.º
(Duração)

A duração da Cooperativa é por tempo indeterminado cujo período temporal decorrerá desde a data da sua constituição até à conclusão da transmissão dos fogos e unidades de ocupação aos membros.

ARTIGO 4.º
(Âmbito territorial)

O âmbito territorial de actuação da Cooperativa é provincial, com sede social no Zaire, Município do Cuimba.

ARTIGO 5.º
(Objecto social)

A Cooperativa, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, tem por único objectivo a prospecção, exploração artesanal e semi-industrial de diamantes e outros mineiros e sua comercialização, exploração florestal, exploração petrolífera, serviços de tecnologia e químico, importação e exportação.

CAPÍTULO II
Capital social, Títulos de Capital, Jóia e Quota Administrativa

ARTIGO 6.º
(Capital social)

1. O capital social inicial da Cooperativa, nesta data, já totalmente realizado é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), dividido e representado por 10 (dez) quotas-partes.

2. O capital social é variável e ilimitado, sendo constituído por títulos nominativos de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) e será aumentado sempre que tal se torne necessário pela admissão de novos sócios cooperadores.

3. Cada cooperador deverá, no acto de admissão, subscrever, no mínimo, 10 títulos de capital.

4. Os títulos podem agrupar 5, 10, 20, 30 ou 50 acções.

ARTIGO 7.º
(Realização do capital)

A participação dos membros da Cooperativa no capital social far-se-á em dinheiro, devendo o cooperador pagar integralmente o montante subscrito no momento do acto de admissão.

ARTIGO 8.º
(Títulos do capital)

Os títulos nominativos representativos do capital subscrito deverão conter as seguintes menções:

a) A denominação da Cooperativa;

b) O número de registo da Cooperativa nos competentes serviços de registo comercial;

c) O valor e o número de acções contidas no título;

d) A data de emissão;

e) O número em série contínua;

f) A assinatura de dois membros da Direcção;

g) O nome e a assinatura do cooperador titular.

ARTIGO 9.º
(Transmissão de títulos)

1. A transmissão de títulos do capital em vida carece, obrigatoriamente, de prévia autorização do Conselho de Administração da Cooperativa, sob condição de o adquirente já ser cooperador ou, reunindo as condições exigidas, solicitar a sua admissão.

2. A transmissão inter vivos opera-se por endosso do título a transmitir, assinado pelo transmitente, pelo adquirente que adquira a qualidade de membro e por quem obrigar a Cooperativa, sendo averbada no livro de registo.

3. A transmissão mortis causa opera-se sem necessidade de autorização da Direcção da Cooperativa através de apresentação do documento comprovativo da qualidade de herdeiro ou de legatário e é averbada, em nome do titular, no livro de registo e nos títulos, que deverão ser assinados por quem obriga a Cooperativa e pelo herdeiro ou legatário.

4. Com a transmissão dos títulos de capital opera-se igualmente a transmissão dos demais direitos e obrigações do transmitente na Cooperativa e que constituem o conjunto da sua posição social.

5. O adquirente ou sucessor não adquire a qualidade de administrador ou titular de cargo nos órgãos sociais que fosse exercido pelo sócio transmitente ou falecido.

ARTIGO 10.º
(Reembolso dos títulos de capital)

1. Não querendo os herdeiros ou legatários suceder nas acções do sócio falecido têm direito a receber o montante dos títulos de capital realizados pelo autor da sucessão, pelo valor que for fixado no último balanço da sociedade.

2. De igual direito e nas mesmas condições, beneficiam os cooperadores que se demitam ou sejam excluídos da Cooperativa, salvo o direito de retenção pela Cooperativa dos montantes necessários a garantir a sua responsabilidade.

3. Em ambos os casos, os títulos de capital deverão ser restituídos em prazos não superiores aos que vierem a ser estabelecidos pela Assembleia Geral.

ARTIGO 11.º
(Jóia)

1. Cada cooperador admitido está sujeito, no acto de admissão, ao pagamento de uma jóia, no valor a fixar pela Assembleia Geral.

2. O valor da jóia será actualizado sempre que a Assembleia Geral o considere necessário sob proposta do Conselho de Administração.

3. O montante resultante da cobrança de jóia reverte para uma reserva destinada a financiar a construção dos edifícios de habitação, comércio e serviços, que constituem o objecto social da Cooperativa.

ARTIGO 12.º
(Quota administrativa)

1. Os cooperadores pagarão, mensalmente, uma quota administrativa no valor a fixar pela Assembleia Geral, a qual se destina a fazer face aos encargos administrativos.

2. O valor da quota administrativa será actualizado sempre que a Assembleia Geral o considere necessário sob proposta do Conselho de Administração.

ARTIGO 13.º
(Recursos económico)

1. São recursos económicos da Cooperativa:

a) O capital social;

b) A jóia;

c) As quotas administrativas;

d) As contribuições mensais dos membros da Cooperativa destinadas ao pagamento do empreendimento a que aderiu.

2. A contribuição prestada por cada um dos membros da Cooperativa corresponderá a uma amortização progressiva do custo total no mínimo Kz: 4.000,00 (quatro mil kwanzas).

ARTIGO 14.º
(Reserva legal)

1. Será constituída uma reserva legal destinada a cobrir eventuais perdas de exercícios, objecto social da Cooperativa.

2. Revertem para esta reserva:

a) 100% do montante das jóias de admissão;

b) Os excedentes anuais líquidos.

ARTIGO 15.º
(Distribuição de excedentes)

Os excedentes que restarem depois da liquidação total dos encargos com a concretização do objecto social da Cooperativa poderão retornar aos membros da Cooperativa na proporção das contribuições financeiras prestadas.

CAPÍTULO III
Cooperadores

ARTIGO 16.º
(Sócios da Cooperativa)

1. Podem ser sócios da Cooperativa pessoas singulares, desde que requeiram a sua livre e voluntária adesão, e preencham as condições exigidas por estes estatutos e demais legislação complementar.

2. O número de sócios da Cooperativa é limitado ao número de unidades habitacionais ou de ocupação previstas pela construção de cada edifício de habitação colectiva, comércio e serviços.

ARTIGO 17.º
(Admissão)

1. A admissão dos sócios cooperadores será feita mediante proposta dirigida à Direcção, assinada pelo candidato, e da qual deverão constar todos os elementos de identificação.

2. A admissão do candidato dependerá do preenchimento dos seguintes requisitos:

a) Tomem conhecimento e aceitem cumprir as disposições e decisões tomadas em consonância com os estatutos e legislação complementar em vigor;

b) Subscrevam e realizem em dinheiro os títulos de capital;

c) Liquidem a jóia a que alude o artigo 11.º;

d) Assumam o pagamento mensal da quota administrativa, a que alude o artigo 12.º, liquidando a primeira quota na data de inscrição;

e) Assumam a contribuição mensal a que alude a alínea d) do artigo 13.º

3. Da deliberação do Conselho de Administração, que rejeite a admissão de qualquer candidato, cabe recurso, por iniciativa do candidato, para a Assembleia Geral que se realize após a referida deliberação.

4. Da decisão da Assembleia Geral não cabe recurso nem reclamação.

5. Aceite a inscrição, esta será registada no livro a que se refere o artigo 216.º do Código Comercial.

ARTIGO 18.º
(Direitos dos sócios cooperadores)

São direitos dos sócios cooperadores:

a) Receber cópia dos estatutos e de eventuais regulamentos internos;

b) Participar nas Assembleias Gerais, podendo apresentar propostas, discutir e votar os pontos constantes da ordem de trabalhos;

c) Eleger e ser eleitos para os órgãos sociais da Cooperativa ou quaisquer comissões especiais;

d) Requerer e obter informações dos órgãos sociais sobre a actividade da Cooperativa, sendo-lhes facultada a documentação que seja solicitada;

e) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos definidos nos estatutos;

f) Reclamar perante qualquer órgão da Cooperativa de quaisquer actos que considerem lesivos dos interesses dos membros ou da Cooperativa;

g) Solicitar a sua demissão.

ARTIGO 19.º
(Deveres dos sócios cooperadores)

São deveres dos sócios cooperadores:

a) Observar os princípios cooperativos e respeitar as leis, os estatutos e eventuais regulamentos internos;

b) Tomar parte nas Assembleias Gerais;

c) Aceitar e exercer os cargos sociais para que tenham sido eleitos;

d) Acatar e cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Direcção;

e) Participar das actividades que constituam objectivos comuns da Cooperativa, e prestar o serviço ou trabalho que lhes competir;

f) Contribuir mensalmente e na devida proporção, na assumpção dos encargos decorrentes da constituição do empreendimento - objecto social da Cooperativa, de acordo com o cronograma financeiro da empreitada;

g) Cumprir com pontualidade os pagamentos a que estejam obrigados.

ARTIGO 20.º
(Demissão)

1. Os sócios cooperadores podem solicitar a sua demissão por meio de carta registada, dirigida à Direcção, com pelo menos trinta dias de pré-aviso, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações e da aceitação das condições estatutárias.

2. Ao sócio cooperador que se demitir será restituído, no prazo estabelecido pela Assembleia Geral, o montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal.

3. O valor nominal dos títulos de capital não será acrescido de juros.

ARTIGO 21.º
(Exclusão)

1. Os sócios cooperadores podem ser excluídos por deliberação da Assembleia Geral.

2. A exclusão terá de ser fundada em violação grave e culposa dos estatutos da Cooperativa ou dos seus regulamentos internos.

3. A exclusão terá de ser precedida de processo disciplinar escrito, que tenha sido decidido instaurar pela Direcção, mediante participação da conduta do sócio por alguma entidade, sob pena de nulidade, e dele devem constar as infracções, a sua qualificação, a prova produzida, a defesa do arguido e a proposta de aplicação da medida de exclusão.

4. A proposta de exclusão a exarar no processo será fundamentada e notificada por escrito ao arguido com uma antecedência de, pelo menos, sete dias em relação à data da Assembleia Geral que sobre ela deliberará.

5. Da deliberação da Assembleia Geral que decidir a exclusão, cabe sempre recurso para os tribunais.

ARTIGO 22.º
(Consequências da demissão ou exclusão)

O sócio cooperador demitido ou excluído, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações como membro da Cooperativa, tem direito a restituição, no prazo estabelecido pela Assembleia Geral, do montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal, não acrescido de juros.

ARTIGO 23.º
(Sanções)

1. Aos sócios membros da Cooperativa que faltem ao cumprimento das suas obrigações podem ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Repreensão registada;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de direitos;

d) Exclusão;

e) Perda de mandato, no caso de o sócio cooperador ter sido eleito para integrar um dos órgãos sociais.

2. A aplicação das sanções referidas nas alíneas a), b), c), d) e e) do n.º 1 é da competência da Direcção da Cooperativa, com admissibilidade de recurso para a Assembleia Geral, à qual compete deliberar quanto à exclusão e perda de mandato.

3. A aplicação de qualquer sanção será sempre precedida de processo escrito, nos termos do disposto no artigo 18.º

4. Das sanções aplicadas pela Assembleia Geral, cabe sempre recurso para os tribunais.

CAPÍTULO IV
Órgãos Sociais

SECÇÃO I
Princípios Gerais

ARTIGO 24.º
(Órgãos e mandatos)

1. São órgãos sociais da Cooperativa:

a) A Assembleia Geral;

b) Conselho de Administração;

c) Administrador-Único;

d) Conselho Fiscal.

2. O mandato dos eleitos para os órgãos sociais é pelo período de cinco anos.

ARTIGO 25.º
(Elegibilidade)

Só serão elegíveis para os órgãos sociais da Cooperativa os membros que:

a) Se encontrem no uso de todos os seus direitos civis e de cooperador;

b) Não estejam sujeitos ao regime de liberdade condicional, nem à aplicação de medidas de segurança privativas ou restritivas da liberdade;

c) Sejam membros da Cooperativa há pelo menos um mês, e que não estejam em incumprimento dos seus deveres de cooperadores.

ARTIGO 26.º
(Eleições)

1. As eleições dos órgãos sociais da Cooperativa realizar-se-ão por escrutínio secreto, em listas entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência de quinze dias sobre a data do acto eleitoral.

2. No caso de eleições intercalares para o preenchimento de vagas verificadas nos órgãos sociais, as listas poderão ser entregues na própria Assembleia Geral no acto de eleição.

3. Os membros dos órgãos sociais de início serão designados pelos membros assinantes da acta de constituição da Cooperativa.

ARTIGO 27.º
(Funcionamento e deliberações)

1. Todos os órgãos da Cooperativa terão um presidente e pelo menos um secretário.

2. O presidente terá voto de qualidade.

3. Nenhum órgão electivo da Cooperativa, à excepção da Assembleia Geral, pode funcionar sem que estejam preenchidos pelo menos metade dos seus lugares, podendo proceder-se, no caso contrário e no prazo máximo de um mês, ao preenchimento das vagas, quando estas não tenham sido ocupadas por membros suplentes.

4. Sempre que não seja exigida maioria qualificada, as deliberações dos órgãos electivos da Cooperativa são tomadas por maioria simples com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

5. As votações respeitantes a eleições dos órgãos da Cooperativa ou a assuntos de incidência pessoal dos cooperadores realizar-se-ão por escrutínio secreto.

6. Das reuniões dos órgãos sociais da Cooperativa será sempre lavrada acta, a qual é obrigatoriamente assinada por quem exercer as funções de presidente e por um dos secretários.

7. Das deliberações da Assembleia Geral cabe recurso para os tribunais.

SECÇÃO II
Assembleia Geral

ARTIGO 28.º
(Definição)

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa integrada por todos os sócios cooperadores e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos da Cooperativa e para todos os membros desta.

2. Participam na Assembleia Geral todos os sócios cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 29.º
(Sessões ordinárias e extraordinárias)

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. A Assembleia Geral Ordinária reunirá obrigatoriamente 2 (duas) vezes em cada ano, uma até 31 de Março, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea c) do artigo 30.º e outra até 31 de Dezembro, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea d) do mesmo artigo.

3. A Assembleia Geral Extraordinária reunirá quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa, a pedido do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, 10 (dez) por cento dos membros da Cooperativa, num mínimo de 5 (cinco) cooperadores.

ARTIGO 30.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, por um vice-presidente e por um secretário.

2. Ao Presidente incumbe:

a) Convocar a Assembleia Geral;

b) Presidir à Assembleia Geral e dirigir os trabalhos;

c) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos aos órgãos sociais da Cooperativa;

d) Conferir posse aos cooperadores eleitos para os órgãos sociais da Cooperativa.

3. Nas suas faltas e impedimentos, o presidente é substituído pelo vice-presidente, sem necessidade de mandato especial, desde que se verifique e seja comprovada a situação de ausência ou de impedimento.

4. Compete ao secretário:

Coadjuvar o presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as actas das assembleias.

5. Na falta de qualquer membro da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os cooperadores presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da Assembleia.

6. É causa de destituição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral a não convocação desta nos casos em que a isso esteja obrigado.

7. É causa de destituição de qualquer dos membros da Mesa, a não comparência sem motivo justificado a, pelo menos, três sessões seguidas.

ARTIGO 31.º
(Convocatória para Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa.

2. A convocatória, que deverá conter a ordem de trabalhos da assembleia, bem como o dia, a hora e o local da sessão, será enviada a todos os membros da Cooperativa por via postal registada ou entregue pessoalmente por protocolo. A convocatória pode ser enviada por meio expedito, nomeadamente por e-mail, contanto que se assegure de que a mensagem foi bem recebida.

3. A convocatória será sempre afixada no local em que a Cooperativa tenha a sua sede.

4. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária deve ser feita no prazo de 15 (quinze) dias após o pedido ou requerimento previstos no n.º 3 do artigo 26.º, devendo a sessão realizar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recepção do pedido ou requerimento.

5. Se o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral não convocarem a assembleia, nos termos legais, podem os sócios cooperadores, desde que obtenham a assinatura de, pelo menos, vinte por cento dos sócios, fazer a referida convocatória.

ARTIGO 32.º
(Quórum)

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos sócios cooperadores ou seus representantes devidamente credenciados.

2. Se, à hora marcada para a sessão, não se verificar o número de presenças previsto no número anterior, a assembleia reunirá, com qualquer número de cooperadores, uma hora depois.

3. No caso de a convocação da Assembleia Geral ser feita em sessão extraordinária e a requerimento dos cooperadores, a sessão só se efectuará se nela estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

ARTIGO 33.º
(Competência da Assembleia Geral)

É da competência exclusiva da Assembleia Geral:

a) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais da Cooperativa e das comissões especiais, criadas nos termos do previsto nos estatutos;

b) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o parecer do Conselho Fiscal;

c) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte;

d) Alterar os estatutos e eventuais regulamentos internos;

e) Aprovar a dissolução voluntária da Cooperativa;

f) Decidir a admissão de membros;

g) Decidir sobre a exclusão de cooperadores e sobre a perda de mandato dos órgãos sociais e de comissões especiais;

h) Funcionar como instância de recurso quanto à recusa de admissão de membros e quanto às sanções aplicadas pela Direcção, sem prejuízo de recurso para os tribunais;

i) Regular a forma de gestão da Cooperativa no caso de destituição dos respectivos órgãos sociais e até à realização de novas eleições;

j) Apreciar e votar matérias especialmente previstas nestes estatutos e em legislação complementar aplicável.

ARTIGO 34.º
(Deliberações da Assembleia Geral)

1. São nulas todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixada na convocatória, salvo se, estando presentes ou devidamente representados todos os membros da Cooperativa no pleno gozo dos seus direitos, concordarem, por unanimidade, com a respectiva inclusão.

2. As deliberações da Assembleia Geral serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 35.º
(Votação na Assembleia Geral)

1. Cada cooperador dispõe de voto, proporcional a área da fracção adquirido (permilagem).

2. É exigida maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias relativas a aumento e diminuição de capital, fixação do valor das quotas e do valor da jóia, exclusão de algum dos sócios cooperadores, aprovação de contas e do destino a dar aos valores excedentes, suspensão ou extinção da Cooperativa e nomeação da comissão liquidatária.

3. Na Assembleia Geral Eleitoral, o voto é secreto e presencial.

ARTIGO 36.º
(Voto por representação)

1. É admitido o voto por representação, devendo o mandato apenas atribuível a outro cooperador ou a familiar maior do mandante que com ele coabite, constar de documento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a assinatura do mandante reconhecida nos termos legais.

2. Cada cooperador só poderá representar um outro membro da Cooperativa.

ARTIGO 37.º
(Actas)

As actas das assembleias são elaboradas pelo Secretário da Mesa e aprovadas na Assembleia Geral seguinte.

SECÇÃO III
Conselho de Administração

ARTIGO 38.º
(Composição)

1. A administração da Cooperativa é exercida por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, constituída por um número ímpar de membros, num mínimo de 3 e num máximo de 5 administradores, sendo 1 (um) presidente, 1 (um) secretário, devendo eleger-se dois membros suplentes para faltas ou impedimento dos titulares por período superior a trinta dias.

2. O mandato do Conselho de Administração nunca será superior a quatro anos.

ARTIGO 39.º
(Atribuições do Conselho de Administração)

1. Ao Conselho de Administração compete:

a) Definir os programas-base dos edifícios a construir;

b) Aprovar os respectivos projectos de execução;

c) Negociar as empreitadas para obtenção das melhores condições de qualidade/preço;

d) Assegurar a gestão corrente da Cooperativa;

e) Manter actualizado o livro das actas.

2. Manter a sua guarda os valores monetários da Cooperativa, os quais serão depositados em instituição bancária.

ARTIGO 40.º
(Competência do Conselho de Administração)

O Conselho de Administração é o órgão de administração e representação da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação e aprovação da Assembleia Geral o relatório e contas do exercício, bem como o orçamento e o plano de actividades para o ano seguinte;

b) Executar o plano da actividade anual;

c) Atender às solicitações do Conselho Fiscal, em matérias da competência deste;

d) Deliberar sobre admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas nestes estatutos e em legislação complementar aplicável, dentro dos limites da sua competência;

e) Zelar pelo respeito da lei, dos estatutos e das deliberações tomadas pelos órgãos da Cooperativa;

f) Representar a Cooperativa em juízo e fora dele;

g) Escriturar os livros, nos termos da lei;

h) Praticar todos e quaisquer actos na defesa dos interesses da Cooperativa e dos cooperadores e na salvaguarda dos princípios cooperativos, em tudo o que não se insira na competência dos outros órgãos;

i) Designar os membros das comissões especiais criadas nos termos previstos nestes estatutos;

j) Assinar quaisquer contratos, cheques e todos os demais documentos necessários à administração da Cooperativa;

k) Negociar, contratar e outorgar, nos termos legais, quaisquer financiamentos com instituições de crédito ou particulares;

l) Deliberar sobre propostas, petições e reclamações que os membros da Cooperativa lhes dirijam por escrito;

m) Adquirir bens imóveis destinados à prossecução dos objectivos da Cooperativa e alienar esses imóveis aos sócios cooperadores;

n) Providenciar a aprovação do projecto de execução do edifício de habitação colectiva, comércio e serviços, nas entidades competentes;

o) Exercer todos os demais poderes que, por lei ou pelos estatutos, não sejam reservados à Assembleia Geral.

ARTIGO 41.º
(Reuniões do Conselho de Administração)

1. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração terão, pelo menos, periodicidade quinzenal.

2. O Conselho de Administração reunirá extraordinariamente sempre que o presidente a convoque, ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.

3. Os membros suplentes poderão assistir e participar nas reuniões da Direcção, sem direito de voto.

4. As deliberações serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 42.º
(Quórum)

A Direcção só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

ARTIGO 43.º
(Forma de obrigar e delegação de poderes)

1. A Cooperativa fica obrigada com as assinaturas:

a) Do Administrador-Único;

b) De dois administradores.

2. Por acta de reunião do Conselho de Administração ou mediante mandato outorgado pelo presidente, esta pode delegar em qualquer dos seus membros efectivos, os poderes colectivos de representação do presidente em juízo ou fora dele.

3. O Conselho poderá conferir ou revogar mandatos a membros, delegando-lhes os poderes previstos nos estatutos ou aprovados em Assembleia Geral.

SECÇÃO IV
Conselho Fiscal

ARTIGO 44.º
(Composição)

1. O Conselho Fiscal é composto por 1 (um) presidente e por 2 (dois) secretários, e por 2 (dois) suplentes que serão chamados à efectividade de funções, em caso de faltas ou impedimento dos membros efectivos.

ARTIGO 45.º
(Competência)

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da Cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:

a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da Cooperativa;

b) Verificar, sempre que o entenda como necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas;

c) Emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;

d) Verificar o cumprimento das regras de contabilidade, dos estatutos e da lei.

ARTIGO 46.º
(Reuniões do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre, quando o presidente o convocar.

2. O Conselho Fiscal reunirá extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.

3. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir, por direito próprio, às reuniões da Direcção.

4. Os membros suplentes do Conselho Fiscal podem assistir e participar nas reuniões deste conselho, sem direito de voto.

5. As deliberações serão registadas em livro de actas.

ARTIGO 47.º
(Quórum)

O Conselho Fiscal só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efectivos.

SECÇÃO V
Responsabilidade dos Órgãos Sociais

ARTIGO 48.º
(Responsabilidade dos membros da Direcção)

1. São responsáveis civilmente, de forma pessoal e solidária, perante a Cooperativa e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal e da aplicabilidade de outras sanções, os membros da Direcção e outros mandatários que hajam violado a lei, os estatutos e as deliberações da Assembleia Geral ou deixado de executar fielmente o seu mandato.

2. A delegação de competências da Direcção em mandatários não isenta de responsabilidade os membros da Direcção, salvo se não tenham participado na deliberação que a originou ou tenham exarado em acta o seu voto contrário.

ARTIGO 49.º
(Responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal)

Os membros do Conselho Fiscal são responsáveis perante a Cooperativa, nos termos do disposto no artigo 45.º, sempre que se não tenham oposto oportunamente aos actos dos membros da Direcção ou mandatários, salvo o disposto na parte final do n.º 2 do mesmo artigo.

ARTIGO 50.º
(Isenção de responsabilidade)

1. A aprovação pela Assembleia Geral do relatório de gestão e contas do exercício isenta de responsabilidade os membros da Direcção, do Conselho Fiscal ou mandatários perante a Cooperativa por factos atinentes àqueles documentos, salvo se estes violarem a lei, os estatutos, legislação complementar aplicável ou dissimularem a situação real da Cooperativa.

2. São também isentos de responsabilidade os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou mandatários que não tenham participado, por falta justificada, na deliberação que a originou, ou tenham exarado em acta o seu voto contrário.

CAPÍTULO V
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 51.º
(Alteração dos estatutos)

1. Os estatutos poderão ser alterados nos termos do artigo 207.º da Lei n.º 6/03, de 3 de Março, e em legislação complementar aplicável.

2. Para o efeito, deverá ser convocada a respectiva Assembleia Geral, com a antecedência de, pelo menos ,15 (quinze dias), acompanhada do texto das alterações propostas.

3. A aprovação das alterações aos presentes estatutos exige uma maioria qualificada de dois terços dos votos expressos em Assembleia Geral convocada para esse fim.

4. Aprovadas as alterações, a modificação dos estatutos deverá ser feita por escritura pública.

ARTIGO 52.º
(Omissões)

Em tudo quanto estes estatutos sejam omissos, aplicar-se-ão as deliberações da Assembleia Geral e legislação complementar aplicável.

ARTIGO 53.º
(Dissolução)

A Cooperativa dissolve-se por deliberação da Assembleia Geral, decorrido o prazo da sua duração, uma vez constituída por tempo determinado, devendo a assembleia que deliberar a sua extinção eleger os membros da comissão liquidatária.

ARTIGO 54.º
(Foro competente)

É escolhido o Foro Arbitral, onde serão dirimidas todas as questões entre a Cooperativa e os seus sócios.

(15-14949-L02)

Jó & Ser, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 42 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — João Monforte Velasco, casado com Yolanda Marisa Cristóvão e Silva, sob o regime de separação de bens, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Condomínio da Casa Própria, Casa n.º 150-D;

Segundo: — José Frederico Sérgio Muquepe, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Belas, Urbanização Nova Vida, Rua 39, Casa n.º C15;

Uma sociedade comercial por quotas, de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — A ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
JÓ & SER, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Jó & Ser, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro do Camama, no Projecto Sonho da Casa Própria, Casa n.º 59, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria e contabilidade, artes gráficas, eventos decorativos, indústria, serviços de hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, avicultura, serviços de informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, serviços de oficina-auto, serviços de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, comercialização de perfumes, agenciamento de viagens, relações públicas, indústria de pastelaria, panificação, geladaria e gelo, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais e indústria, serviços de serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, educação e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios João Monforte Velasco e José Frederico Sérgio Muquepe, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio João Monforte Velasco, que fica desde já nomeado gerente com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14950-L02)

Grupo Alsydi-Ngoma, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 82, do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Suka Mayemba, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Via S4, Rua A, Travessa 2, Casa n.º 25;

Segunda: — Francisca Balingi Ngoma, solteira, maior, natural de Mbanza Congo, Província do Zaire, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 13, Zona 9, Casa n.º 11;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO ALSYDI-NGOMA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Grupo Alsydi-Ngoma, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua Olímpio Macueria, Casa n.º 27,

podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, exploração de salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, exploração de ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, serviços de saúde, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração, e bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, exploração de serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 74.000,00 (setenta e quatro mil kwanzas), pertencente ao sócio Suka Mayemba e outra quota no valor nominal de Kz: 26.000,00 (vinte e seis mil kwanzas), pertencente à sócia Francisca Balingi Ngoma, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Suka Mayemba, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-14951-L02)

J. LUÍS — Alumínios (SU), Limitada

Barbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 57 do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que José Luís, solteiro, maior, natural de Benguela, Província de Benguela, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro do Kilamba Kiaxi, casa sem número, Zona 20, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «J. LUÍS — Alumínios (SU), Limitada», Registada sob o n.º 4.832/15, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE J. LUÍS — ALUMÍNIOS (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «J. LUÍS — Alumínios (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba 2, Rua Direita do Camama, Casa n.º 30, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, limpeza, jardinagem, reparação e pintura, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitário, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, serviços de saúde, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio-único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único José Luís.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º

(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º

(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º

(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14952-L02)

Cheidra Invest, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 80 do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciada em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Fernando Paulo Cassange, solteiro, maior, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua da Caconda, Casa n.º 162;

Segundo: — Cheinaz Balão Cassange, menor, natural de Luanda, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua da Caconda, Casa n.º 162;

Terceiro: — Esdra Daniela César Cassange, menor, natural de Luanda, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua da Caconda, Casa n.º 162;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CHEIDRA INVEST, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Cheidra Invest, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua da Caconda, Casa n.º 162, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, rent-a-car, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, exploração de pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Fernando Paulo Cassange e outras 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencente às sócias Esdra Daniela César Cassange e Cheinaz Balão Cassange, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Fernando Paulo Cassange, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-14953-L02)

Moisés & Palma, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 20[illegible] lavrada com início a folhas 78 do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Moisés Mateus Inácio, casado com Isabel Eduardo João Francisco Inácio, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Km 12, Casa n.º 110;

Segundo: — Isabel Eduardo João Francisco Inácio, casada com Moisés Mateus Inácio, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Cazenga, Rua Sonef, Casa n.º 7-A;

Terceiro: — Palma Pascoal Diogo, casado com Arlete da Rocha Sebastião Diogo, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cambundi-Catembo, Província de Malanje, residente em Luanda, no Município de Malanje, Bairro Azul, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE MOISÉS & PALMA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Moisés & Palma, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Km 12, Rua C, Casa n.º 110, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, hotela-

ria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, rent-a-car, compra emenda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, serviços de saúde, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Moisés Mateus Inácio, e outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Palma Pascoal Diogo e Isabel Eduardo João Francisco Inácio, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios, Moisés Mateus Inácio, Palma Pascoal Diogo e Isabel Eduardo João Francisco Inácio que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura da gerência para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-14954-L02)

Jaime Dasilva & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 46 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Jaime da Silva Manuel, casado com Nambua Elizabeth Canga Manuel, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Município de Cacuaco, Bairro Panguila, Sector 9, Casa n.º B 88777-A, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação

de seus filhos menores, Larissa Gomes da Silva Manuel, de doze anos de idade, Jair Jamil Canga Manuel, de 5 anos de idade, e Jamaiza Suzete Canga Manuel, de 1 ano de idade, naturais do Sambizanga, Província de Luanda, e consigo conviventes;

Segundo: — Nambua Elizabeth Canga Manuel, casada com Jaime da Silva Manuel, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, residente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Kilamba Kiaxi, Rua E, Casa n.º 17;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE JAIME DASILVA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Jaime Dasilva & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Bloco 10, Casa n.º 101, Centralidade de Cacuaco, Município de Cacuaco, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serviço de serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, serviço informático, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, exploração de oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, centro médico, farmácia, geladaria, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, material e equipamentos hospitalares, panificação, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (5) quotas, iguais no valor nominal de Kz: 20. 000,00 (vinte mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Nambua Elizabeth Canga Manuel, Jaimeil Canga Manuel, Jamaiza Suzeth Canga Manuel, Larissa Gomes da Silva Manuel e Jaime da Silva Manuel, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Jaime da Silva Manuel, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta

de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14955-L02)

TOOL BOX — Serviços de Engenharia e Sistemas Tecnológicos, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folha 33 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Vânia Nair Gomes da Silva, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Comandante Valódia, Rua Custódio Bento de Azevedo, Casa n.º 13-A;

Segundo: — Arnaldo Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Francisco Cónego das Neves Castelo Branco;

Terceiro: — Neusa Nicole Pires Lopes, casada com Bruno Miguel Branco da Silva, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Avenida Comandante Valódia, Prédio n.º 87, 1.º andar, Apartamento n.º 1;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
TOOL BOX — SERVIÇOS DE ENGENHARIA E SISTEMAS TECNOLÓGICOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «TOOL BOX — Serviços de Engenharia e Sistemas Tecnológicos, Limitada», com sede em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango I, Rua Direita do Zango, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem por objecto social, em especial, actividades de engenharia, sistemas tecnológicos, construção civil e obras públicas, prestação de serviços, representação industrial, comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, comercialização de material de construção, educação, exploração mineira, prestação de serviços de avac, sistemas hidráulicos, eléctricos, automação e instrumentação, manutenção e gestão da manutenção, eta's e etar's, transporte, pesca, agro-pecuária, telecomunicações, serviço informático, hotelaria e turismo, *rent-a-car*, podendo, entretanto, dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital social e representação do mesmo)

O capital social é de Kg: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas), pertencente à sócia Vânia Nair Gomes da Silva, outras duas quotas iguais no valor nominal Kz: 33.000,00 (trinta e três mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Arnaldo Pinheiro Rodrigues Moreira Palhares e Neusa Nicole Pires Lopes, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

1. Para a consecução e operacionalização de suas finalidades a sociedade poderá celebrar convénios, contratos e ajuste de qualquer natureza, com constituições públicas, privadas nacionais, estrangeiros e internacionais.

ARTIGO 6.º
(Competências da gerência)

1. A gerência da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele será nomeado por acta em Assembleia Geral, bastando a assinatura do gerente nomeado para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Em caso algum, a sociedade poderá ser obrigada em actos ou operações de interesse alheio, nomeadamente, em avales, fianças e actos semelhantes e estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 7.º
(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Aplicação de resultado)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Cessão de quotas)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Dissolução da sociedade)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Assunção pela sociedade de negócios anteriores ao registo)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Ano social)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Foro competente)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-14956-L02)

O Degusto (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora--Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 90, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Dionísia da Conceição Celeste Pio, solteira, maior, de nacionalidade angolana, natural do Cubal, Província de Benguela, residente habitualmente em Benguela, no Município de Benguela, Zona E, Rua Gen Alv Rosada, casa sem número, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «O Degusto (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Rua Eugénio de Castro, casa sem número, registada sob o n.º 4.843/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
O DEGUSTO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «O Degusto (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Rua

Eugénio de Castro, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a agro-pecuária, pescas e aquicultura, indústria de lacticínios, restauração, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, exploração mineira, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que a sócia-única decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Dionísia da Conceição Celeste Pio.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ela assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04 de 13 de Fevereiro.

(15-14957-L02)

G. Jomof (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que João Monteiro Simba Fernando, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente em Cabinda, Município de Cabinda, Bairro do Simulambuco, casa sem número, Zona A, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «G. Jomof (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.838/15, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
G. JOMOF (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «G. Jomof (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro do Benfica, Rua do Lar do Patriota, Próximo da Zona dos Bancos, casa sem número,

podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro e spa, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único, João Monteiro Simba Fernando.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14958-L02)

MIDAELA — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 88 do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Bernardeth Manuel Flora Lucombo Feliciano, casada com Faustino Feliciano, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua da Gaia, casa sem nnúmero, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seus filhos menores Inácia Mirela Lucombo Feliciano, de 7 anos de idade, natural de Luanda, Daniela Rossana Lucombo Feliciano de 4 anos de idade, natural de Luanda e Ariela Filipa Lucombo Feliciano de 1 ano de idade, natural de Lisboa, Portugal, mas de nacionalidade angolana e todos consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível.*

ESTATUTO DA SOCIEDADE MIDAELA — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a natureza jurídica de sociedade por quotas e a denominação social de «MIDAELA — Prestação de Serviços, Limitada».

1. A sociedade durará por tempo indeterminado e terá a sua sede provisória em Luanda, no Município de Belas, Bairro Benfica, Rual2, Casa n.º 16, podendo esta ser transferida para outra localidade dentro do território nacional, por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade poderá, por simples deliberação da gerência, estabelecer delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação, no País ou estrangeiro, nos termos da legislação aplicável.

2. A gerência fica desde já autorizada a subscrever, em nome da sociedade, participações sociais noutras sociedades, anónimas ou por quotas e com elas se coligar sob a forma de relação de participação ou em relação de grupo nos termos dos artigos 463.º e seguintes da Lei das Sociedades Comerciais.

3. Os sócios poderão celebrar entre si acordos parassociais, com respeito pelo disposto no artigo 19.º da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem como objecto a actividade principal na área de prestação de serviços, a promoção imobiliária, a gestão imobiliária, a compra e venda de bens móveis e imóveis e a revenda dos adquiridos para esse fim, a exploração de unidades hoteleiras e agrícolas, o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços clínicos, pastelaria panificação e geladaria, segurança pública e privada, educação, papelaria e tabacaria, importação e exportação, sem prejuízo do exercício de outras actividades, desde que deliberadas pelas sócias e permitidas por lei.

2. A sociedade poderá associar-se ou participar no capital de sociedades que prossigam objectos sociais diferentes do seu, em consórcios ou agrupamentos complementares de empresas, mediante deliberação das sócias tomada por maioria dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), equivalentes a USD 1.000,00 (mil dólares americanos), integralmente subscrito e realizado pelos sócios.

2. O capital social é, nas seguintes proporções, pertença de:

a) Bernadeth Manuel Flora Lucombo Feliciano, com uma quota de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), equivalente a 40% (porcento) do capital social correspondente, a USD 400,00 (quatrocentos dólares americanos);

b) Inácia Mirela Lucombo Feliciano, com uma quota de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), equivalente a 20% (porcento) do capital social correspondente, a USD 200,00 (duzentos dólares americanos);

c) Daniela Rossana Lucombo Feliciano, com uma quota de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), equivalente a 20% (porcento) do capital social correspondente, a USD 200,00 (duzentos dólares americanos);

d) Ariela Filipa Lucombo Feliciano, com uma quota de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), equivalente a 20% (porcento) do capital social correspondente, a USD 200,00 (duzentos dólares americanos).

3. A sociedade poderá nas condições que a lei o permita, adquirir quotas próprias e realizar sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas.

4. Nos aumentos do capital social será sempre dada preferência às actuais sócias.

ARTIGO 5.º

1. As quotas poderão transmitir-se:

a) Por cessão em vivas;

b) Por transmissão aos sucessores no caso de falecimento da sócio.

2. É livre a cessão de quotas entre as sócias e entre estes e os cônjuges, ascendentes ou descendentes.

3. A transmissão de quotas a estranhos está sujeita do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

1. As sócias poderão efectuar suprimentos à sociedade sempre que esta delibere nesse sentido por maioria qualificada de 2/3.

2. A Assembleia Geral fixará os juros, o prazo de reembolso e, eventualmente, as garantias não reais associadas ao cumprimento das obrigações que vierem a constar do contrato de suprimento a celebrar.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia Bernadeth Manuel Flora Lucombo Feliciano, que dispensada de caução, fica, desde já nomeada gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar num dos sócios ou em pessoa estranha à sociedade, parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de carta registadas, dirigidas às sócias com 15 (quinze) dias de antecedência

pelo menos. Se qualquer delas estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelas sócias na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos previstos na lei, todas as sócias serão liquidatárias e à liquidação e partilha dos bens sociais procederão como para elas acordar. Na falta de acordo e se alguma delas o pretender, será o activo social licitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer.

ARTIGO 11.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a sociedade, serão resolvidas amigavelmente e na falta de acordo das partes, num prazo razoável, as partes são livres de optar pela via que melhor se lhes ofereça, ficando estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 12.º

No omisso regularão as deliberações sociais, a Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-14959-L02)

Casa Amélia Cambamba (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 61, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Paulino Alves André, solteiro, maior, natural de Bula-Atumba, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, casa sem número, Zona 17, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Casa Amélia Cambamba (SU), Limitada», Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua da Coral, casa sem número, registada sob o n.º 4.834/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CASA AMÉLIA CAMBAMBA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Casa Amél Cambamba (SU), Limitada», com sede social na Provín de Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Hend Rua da Coral, casa sem número, podendo transferi-la livr mente para qualquer outro local do território nacional, be como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas d representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a part do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de ser viços, limpeza, Jardinagem, reparação e pintura, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários oficina auto, assistência técnica, comercialização de petró leo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis farmácia, serviços de saúde, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públi cas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração florestal, estação de serviços, repre sentações comerciais, serralharia, carpintaria, vencia de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manuten ção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedi car-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio -nico decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Paulino Alves André.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14960-L02)

Josocicamviscar (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 59, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que José Francisco Gomes Filipe, casado com Nair Alexandra de Figueiredo Santiago Filipe, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Sambizanga, Bairro S. Paulo, Rua do Lobito, Casa n.º 140, Zona 10, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Josocicamviscar (SU), Limitada», com sede Província do Bengo, Município do Dande, Bairro Panguila, Rua C, Casa n.º 625/626, registada sob o n.º 4.833/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
JOSOCICAMVISCAR (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Josocicamviscar (SU), Limitada», com sede social na Província de Bengo, Município de Dande, Bairro Panguila, Rua C, Casa n.º 625/626, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único José Francisco Gomes Filipe.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14961-L02)

Organizações Wassandra, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 86 do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Sandra Ferreira Pires, solteira, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Luanda-Sul, Rua Comandante Gika, Casa n.º 86, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação dos seus filhos menores, Wame Pires da Silva, de sete anos de idade, Joel Pires da Silva, de dez anos de idade, e Rossana Maria Pires da Silva, de dois anos de idade, todos naturais de Luanda, consigo conviventes;

Segundo: — Manuel Garcia da Silva Marques, solteiro, maior, natural de Samba Cajú, Província do Kwanza-Norte, residente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Estalagem, casa sem número;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES WASSANDRA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Organizações Wassandra, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Estalagem, Rua Direita da Maria Luísa, casa sem número, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, agro-indústria, comercialização e gestão de móveis, venda de mobiliário, serviços de transportes públicos e privados não regulares, serviços de agenciamento e transitário, serviços de representação, consultoria financeira e jurídica, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e participações, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, desporto e cultura, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada e ligeira, indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas, transportes marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passageiros,

transporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiro e barbearia, artigos de toucador e higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, marcenaria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração de objectos sólidos, assistência técnica, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 5 (cinco) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Sandra Ferreira Pires e 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio, Manuel Garcia da Silva Marques e outras 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios, Wame Pires da Silva, Joel Pires da Silva e Rossana Maria Pires da Silva, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Sandra Ferreira Pires, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedada à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14962-L02)

Setuma Corporation (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 86, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Rosa Kizeoleoko Fernando Tuma, casada com Sebastião Kivampolo Tuma, sob regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango,

Rua Giakeni T 1, Casa n.º 38, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Setuma Corporation (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.842/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE SETUMA CORPORATION (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Setuma Corporation (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Comandante Evaní, ao lado da Escola Ana Paula, casa sem número, Bairro Sapú, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, logística, prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio a grosso e a retalho, logística, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, prestação de serviços médicos, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que a sócia-única acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Rosa Kizeoleoko Fernando Tuma.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com a sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14963-L02)

PD.ACH — Perdidos & Achados, Limitada

Certifico que, por escritura de 3 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 44 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Adão Manuel Neto, casado com Maria da Conceição Manuel Cagiza Neto, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda,

onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua da Cerâmica, Casa n.º 77-A;

Segundo: — Rui Jorge Alfredo, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Major Kanhangulo, Prédio n.º 145/147, 3.º andar, Apartamento 25;

Terceiro:— Jonathan Ginga Casimiro Timóteo, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Calemba II, Rua D, Casa n.º 10;

Quarto: — Jeremias Fernandes Neto, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Cerâmica do Cazenga, Casa n.º 77;

Uma sociedade comercial por quotas de que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE PD.ACH — PERDIDOS & ACHADOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «PD.ACH — Perdidos & Achados, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Cerâmica do Cazenga, Casa n.º 77-A, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, agricultura, serviço informático, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, exploração de oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, exploração de farmácia, centro médico, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, exploração de serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 41.000,00 (quarenta e um mil kwanzas), pertencente ao sócio Adão Manuel Neto, outra quota no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil), pertencente ao sócio, Rui Jorge Alfredo, outra quota no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente ao sócio Jonathan Ginga Casimiro Timóteo e uma última quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Jeremias Fernandes Neto, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Adão Manuel Neto, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobrevivos e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14964-L02)

Isatima's Cozinha (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 80, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Isabel de Fátima Sardinha Viana da Costa e Silva Cruz, viúva, natural do Amboim, Município Amboim, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 57, 5.º 6, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Isatima's Cozinha (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.839/15, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ISATIMA'S COZINHA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Isatima's Cozinha (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro da Ingombota, Rua Rainha Ginga, n.º 57, 5.º 6, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, serviços de hotelaria e turismo, restauração, agricultura, piscicultura, agro-pecuária, indústria, *marketing*, publicidade e comunicação, acessória, consultoria empresarial, gestão e produção de eventos, consultoria, auditoria e contabilidade, agenciamento de viagens, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de transportes aéreo, marítimo e terrestre, de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, boutique, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, botequim, serviços médico-hospitalares, comércio de medicamentos e de material e equipamentos hospitalar, serviços de ourivesaria, indústria pasteleira e panificadora, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, educação e ensino geral, serviços de infantário, formação profissional, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que a sócia-única decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Isabel de Fátima Sardinha Viana da Costa e Silva Cruz.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear em pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ela assinadas e mantidas em livro de atas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com a sobreviva e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14965-L02)

ERICSSAPA — Empreendimentos, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 54 do livro de notas para escrituras diversas n.º 290-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Érica Sofia de Jesus Chissapa, solteira, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Lar do Patriota, Casa n.º 64, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seu filho menor, Erick Gabriel Chissapa dos Santos, de 1 ano de idade, natural da Samba, Província de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ERICSSAPA — EMPREENDIMENTOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «ERICSSAPA — Empreendimentos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Lar do Patriota, Rua Lar do Patriota, Casa n.º 64, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas de construção civil e obras públicas, promoção e mediação, imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, infantário, creches, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, *rent-a--car*, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, oficina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material industrial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clínica geral, geladaria, exploração de parques de diversão, exploração mineira, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações

comerciais, serralharia, carpintaria, marcenaria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente à sócia Érica Sofia de Jesus Chissapa, e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Erick Chissapa dos Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia Érica Sofia de Jesus Chissapa, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente, para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(15-14966-L02)

Sala Vemba & Filhos, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 84, do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Sala Vemba, solteira, maior, natural da Damba, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Mabor, casa s/n.º, Zona 18;

Segunda: — Mawete Sofia, solteira, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Cazenga, Casa n.º 18, Zona 18;

Uma sociedade comercial por quotas que se regerá nos termos constantes do documento em anexo.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
SALA VEMBA & FILHOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Sala Vemba & Filhos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cazenga, Bairro Angolano, rua e casa s/n.º, no Sector 20-A, próximo do Armazém Santos,

podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, decoração de interior e exteriores, representação de marcas, gestão de património e empreendimentos desportivos, actividades de artes gráficas e comercialização, promoção de actividades nas galerias, agricultura e pecuária, avicultura, aquicultura, pesca, agro-indústria, comercialização e gestão de móveis, venda de mobiliário, serviços de transportes públicos e privados não regulares, serviços de agenciamento e transitário, serviços de representação, consultoria financeira e jurídica, contabilidade e auditoria, gestão de empreendimentos, promotora de investimentos e participações, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, importação e comercialização de medicamentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e produtos hospitalares, comércio geral a grosso e a retalho, exploração de energia e água, manutenção de espaços verdes, jardinagem, limpeza de imóveis, recolha e reciclagem de resíduos sólidos, gestão de empreendimentos, prestação de serviços de sistemas eléctricos e electrónicos, comunicação, serviços de preparação física, elaboração e comercialização de projectos de construção civil e obras públicas, empreitadas de construção civil e obras públicas, venda de equipamentos dos serviços de segurança privada, prestação de serviços de segurança privada, serviços infantários, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, serviços de condução, informática, telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, indústria pesada, ligeira, indústria de panificação, pastelaria, geladaria e gelo, transitário, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas, transportes marítimo, fluvial, aéreo e terrestre, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, decoração de interiores e exteriores, venda e instalação de material industrial, assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalentes, comercialização de perfumes, serviços de cabeleireiro e barbearia, venda de artigos de toucador e higiene, agenciamento de viagens, exploração de parques de diversão, exploração florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais e industriais, serviços de serralharia, carpintaria, marcenaria, serviços de limpeza, saneamento básico, incineração de objectos sólidos, assistência técnica, exploração mineira e seus inertes, material de canalização, indústria metalo-mecânica, serviços de gráfica e papelaria, exploração e exportação de madeira e mármores, serviços de sistemas de frio, comercialização de equipamentos de caça, comercialização e reparação de telefones, compra e venda de móveis, venda de mobiliário, formação profissional, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia Sala Vemba e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Mawete Sofia, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Sala Vemba, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. A gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedada à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14967-L02)

Casa Kimuichi, (SU), Limtada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 84, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que José Fernandes, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural do Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul, residente em Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba Grande, Rua 17, Casa n.º 11, Zona 3, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Casa Kimuichi, (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.841/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CASA KIMUICHI (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Ca Kimuichi (SU), Limitada», com sede social na Província d Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samb Rua 17, Bairro Samba Grande, Casa n.º 11, podendo tran feri-la livremente para qualquer outro local do territó nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências o outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a part do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social prestação de ser viços, comércio geral a grosso e a retalho, empreitadas d construção civil e obras públicas, promoção e mediação imobiliária, venda de equipamentos dos serviços de segu rança privada, prestação de serviços de segurança privada infantário, creches, importação e comercialização de medi camentos, produtos hospitalares, equipamentos laboratoriais diversos, fabrico e distribuição de medicamentos, equipa mentos e produtos hospitalares, manutenção e assistência a equipamentos diversos, educação, ensino geral, escola de línguas, desporto e cultura, escola de condução, informática telecomunicações, hotelaria e turismo, restauração, casino, indústria pesada e ligeira, pescas, agro-pecuária, indústria de panificação, camionagem, transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e usadas, transporte de passageiros, transporte de mercadorias, oficina auto, ofi cina de frio, fiscalização de obras públicas, venda de material de escritório e escolar, venda e instalação de material indus trial, venda e assistência a viaturas, comercialização de material de construção, comercialização de lubrificantes, salão de cabeleireiro, barbearia, botequim, comercialização de gás de cozinha, petróleo iluminante, peças sobressalen tes, perfumaria, artigos de toucador e higiene, ourivesaria relojoaria, agência de viagens, farmácia, centro médico, clí nica geral, de bombas de combustíveis, estação de serviço, representações comerciais, serralharia, carpintaria, marce naria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único José Fernandes.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14968-L02)

Franconsulting and Business, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 58, do livro de notas para escrituras diversas n.º 29-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Francisco Nelson António, solteiro, maior, natural de Viana, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba, Casa n.º 10;

Segundo: — Ilda Geraldo Bernadete, solteira, maior, natural do Soyo, Província do Zaire, onde reside habitualmente, no Município do Soyo, Bairro 1.º de Maio, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
FRANCONSULTING AND BUSINESS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Franconsulting and Business, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Vila Sede, Rua Comandante Bula, Casa n.º 22, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e ensino, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Francisco Nelson António e outra no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Ilda Geraldo Bernadete, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Francisco Nelson António, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando uma assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14970-L02)

TURIARTE — Empreendimentos Turísticos e Artes, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Setembro de 2015, lavrada com início a folhas 92, do livro de notas para escrituras diversas n.º 424, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Alfredo José da Cruz Passos, casado com Isabel Judite Joaquim dos Santos Passos, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cónego Manuel das Neves, que outorga neste acto, por si individualmente, como mandatário de Isabel Judite Joaquim dos Santos Passos, casada com Alfredo José da Cruz Passos, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Uíge, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cónego Manuel das Neves, e em nome e representação dos seus filhos menores, Nussoni Sage dos Santos Passos, de 15 anos de idade, e Rafael Kembé dos Santos Passos, de 10 anos de idade, ambos naturais de Luanda e ainda, Alisa Paris dos Santos Passos, de 1 ano de idade, natural de Flórida, Estados Unidos da América, mas de nacionalidade angolana, todos consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TURIARTE — EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E ARTES, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e âmbito)

A sociedade adopta a denominação «TURIARTE — Empreendimentos Turísticos e Artes, Limitada», a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º
(Sede)

A sua sede social é em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, na Avenida 4 de Fevereiro, Prédio n.º 44, 2.º andar, Apartamento n.º 7, Luanda - Angola.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social gestão de empreendimentos turísticos, hoteleiros, artes, eventos, comércio geral por grosso e retalho de bens do consumo geral, representações comerciais, industriais, transportes aéreos, marítimos, terrestres, indústria transformadora, pescas, prestação de serviços, importação e exportação de bens e serviços.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, e dividido por cinco quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) pertencente ao sócio Alfredo José da Cruz Passos e uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Isabel Judite Joaquim dos Santos Passos e outras três quotas iguais no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma pertencente aos sócios Nussoni Sage dos Santos Passos, Rafael Kembé dos Santos Passos e Alisa Paris dos Santos Passos, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Suprimentos)

1. Os sócios poderão fazer suprimentos de capital, ou outras prestações acessórias nos termos, pelos preços e condições que vierem a ser acordadas em Assembleia Geral.

2. Os suprimentos com carácter permanente, excedendo um ano deverão constar de contrato escrito.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

1. A cessão de quotas, total ou parcial, entre os sócios é livre, porém, quando feita a estranhos fica dependente da sua aprovação pela Assembleia Geral.

2. Havendo cessão de quotas, a sociedade e os sócios, por essa ordem, gozam do direito de preferência.

ARTIGO 7.º
(Gerência e administração)

1. A gerência e a administração da sociedade, com dispensa de caução, a sua representação, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelos sócios Alfredo José da Cruz Passos e Isabel Judite Joaquim dos Santos Passos, que ficam desde já nomeados gerentes com dispensa de caução, bastando uma assinatura dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerência será remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral.

3. A sociedade poderá constituir mandatários ou procuradores, passando para o efeito os respectivos mandatos.

4. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

5. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais serão convocadas por meios de anúncios ou cartas registadas, dirigidas aos sócios, com pelo menos oito dias de antecedência.

2. Se qualquer dos sócios ou seu representante, estiver ausente do local da sede social, a convocação devera ser feita com a dilação suficiente para que ele possa comparecer.

ARTIGO 9.º
(Repartição de resultados)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidas a percentagem de 30% para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos especiais acordados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º
(Balanço)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Dissolução da sociedade)

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobrevivos ou capazes e com os herdeiros ou legais representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 12.º
(Amortização)

A sociedade reserva- se o direito de amortizar a quota de quaisquer dos sócios, pelo seu valor nominal, nos seguintes casos:

a) Se essa quota for objecto de penhora, arresto ou qualquer outra forma de pressão judicial;

b) Por acordo com o respectivo titular;

c) Se essa quota tiver sido sediada com a violação do disposto no artigo 6.º do presente estatuto, ou da lei em vigor;

d) Se o seu titular a tiver adquirido a qualquer dos sócios, em resultado de processo judicial ou arbitral;

e) Por exortação ou exclusão de um dos sócios.

ARTIGO 13.º
(Dissolução por acordo dos sócios)

1. Dissolvidas a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, como para eles acordarem.

2. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 14.º
(Omissão)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(15-14971-L02)

TECHILEVA — Prestação de Serviços e Comércio Geral (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 104, do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Fernando Zanga da Cunha, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural de Belize, Província de Cabinda, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, Casa n.º 16, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «TECHILEVA — Prestação de Serviços e Comércio Geral (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.847/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE TECHILEVA — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO GERAL (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «TECHILEVA — Prestação de Serviços e Comércio Geral (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Machado Saldanha, Rua n.º 16, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, incluindo manutenção de máquinas eléctricas, elevadores de obras, aparelhos de elevação, portas eléctricas e outros, comércio geral a grosso e a retalho, serviços de serralharia, caixilharia de alumínios, avicultura, agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, serviços de informática e telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, promoção e mediação imobiliária, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, serviços de saúde, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, serviços de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Fernando Zanga da Cunha.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14972-L02)

Mário Ferreira (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 4 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que Mário Jorge Reis Ferreira, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural da Conda, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua do Ribatejo, Casa n.º 14, Zona 11, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Mário Ferreira (SU), Limitada», com sede em Luanda, Município de Luanda, Bairro Nelito Soares, Rua do Ribatejo, Zona 11, Casa n.º 14, registada sob o n.º 4.818/15, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 4 de Setembro de 2015. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
MÁRIO FERREIRA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Mário Ferreira (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Bairro Nelito Soares, Rua do Ribatejo, Zona 11, Casa n.º 14, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio, prestação de serviços, *marketing*, publicidade e comunicação, acessoria, consultoria empresarial, gestão e produção de eventos, consultoria, auditoria, agenciamento de viagens, geral a grosso e a retalho, restauração, serviços de transportes aéreo, marítimo e terrestres, de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a--car*, oficina auto, boutique, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, botequim, serviços médico--hospitalares, comércio de medicamentos e de material e equipamentos hospitalar, serviços de ourivesaria, indústria pasteleira e panificadora, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio único decida e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único, Mário Jorge Reis Ferreira.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(15-14973-L02)

VINAMB — Comércio e Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 2 de Julho do 2015, lavrada com início a folhas 29 a 30, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 10-A, do Cartório Notarial da Comarca do Kwanza-Sul, a cargo de Orlando António, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório entre Manuel Pires Nunda, solteiro, natural do Caibambo, Província de Benguela, residente habitualmente em Benguela, Bairro da Goa, casa s/n.º, Zona-B, titular do Bilhete de Identidade n.º 003030896BA034, emitido pelo Sector de Identificação de Luanda, aos 10 de Janeiro de 2013, e Nguyen Quoc Hung, de nacionalidade vietnamita, titular do Passaporte n.º 1571739, emitido pelo Sector de Identificação de Luanda, aos 24 de Fevereiro de 2012, que constituíram entre si uma sociedade de responsabilidade limitada, «VINAMB — Comércio e Serviços Limitada», com sede no Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, cujo objecto social é o previsto no artigo 3.º do seu estatuto, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, fiz extrair o presente certificado.

Cartório Notarial da Comarca do Kwanza-Sul, no Sumbe, aos 6 de Julho de 2015. — O Notáro, *Orlando António*.

PACTO SOCIAL
VINAMB — COMÉRCIO E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «VINAMB — Comércio e Serviços, Limitada», tem a sede social no Sumbe, Avenida dos Aliados, Zona 3, Província do Kwanza-Sul, podendo a mesma ser transferida por deliberação dos sócios para qualquer outro local, bem como criar filiais, agências, sucursais ou outras formas de representação dentro ou fora do Território Nacional.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais, a partir da data da assinatura da presente escritura.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem por objecto social a actividade de comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviço, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio, desde que os sócios acordem e seja permitido por lei.

2. Mediante deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá subscrever ou adquir participações sociais em sociedades de responsabilidade limitada, reguladas por leis especiais ou com o objecto social diferente da sua, assim como em agrupamentos de empresas.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 150.000,00, integralmente realizado em dinheiro dividido e representado por duas quotas iguais de valor nominal de Kz: 75.000,00, pertencentes uma a cada um dos sócios Manuel Pires Nunda e Hung Nguyen Quoc, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a favor de terceiros, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e a representação da sociedade, em todos os seus actos e contractos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócios Hung Nguyen Quoc, que desde

já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, sendo sempre necessária as duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar o outro socio ou pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contractos estranhos aos negócios sócios da sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer sócios, continuando com os vivos e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Em caso de dissolução da sociedade serão todos liquidatários os sócios e a liquidação e partilha procederão nos termos da legislação comercial em vigor, na falta de acordo e se algum deles o pretender, será licitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia ela arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Benguela, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTGO 14.º

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(15-14982-L10)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

M.M.T.B.G. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 15 do livro-diário de 15 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 782/15, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Maria Malvina Tavares Bastos Gomes, casada com Alberto Carlos Gomes sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 16/28, Zona 3, que usa a firma, «M.M.T.B.G. — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de cantinas e fornecimentos de refeições ao domicílio e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «EXPRESS FOOD — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 16/28, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, aos 15 de Junho de 2015. — A conservadora-adjunta, *ilegível.*

(15-9929-L15)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

ANTÓNIO NKAU JÚNIOR — Prestação de Serviços

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Licenciada em Direito, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 11 do livro-diário de 15 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 779/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual, António Nkau Júnior, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba, Rua Gago Coutinho, casa sem número, Luanda, Município da Samba, Bairro Samba, Rua Gago Coutinho, casa sem número, que usa a firma «ANTÓNIO NKAU JÚNIOR — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «ORGANIZAÇÕES ANJU — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa sem número, próximo ao Nosso Super.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, 15 de Junho de 2015. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

(15-9930-L15)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS — Prestação de Serviços

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 16 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que sob o n.º 784/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual António Francisco dos Santos, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Capolo I, Casa n.º 119, rés-do-chão, que usa a firma «ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «A.F.S. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Capolo I, Travessa H, Casa n.º 119, rés-do-chão.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, aos 16 de Junho de 2015. — A conservadora-adjunta, *ilegível*.

(15-9937-L15)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL

CERTIDÃO

VICENTE KUASSA — Comércio a Retalho

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 2.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 9 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 136/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual Vicente Kuassa, solteiro, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Rua Mortala Mohamed, sem número, (próximo ao BAI), que usa a firma «VICENTE KUASSA — Comércio a Retalho», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares não especificados, e de tabaco, em estabelecimentos especializados, tem escritório e estabelecimento denominado «Osnia Kuassa», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, aos 9 de Setembro de 2015. — A conservadora de 2.ª Classe, *ilegível*.

(15-15160-L03)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda da 2.ª Secção do Guiché Único — ANIFIL

CERTIDÃO

Maria José

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 2.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 10 de Setembro, do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que sob o n.º 137/15, se acha matriculado a comerciante em nome individual Maria José, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Ngola Kiluanje, Casa n.º 82, Zona 15, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares não especificado, e de tabaco em estabelecimentos não especializados, tem escritório e estabelecimento denominados «Maria José», situados em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Alberto Frank, Casa n.º 55, Zona 17.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único —ANIFIL, em Luanda, aos 10 de Setembro de 2015. — A conservadora de 2.ª Classe, *ilegível.* (15-15161-L03)

Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC

CERTIDÃO

Fábio Manuel Viegas

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.150525 em 2015-05-25;

c) Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «Fábio Manuel Viegas», com a identificação fiscal 2127051246;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Inscrições — Averbamentos — Anotações «Fábio Manuel Viegas»;

Identificação Fiscal: 2127051246.

AP.2/2015-05-25 Matrícula

Fábio Manuel Viegas, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, residente habitualmente na Província de Luanda, Bairro Rangel, Rua da Saúde, Casa n.º 23, Zona 1, exerce a actividade de comércio misto a retalho, usa a sua firma com as iniciais do seu próprio nome acima identificado, abreviadamente «F.M.V. — Comercial», tem o seu principal escritório e o estabelecimento comercial localizados na Província do Huambo, Cidade Baixa, Rua Vicente Ferreira.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC, aos 25 de Maio de 2015. — O Conservador-Adjunto, *Alfredo Felo Sachiliva.* (15-13757-L13)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Evaristo Félix

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 6, do livro-diário de 21 de Agosto do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 16.711 a folhas 67, verso do livro B-38, se acha matriculado o comerciante em nome individual Evaristo Félix, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Km 12, Casa n.º 66, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificado, tem o escritório e estabelecimento denominado «Casa Comercial Félix», situado em Viana, Rua Direita do Zango, casa sem número, Município de Viana, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 8 de Setembro de 2006. — O conservador, *ilegível.* (15-14591-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Martins Quituto

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 12, do livro-diário de 23 de Junho do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 12851 a folhas 130, do livro B-28, se acha matriculado o comerciante em nome individual Martins Quituto, casado, residente em Luanda, no Bairro Maculusso, Rua António Saldanha, n.º 29-A, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de serralharia civil, tornearia, ferraria e afins, tem escritório e estabelecimento denominado «Rectificadora Auto Eficiente», situado na Rua do Pisca, n.º 35, Bairro Neves Bendinha.

Por ser verdade se passa a presente certidão que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 28 de Julho de 2004. — O conservador, *ilegível.* (15-14811-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Francisco Lukombo Nduka

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 12 de Outubro de 2011, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 7.225 a folhas 5 do livro B-64, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Francisco Lukombo Nduka, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro dos Pescadores, Casa n.º 8, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho não especificado, tem escritório e estabelecimento denominado «F.L.N. e Filhos», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 19 de Outubro de 2011. — O conservador, *ilegível.* (15-14815-L01)

Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango

CERTIDÃO

Conceição João Luís Mendes

Ana Antónia Agostinho Sebastião Van-Dúnem, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial do SIAC — Zango.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 1 de Setembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 731 a folhas 378, verso do livro B-1, se acha matriculada a comerciante em nome individual Conceição João Luís Mendes, solteira, maior, residente em Luanda, Bairro Km 44, casa sem número, Município de Icolo e Bengo, que usa a firma o seu nome exerce a atividade de comércio a retalho de produtos alimentares, tem escritório e estabelecimento denominados «CONEIÇÃO JOÃO LUÍS MENDES — Comércio Geral», situados no domicílio do comerciante.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, SIAC Zango, a 1 de Setembro de 2015. — A conservadora de 1.ª classe, *ilegível*.

(15-14844-L08)

Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje

CERTIDÃO

Bernardo João Esteves Caputo

Certifico que, a folhas 51 e um sob o n.º 87 do livro B-7, sobre índice pessoal da letra «B» sob o n.º 27 a folhas 5 do livro E, se acha matriculado como comerciante em nome individual.

Bernardo João Esteves Caputo, solteiro, de 24 anos de idade, de nacionalidade angolana, natural de Malanje, Município de Malanje, Província de Malanje, nascido aos 6 de Janeiro de 1991, residente em Malanje.

Exerce a actividade comercial no domínio de serviços prestados, principalmente às empresas diversas não especificadas

Iniciou a sua actividade comercial aos 9 de Fevereiro de 2015, tem como localização no Bairro Catepa nesta Cidade de Malanje.

Denominação «B.J.E.C.».

Para constar, fiz passar a presente certidão, que depois de revista e concertada, vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca de Malanje, aos 6 de Maio de 2015. — O Conservador, *Jorge Paulo Sousa Magalhães.*

(15-14853-L11)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

V.L.Q.G. — Comércio e Restauração

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 87 do livro-diário de 3 de Setembro do corrente ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.483/15, se acha matriculada a comerciante em nome individual Vera Lúcia Quaresma Guimarães, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro da Madeira, Rua Ngola Mbandi, Casa n.º 59, que usa a firma «V.L.Q.G. — Comércio e Restauração», exerce a actividade de restaurantes, comércio a grosso e a retalho de produtos novos em estabelecimentos especializados, tem escritório e estabelecimento denominado «Bistro Restaurante Trevo 4 Folhas», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro da Madeira, Rua Ngola Mbandi, Casa n.º 267.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 3 de Setembro de 2015. — A conservador de 3.ª classe, *ilegível*.

(15-14912-L02)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

RODRIGUES JOÃO KAPEMBA — Comércio a Grosso, Prestação de Serviços, Importação e Exportação

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 79 do livro-diário de 3 de Setembro do corrente ano, à qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.482/15, se acha matriculado o comerciante em nome individual Rodrigues João Kapemba, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Cazenga, casa s/n.º, Zona 18, que usa a firma «RODRIGUES JOÃO KAPEIMBA — Comércio a Grosso, Prestação de Serviços, Importação e Exportação», exerce a actividade de comércio a grosso, a retalho, prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «RODRIGUES JOÃO KAPEMBA — Comércio a Grosso, Prestação de Serviços, Importação e Exportação», situado

em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Cerâmica, Rua Direita da Vila Retranca, Casa n.º 27.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, aos 3 de Setembro de 2015. — O conservador-adjunto, *ilegível.* (15-14913-L02)

Conservatória Registo Comercial de Lobito

CERTIDÃO

Óptica, Relojoaria e Ourivesaria Sá de Maria Alice Madeira Cardoso

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0008.140908;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Óptica, Relojoaria e Ourivesaria Sá de Maria Alice Madeira Cardoso, com o NIF 2112037846, registada sob o n.º 2006.934;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Óptica, Relojoaria e Ourivesaria Sá de Maria Alice Madeira Cardoso;

Identificação Fiscal: 2112037846;

AP.5/2006-03-17 Inscrição

Maria Alice Madeira Cardoso, solteira, maior, residente no Lobito, Rua Casa do Ribatejo, 1.º andar, esquerdo, Bairro da Caponte, usa como firma «Óptica, Relojoaria e Ourivesaria Sá de Maria Alice Madeira Cardoso», exerce o comércio a retalho e prestação de serviços, tem principal estabelecimento comercial e escritório no Lobito, Praceta Tomás Ribeiro, n.º 35, Edifício do Mercado, tendo iniciado as suas operações comerciais em 14 de Março de 2006.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória Registo Comercial de Lobito, aos 8 Setembro de 2014. — O Conservador-Adjunto, *Luís Venâncio Fernandes.* (15-14981-L10)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Mário Jorge de Carvalho Adalberto Pinto

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150817;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Mário Jorge de Carvalho Adalberto Pinto, com o NIF 2454017903, registada sob o n.º 2015/04210100166;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Mário Jorge de Carvalho Adalberto Pinto

Identificação Fiscal: 2454017903;

AP.042101/150817 Matrícula

Mário Jorge de Carvalho Adalberto Pinto, dolteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, jardim do edem, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão., tem o escritório e estabelecimento denominado «MÁRIO JORGE DE CARVALHO ADALBERTO PINTO — Decoração», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, jardim do edem.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 17 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Masengu Mua Mpata

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Masengu Mua Mpata, com o NIF 2454017334, registada sob o n.º 2015/04210100197;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Masengu Mua Mpata

Identificação Fiscal: 2454017334;

AP.042101/150824 Matrícula

Masengu Mua Mpata, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 33, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MASENGU MUA MPATA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 33, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Teodora Mateus Dias dos Santos

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Teodora Mateus Dias dos Santos, com o NIF 2460032684, registada sob o n.º 2015/04210100198;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Teodora Mateus Dias dos Santos

Identificação Fiscal: 2460032684;

AP.042101/150824 Matrícula

Teodora Mateus Dias dos Santos, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «TEODORA MATEUS DIAS DOS SANTOS — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, Anayr da Graça Afonso Jacinto.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Loide de Lemos Cadete Mariano

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Loide de Lemos Cadete Mariano, com o NIF 2460032730, registada sob o n.º 2015/04210100199;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Loide de Lemos Cadete Mariano

Identificação Fiscal: 2460032730;

AP.042101/150824 Matrícula

Loide de Lemos Cadete Mariano, Casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Sapú, s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «LOIDE DE LEMOS CADETE MARIANO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Camama.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Neto José Dala

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Neto José Dala, com o NIF 2454020068, registada sob o n.º 2015/04210100201;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Neto José Dala

Identificação Fiscal: 2454020068;

AP.042101/150825 Matrícula

Neto José Dala, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, Rua-G, casa n.º 178, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «NETO JOSÉ DALA — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, Rua-G Casa n.º 178, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Moisés Alberto Quingue Bumba

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Moisés Alberto

Quingue Bumba, com o NIF 2458011985, registada sob o n.º 2015/04210100202;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Moisés Alberto Quingue Bumba

Identificação Fiscal: 2458011985;

AP.042101/150825 Matrícula

Moisés Alberto Quingue Bumba, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Casa n.º 16, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Professor e trabalhadores similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MOISÉS ALBERTO QUINGUE BUMBA — Serviços de explicação», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, zona-20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Maria Casimiro Delfina Pedro

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria Casimiro Delfina Pedro, com o NIF 245811837, registada sob o n.º 2015/04210100190;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria Casimiro Delfina Pedro

Identificação Fiscal: 245811837;

AP.042101/150824 Matrícula

Maria Casimiro Delfina Pedro, casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro da Corimba, Rua da Samba n.º 29, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA CASIMIRO DELFINA PEDRO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro da Corimba, Rua da Samba n.º 29, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Diógenes Mondlane Costa dos Reis

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Diógenes Mondlane Costa dos Reis, com o NIF 2454019086, registada sob o n.º 2015/04210100191;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Diógenes Mondlane Costa dos Reis

Identificação Fiscal: 2454019086;

AP.042101/150824 Matrícula

Diógenes Mondlane Costa dos Reis, Casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Bondo Chapéu, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «DIÓGENES MONDLANE COSTA DOS REIS — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Bondo Chapéu, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Paulo Martins Domingos

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Paulo Martins Domingos, com o NIF 2464048410, registada sob o n.º 2015/04210100193;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Paulo Martins Domingos

Identificação Fiscal: 2464048410;

AP.042101/150824 Matrícula

Paulo Martins Domingos, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º,

que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «PAULO MARTINS DOMINGOS — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

«Isabel de Almeida e Silva Fortunato

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/141218;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Isabel de Almeida e Silva Fortunato, com o NIF 2460032390, registada sob o n.º 2014/04210100325;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Isabel de Almeida e Silva Fortunato

Identificação Fiscal: 2460032390;

AP.042101/141218 Matrícula

Isabel de Almeida e Silva Fortunato, Solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Nelito Soares, Rua Baltazar Dragão Casa 4 A, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ISABEL DE ALMEIDA E SILVA FORTUNATO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Sapú, Sapú.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Nkoko Lama

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Nkoko Lama, com o NIF 2464048216, registada sob o n.º 2015/04210[illegible];

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva[illegible] o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Nkoko Lama

Identificação Fiscal: 2464048216;

AP.042101/150825 Matrícula

Nkoko Lama, solteiro(a), maior, residente em Luan[illegible] Município de Belas, Bairro Zona Verde 3-Benfica, Rua n.º Casa n.º 1, que usa a firma o seu nome, exerce a activida[illegible] relacionada com Recauchutador, tem o escritório e estab[illegible] lecimento denominado «Nkoko Lama - Recauchotage[illegible] Situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Zon[illegible] Verde 3-Benfica, Rua n.º 43, Casa n.º 1.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depo[illegible] de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BU[illegible] de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador[illegible] *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BU[illegible] de Belas

João Micaela Vicente Domingos

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conform[illegible] o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João Micaela Vicente Domingos, com o NIF 2454017180, registada sob o n.º 2015/04210100192;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

João Micaela Vicente Domingos

Identificação Fiscal: 2454017180;

AP.042101/150824 Matrícula

João Micaela Vicente Domingos, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf II, Rua G s/n.º Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOÃO MICAELA VICENTE DOMINGOS — Serviços de cópias», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf II, Rua G s/n.º, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservadoria. *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Marcos Afonso

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Marcos Afonso, com o NIF 2454017245, registada sob o n.º 2015/04210100204;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marcos Afonso

Identificação Fiscal: 2454017245;

AP.042101/150825 Matrícula

Marcos Afonso, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf II, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARCOS AFONSO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf2, 0.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Romão Luis Gando de Azevedo Ferreira

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Romão Luis Gando de Azevedo Ferreira, com o NIF 2464048500, registada sob o n.º 2015/04210100184;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Romão Luis Gando De Azevedo Ferreira

Identificação Fiscal: 2464048500;

AP.042101/150824 Matrícula

Romão Luis Gando de Azevedo Ferreira, Casado(a), sob regime de bens adquiridos, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Professor e trabalhadores similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ROMÃO LUIS GANDO DE AZEVEDO FERREIRA — Serviços de explicação», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Adriano Bento Gaspar

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150817;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Adriano Bento Gaspar, com o NIF 2454020106, registada sob o n.º 2015/04210100168;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Adriano Bento Gaspar

Identificação Fiscal: 2454020106;

AP.042101/150817 Matrícula

Adriano Bento Gaspar, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Kilamba Kiaxi, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «ADRIANO BENTO GASPAR — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Kilamba Kiaxi, casa s/n.º, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Neusa Fernando Cabonde

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Neusa Fernando Cabonde, com o NIF 2454017024, registada sob o n.º 2015/04210100185;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Neusa Fernando Cabonde
Identificação Fiscal: 2454017024;
AP.042101/150824 Matrícula

Neusa Fernando Cabonde, Solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama 1, Rª s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho de têxteis e de vestuário., tem o escritório e estabelecimento denominado «NEUSA FERNANDO CABONDE — Prestação de serviços de costura», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Margarida Maria Pedro

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Margarida Maria Pedro, com o NIF 2454020130, registada sob o n.º 2015/04210100186;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Margarida Maria Pedro
Identificação Fiscal: 2454020130;
AP.042101/150824 Matrícula

Margarida Maria Pedro, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, zona verde, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «MARGARIDA MARIA PEDRO — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Zona Verde.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Dulcinia Inês Bento Alves de Lima da Silva

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Dulcinia Inês Bento Alves de Lima da Silva, com o NIF 2454018756, registada sob o n.º 2015/04210100187;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Dulcinia Inês Bento Alves de Lima da Silva
Identificação Fiscal: 2454018756;
AP.042101/150824 Matrícula

Dulcinia Inês Bento Alves de Lima da Silva, casado(a) sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica-Matadouro, casa s/nº, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «DULCINIA INÊS BENTO ALVES DE LIMA DA SILVA — Serviços de cópias», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica-Matadouro, casa s/nº

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservadora, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Frederico Kandjundu Tchiwaya

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Frederico Kandjundu Tchiwaya, com o NIF 2464048550, registada sob o n.º 2015/04210100188;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Frederico Kandjundu Tchiwaya
Identificação Fiscal: 2464048550;
AP.042101/150824 Matrícula

Frederico Kandjundu Tchiwaya, solteiro(a), maior, residente em Bié, Município de Andulo, Bairro Benfica, 41, casa s/n.º Zona Verde, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Lavador Auto, tem o

escritório e estabelecimento denominado «FREDERICO KANDJUNDU TCHIWAYA — Prestação de serviços auto limpeza», situado no Bié, Município de Andulo, Bairro Benfca , 41casa s/n.º Zona Verde.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Nkutu Victor Garcia Lukoki

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Nkutu Victor Garcia Lukoki, com o NIF 2402166193, registada sob o n.º 2015/04210100178;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Nkutu Victor Garcia Lukoki

Identificação Fiscal: 2402166193;

AP.042101/150824 Matrícula

Nkutu Victor Garcia Lukoki, casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, Rua 3, Casa n.º 283, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «NKUTU VICTOR GARCIA LUKOKI — Serviços de cópias», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, Rua 3, Casa n.º 283.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Nascimento Bernardo Panda

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Nascimento Bernardo Panda, com o NIF 2464050261, registada sob o n.º 2015/04210100179;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Nascimento Bernardo Panda

Identificação Fiscal: 2464050261;

AP.042101/150824 Matrícula

Nascimento Bernardo Panda, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, Rua D, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «NASCIMENTO BERNARDO PANDA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Rua D, Casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

João Miguel

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João Miguel, com o NIF 2454020831, registada sob o n.º 2015/04210100180;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

João Miguel

Identificação Fiscal: 2454020831;

AP.042101/150824 Matrícula

João Miguel, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, rua s/n.º, Casa n.º 19 Z-20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Recauchutador, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOÃO MIGUEL — Recauchotagem», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, Rua s/n.º, Casa n.º 19, Z-20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Dianini Fernandes da Cunha

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Dianini Fernandes da Cunha, com o NIF 2460032170, registada sob o n.º 2015/04210100181;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Dianini Fernandes da Cunha

Identificação Fiscal: 2460032170;

AP.042101/150824 Matrícula

Dianini Fernandes da Cunha, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Morro Bento, casa s/n.º, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «DIANINI FERNANDES DA CUNHA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo, Futungo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

António Miguel Morais

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual António Miguel Morais, com o NIF 2454018810, registada sob o n.º 2015/04210100182;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

António Miguel Morais

Identificação Fiscal: 2454018810;

AP.042101/150824 Matrícula

António Miguel Morais, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, casa s/n.º Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «ANTÓNIO MIGUEL MORAIS — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, casa s/n.º, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Razão João Massonito

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Razão João Massonito, com o NIF 2464048380, registada sob o n.º 2015/04210100205;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Razão João Massonito

Identificação Fiscal: 2464048380;

AP.042101/150825 Matrícula

Razão João Massonito, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Fubú, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Alfaiate, tem o escritório e estabelecimento denominado «RAZÃO JOÃO MASSONITO — Alfaiataria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Fubú, casa s/n.º, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Carlos Alfredo Albino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Carlos Alfredo Albino, com o NIF 2464048208, registada sob o n.º 2015/04210100183;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Carlos Alfredo Albino
Identificação Fiscal: 2464048208;
AP.042101/150824 Matrícula

Carlos Alfredo Albino, casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua General Monteiro n.º 106, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «CARLOS ALFREDO ALBINO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua General Monteiro n.º 106.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Ana Maria Brandão Cahalo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Ana Maria Brandão Cahalo, com o NIF 2460032358, registada sob o n.º 2015/04210100170;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Ana Maria Brandão Cahalo
Identificação Fiscal: 2460032358;
AP.042101/150824 Matrícula

Ana Maria Brandão Cahalo, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo, Avª. 21 de Janeiro, Casa n.º 600, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ANA MARIA BRANDÃO CAHALO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Benfica.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Edilson Gilberto Justino Manuel

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150821;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Edilson Gilberto Justino Manuel, com o NIF 2454018055, registada sob o n.º 2015/04210100169;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Edilson Gilberto Justino Manuel
Identificação Fiscal: 2454018055;
AP.042101/150821 Matrícula

Edilson Gilberto Justino Manuel, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro nova vida, 49, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «EDILSON GILBERTO JUSTINO MANUEL — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro nova vida, 49.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Franqueira Zeferino Viega

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Franqueira Zeferino Viega, com o NIF 2464048399, registada sob o n.º 2015/04210100171;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Franqueira Zeferino Viega
Identificação Fiscal: 2464048399;
AP.042101/150824 Matrícula

Franqueira Zeferino Viega, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «FRANQUEIRA

ZEFERINO VIEGA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Talatona, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Ananias Mateus Francisco Gonçalves

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Ananias Mateus Francisco Gonçalves, com o NIF 2454017946, registada sob o n.º 2015/04210100172;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Ananias Mateus Francisco Gonçalves

Identificação Fiscal: 2454017946;

AP.042101/150824 Matrícula

Ananias Mateus Francisco Gonçalves, Solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Cassenda, Rua 18, Casa n.º 14, Zona 6, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Actividades Fotográficas., tem o escritório e estabelecimento denominado «ANANIAS MATEUS FRANCISCO GONÇALVES — Serviços de fotografia», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Cassenda, Rua 18, Casa n.º 14, Zona 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Cristina Ekuva Candeia

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cristina Ekuva Candeia, com o NIF 2454021137, registada sob o n.º 2015/04210100173;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cristina Ekuva Candeia

Identificação Fiscal: 2454021137;

AP.042101/150824 Matrícula

Cristina Ekuva Candeia, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Saneamento, Casa n.ºs 61-63, Zona 2, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho de outros artigos para o lar, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «CRISTINA EKUVA CANDEIA — Decoração», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Saneamento, Casa n.ºs 61-63, Zona 2.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Luís Muturi Chimina

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Luís Muturi Chimina, com o NIF 2464048178, registada sob o n.º 2015/04210100174;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Luís Muturi Chimina

Identificação Fiscal: 2464048178;

AP.042101/150824 Matrícula

Luís Muturi Chimina, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Cidade do Kilamba, Edifício W28, 4.º andar, Apt.º 42, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Lavador Auto, tem o escritório e estabelecimento denominado «LUÍS MUTURI CHIMINA — Prestação de serviços auto limpeza», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Cidade do Kilamba, Edifício W28, 4.º andar, Apt.º42.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Martins Massua

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Martins Massua, com o NIF 2454018047, registada sob o n.º 2015/04210100175;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Martins Massua

Identificação Fiscal: 2454018047;

AP.042101/150824 Matrícula

Martins Massua, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARTINS MASSUA — Serviços de cópias», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Miguel Severino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Miguel Severino, com o NIF 2454020092, registada sob o n.º 2015/04210100176;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Miguel Severino

Identificação Fiscal: 2454020092;

AP.042101/150824 Matrícula

Miguel Severino, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo, Fuitungo, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «MIGUEL SEVERINO — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo, Fuitungo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Augusto Armando Manuel

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150824;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Augusto Armando Manuel, com o NIF 2454018314, registada sob o n.º 2015/04210100177;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Augusto Armando Manuel

Identificação Fiscal: 2454018314;

AP.042101/150824 Matrícula

Augusto Armando Manuel, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione Mucune, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «AUGUSTO ARMANDO MANUEL — Venda de bens alimentares», situado en Luanda, Município de Belas, Bairro Simione Mucune, casa s/n.º, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 24 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Adilson Manuel Paulo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150616;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Adilson Manuel

Paulo, com o NIF 2460032536, registada sob o n.º 2015/04210100145;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Adilson Manuel Paulo

Identificação Fiscal: 2460032536;

AP.042101/150616 Matrícula

Adilson Manuel Paulo, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Casa n.º 732, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ADILSON MANUEL PAULO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Progresso, Casa n.º 732.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

António Sapalo Paulo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual António Sapalo Paulo, com o NIF 2464048518, registada sob o n.º 2015/04210100206;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

António Sapalo Paulo

Identificação Fiscal: 2464048518;

AP.042101/150825 Matrícula

António Sapalo Paulo, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ANTÓNIO SAPALO PAULO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Conceição Pedro Francisco Daniel

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150[illegible];

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Conceição Pedro Francisco Daniel, com o NIF 2464048[illegible], registada sob o n.º 2015/04210100207;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Conceição Pedro Francisco Daniel

Identificação Fiscal: 2464048275;

AP.042101/150825 Matrícula

Conceição Pedro Francisco Daniel, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Cabeleireiro e similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «CONCEIÇÃO PEDRO FRANCISCO DANIEL — Cabeleireiro e similares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservadora, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Maria Filomena Vaz Contreiras

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria Filomena Vaz Contreiras, com o NIF 2454022745, registada sob o n.º 2015/04210100208;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria Filomena Vaz Contreiras

Identificação Fiscal: 2454022745;

AP.042101/150825 Matrícula

Maria Filomena Vaz Contreiras, Divorciado(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Maianga, R.ª Helder Neto n.º 24, 2.º esq., que usa a firma o seu nome,

exerce a actividade relacionada com Lavadeiro, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA FILOMENA VAZ CONTREIRAS — Lavandaria e similar», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Lar patriota, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Monteiro Bunga

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Monteiro Bunga, com o NIF 2454020424, registada sob o n.º 2015/04210100209;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Monteiro Bunga

Identificação Fiscal: 2454020424;

AP.042101/150825 Matrícula

Monteiro Bunga, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Vila Estoril, Casa n.º 12, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, n.e., tem o escritório e estabelecimento denominado «MONTEIRO BUNGA — Confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, 12.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Pascoal Alberto Jorge

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150825;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Pascoal Alberto Jorge, com o NIF 2454023741, registada sob o n.º 2015/04210100210;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Pascoal Alberto Jorge

Identificação Fiscal: 2454023741;

AP.042101/150825 Matrícula

Pascoal Alberto Jorge, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, casa s/n.º Sector 13, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Carpinteiro em geral, tem o escritório e estabelecimento denominado «PASCOAL ALBERTO JORGE — Carpintaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Simione, casa s/n.º Sector 13.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 25 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Matondo Matano

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150811;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Matondo Matano, com o NIF 2464048534, registada sob o n.º 2015/04210100165;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Matondo Matano

Identificação Fiscal: 2464048534;

AP.042101/150811 Matrícula

Matondo Matano, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Chimbicato, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MATONDO MATANO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Chimbicato, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 11 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Jacilda Marlice Quisa Pinto

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150827;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jacilda Marlice Quisa Pinto, com o NIF 2458008321, registada sob o n.º 2015/04210100211;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jacilda Marlice Quisa Pinto

Identificação Fiscal: 2458008321;

AP.042101/150827 Matrícula

Jacilda Marlice Quisa Pinto, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, Casa n.º 23, Zona 14, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Pasteleiro, tem o escritório e estabelecimento denominado «JACILDA MARLICE QUISA PINTO — Pastelaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, Casa n.º 23 Zona 14.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 27 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Fernando Francisco António

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150616;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Fernando Francisco António, com o NIF 2454014432, registada sob o n.º 2015/04210100160;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Fernando Francisco António

Identificação Fiscal: 2454014432;

AP.042101/150616 Matrícula

Fernando Francisco António, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Casa n.º 37, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Recauchutador, tem o escritório e estabelecimento denominado «FERNANDO FRANCISCO ANTÓNIO — Recauchotagem», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Casa n.º 37, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 10 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Álvaro Maingui Dungue

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150828;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Álvaro Maingui Dungue, com o NIF 2454019990, registada sob o n.º 2015/04210100212;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Álvaro Maingui Dungue

Identificação Fiscal: 2454019990;

AP.042101/150828 Matrícula

Álvaro Maingui Dungue, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Jardim do Eden, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «ÁLVARO MAINGUI DUNGUE — Serviços de cópias», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Jardim do Eden.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 28 de Agosto de 2015. — A/O Conservadora, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Kingebeni Hordi Lumeca

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150817;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Kingebeni Hordi Lumeca, com o NIF 2454017695, registada sob o n.º 2015/04210100167;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Kingebeni Hordi Lumeca
Identificação Fiscal: 2454017695;
AP.042101/150817 Matrícula

Kingebeni Hordi Lumeca, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Neves Bendinha, Rua Teixeira de Sousa s/n.º Z.12, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão., tem o escritório e estabelecimento denominado «KINGEBENI HORDI LUMECA — Decoração», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Neves Bendinha, Rua Teixeira de Sousa s/n.º Z.12.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 28 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Maria António Filho

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150828;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria António Filho, com o NIF 2454017725, registada sob o n.º 2015/04210100213;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Maria António Filho
Identificação Fiscal: 2454017725;
AP.042101/150828 Matrícula

Maria António Filho, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, Travessa 9, casa s/n.º, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA ANTÓNIO FILHO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, Travessa 9, casa s/n.º, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 28 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Domingos Benjamim Malungo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150828;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Domingos Benjamim Malungo, com o NIF 2454018578, registada sob o n.º 2015/04210100214;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Domingos Benjamim Malungo
Identificação Fiscal: 2454018578;
AP.042101/150828 Matrícula

Domingos Benjamim Malungo, casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º C 36, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Marceneiro e trabalhadores similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «DOMINGOS BENJAMIM MALUNGO — Marcenaria e afins», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º C 36, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 28 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Maria Manuela Domingos Matari

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150828;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria Manuela Domingos Matari, com o NIF 2464048445, registada sob o n.º 2015/04210100215;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Maria Manuela Domingos Matari
Identificação Fiscal: 2464048445;
AP.042101/150828 Matrícula

Maria Manuela Domingos Matari, Divorciado(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama I, Casa n.º 93-94, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quintandeira-venda de vestuário,

tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA MANUELA DOMINGOS MATARI — Venda de vestuário», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama I, Casa n.º 93-94.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 28 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Gerson Manuel Gola Mucaji

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150831;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Gerson Manuel Gola Mucaji, com o NIF 245401462, registada sob o n.º 2015/04210100216;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Gerson Manuel Gola Mucaji

Identificação Fiscal: 245401462;

AP.042101/150831 Matrícula

Gerson Manuel Gola Mucaji, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Cassenda, Rua 6, casa s/n.º, Zona 6, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão., tem o escritório e estabelecimento denominado «GERSON MANUEL GOLA MUCAJI — Decoração», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Cassenda, Rua 6, casa s/n.º, Zona 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 31 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Anayr da Graça Afonso Jacinto.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Yuma Barbosa Cid Baptista dos Santos

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150831;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Yuma Barbosa Cid Baptista dos Santos, com o NIF 246404857, registada sob o n.º 2015/04210100217;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Yuma Barbosa Cid Baptista dos Santos

Identificação Fiscal: 2464048577;

AP.042101/150831 Matrícula

Yuma Barbosa Cid Baptista dos Santos, Casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Nelito Soares, Rua de Portugalia n.º 42, Zona 11, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Pasteleiro, tem o escritório e estabelecimento denominado «YUMA BARBOSA CID BAPTISTA DOS SANTOS — Pastelaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Nelito Soares, Rua de Portugalia n.º 42, Zona 11.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 31 de Agosto de 2015. — A/O Conservadoria, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Horácio Lourenço Sabino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150831;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Horácio Lourenço Sabino, com o NIF 2458012078, registada sob o n.º 2015/04210100218;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Horácio Lourenço Sabino

Identificação Fiscal: 2458012078;

AP.042101/150831 Matrícula

Horácio Lourenço Sabino, Casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 12, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «HORÁCIO LOURENÇO SABINO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 31 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Joaquim Fernando

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150831;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Joaquim Fernando, com o NIF 2464048283, registada sob o n.º 2015/04210100219;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Joaquim Fernando

Identificação Fiscal: 2464048283;

AP.042101/150831 Matrícula

Joaquim Fernando, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 63, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Cabeleireiro e similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOAQUIM FERNANDO — Cabeleireiro e similares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Casa n.º 63 Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 31 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Monteiro António Gabriel

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150831;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Monteiro António Gabriel, com o NIF 2464048240, registada sob o n.º 2015/04210100220;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Monteiro António Gabriel

Identificação Fiscal: 2464048240;

AP.042101/150831 Matrícula

Monteiro António Gabriel, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MONTEIRO ANTÓNIO GABRIEL — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 31 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Nayr Flávia Monteiro Diogo Lima

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150831;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Nayr Flávia Monteiro Diogo Lima, com o NIF 2464048593, registada sob o n.º 2015/04210100221;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Nayr Flávia Monteiro Diogo Lima

Identificação Fiscal: 2464048593;

AP.042101/150831 Matrícula

Nayr Flávia Monteiro Diogo Lima, Casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Maculusso, Bº Murro Bento casa s/n.º Z.ª 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Lavadeiro, tem o escritório e estabelecimento denominado «NAYR FLÁVIA MONTEIRO DIOGO LIMA — Lavandaria e similar», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Futungo, Morro Bento.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 31 de Agosto de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

José Francisco Garcia

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual José Francisco

Garcia, com o NIF 2464048321, registada sob o n.º 2015/04210100222;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

José Francisco Garcia

Identificação Fiscal: 2464048321;

AP.042101/150902 Matrícula

José Francisco Garcia, casado(a), sob regime de bens adquiridos, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Vila estóril, Casa n.º 43, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Montadores de Aparelhos Electrónicos, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOSÉ FRANCISCO GARCIA — Serviços de electrónica», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Vila estóril, Con Casa nº 43.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 2 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Tuka Fula Camioca Quiangala

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Tuka Fula Camioca Quiangala, com o NIF 2464048526, registada sob o n.º 2015/04210100226;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Tuka Fula Camioca Quiangala

Identificação Fiscal: 2464048526;

AP.042101/150902 Matrícula

Tuka Fula Camioca Quiangala, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º , que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Montadores de Aparelhos Electrónicos, tem o escritório e estabelecimento denominado «TUKA FULA CAMIOCA QUIANGALA — Serviços de electrónica», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 2 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Alfredo Eugénio Zua Neves

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Alfredo Eugénio Zua Neves, com o NIF 245417920, registada sob n.º 2015/04210100224;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Alfredo Eugénio Zua Neves

Identificação Fiscal: 245417920;

AP.042101/150902 Matrícula

Alfredo Eugénio Zua Neves, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, Casa n.º 57, Zona 21, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ALFREDO EUGÉNIO ZUA NEVES — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Calemba II, Casa n.º 57, Zona 21.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 2 de Setembro de 2015. — A/O Conservadora, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Eliseu Chissolossi Senje

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Eliseu Chissolossi Senje, com o NIF 2464048330, registada sob o n.º 2015/04210100228;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Eliseu Chissolossi Senje

Identificação Fiscal: 2464048330;

AP.042101/150902 Matrícula

Eliseu Chissolossi Senje, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Chicala II, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório

e estabelecimento denominado «ELISEU CHISSOLOSSI SENJE — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama II, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 2 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Jorge Paulo Aragão Uzo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jorge Paulo Aragão Uzo, com o NIF 2460032943, registada sob o n.º 2015/04210100227;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jorge Paulo Aragão Uzo

Identificação Fiscal: 2460032943;

AP.042101/150902 Matrícula

Jorge Paulo Aragão Uzo, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua dos Presidentes Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «JORGE PAULO ARAGÃO UZO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Benfica.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 2 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Filomena Paula Frazão Barbêdo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Filomena Paula Frazão Barbêdo, com o NIF 2464048569, registada sob o n.º 2015/04210100223;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Filomena Paula Frazão Barbêdo

Identificação Fiscal: 2464048569;

AP.042101/150902 Matrícula

Filomena Paula Frazão Barbêdo, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «FILOMENA PAULA FRAZÃO BARBÊDO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 2 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Paulo dos Santos Rodrigues Vilar

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150904;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Paulo dos Santos Rodrigues Vilar, com o NIF 2454020602, registada sob o n.º 2015/04210100229;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Paulo dos Santos Rodrigues Vilar

Identificação Fiscal: 2454020602;

AP.042101/150904 Matrícula

Paulo dos Santos Rodrigues Vilar, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, Vila kiaxi, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «PAULO DOS SANTOS RODRIGUES VILAR — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro camama, Vila kiaxi.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Isidro Manuel Fonseca

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150128;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Isidro Manuel Fonseca, com o NIF 2454017083, registada sob o n.º 2015/04210100105;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Isidro Manuel Fonseca

Identificação Fiscal: 2454017083;

AP.042101/150128 Matrícula

Isidro Manuel Fonseca, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Morro Bento, casa s/n.º Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ISIDRO MANUEL FONSECA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Morro Bento, Casa s/n.º, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Maria Tchemba Jacob Albino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150904;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria Tchemba Jacob Albino, com o NIF 2464048488, registada sob o n.º 2015/04210100230;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria Tchemba Jacob Albino

Identificação Fiscal: 2464048488;

AP.042101/150904 Matrícula

Maria Tchemba Jacob Albino, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Dangerré, casa s/n.º Zona 6, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Pescador, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA TCHEMBA JACOB ALBINO — Pesca», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Dangerré, casa s/n.º, Zona 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial De Luanda — BUE de Belas

Joaquina Manuel Jacasso

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150902;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Joaquina Manuel Jacasso, com o NIF 2464048461, registada sob o n.º 2015/04210100225;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Joaquina Manuel Jacasso

Identificação Fiscal: 2464048461;

AP.042101/150902 Matrícula

Joaquina Manuel Jacasso, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Mussulo, Casa n.º 1, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Pescador, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOAQUINA MANUEL JACASSO — Pesca», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Mussulo, Casa n.º 1.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial De Luanda — BUE de Belas

Helena Marlene Sanjengo Chambata

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150903;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Helena Marlene Sanjengo Chambata, com o NIF 2464048470, registada sob o n.º 2015/04210100232;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Helena Marlene Sanjengo Chambata
Identificação Fiscal: 2464048470;
AP.042101/150904 Matrícula

Helena Marlene Sanjengo Chambata, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Fubú, R.ª 2, Casa n.º 1, Zona 20, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «HELENA MARLENE SANJENGO CHAMBATA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Fubú, R.ª 2, Casa n.º 1, Zona 20.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Bernardo Ukweseka Tchimuku

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150904;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Bernardo Ukweseka Tchimuku, com o NIF 2464048585, registada sob o n.º 2015/04210100233;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Bernardo Ukweseka Tchimuku
Identificação Fiscal: 2464048585;
AP.042101/150904 Matrícula

Bernardo Ukweseka Tchimuku, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Morro da Luz, Casa n.º 6, Zona 6, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «BERNARDO UKWESEKA TCHIMUKU — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Morro da Luz, Casa n.º 6, Zona 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Yurguem Klismani Cruz Contreiras de Vasconcelos

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150904;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Yurguem Klismani Cruz Contreiras de Vasconcelos, com o NIF 2464050288, registada sob o n.º 2015/04210100235;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Yurguem Klismani Cruz Contreiras de Vasconcelos
Identificação Fiscal: 2464050288;
AP.042101/150904 Matrícula

Yurguem Klismani Cruz Contreiras de Vasconcelos, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Jardim do Ede, Rua de Leão, Casa n.º 35, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quintandeira-venda de vestuário, tem o escritório e estabelecimento denominado «YURGUEM KLISMANI CRUZ CONTREIRAS DE VASCONCELOS — Venda de vestuário», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Jardim do Ede, Rua de Leão Casa n.º 35.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Bibiana Gabriel Ngombo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150904;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Bibiana Gabriel Ngombo, com o NIF 2464048348, registada sob o n.º 2015/04210100236;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Bibiana Gabriel Ngombo
Identificação Fiscal: 2464048348;
AP.042101/150904 Matrícula

Bibiana Gabriel Ngombo, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Rua 13, Casa n.º 8, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade

relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «BIBIANA GABRIEL NGOMBO — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Camama, Rua 13, Casa n.º 8.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Marcelina Gaspar Diogo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150904;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Marcelina Gaspar Diogo, com o NIF 2464048291, registada sob o n.º 2015/04210100231;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marcelina Gaspar Diogo

Identificação Fiscal: 2464048291;

AP.042101/150904 Matrícula

Marcelina Gaspar Diogo, Solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quintandeira-venda de vestuário, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARCELINA GASPAR DIOGO — Venda de vestuário», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Golf 2, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 4 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *Carolina João Francisco.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Engrácia Canga Lopes Pereira

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150907;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Engrácia Canga Lopes Pereira, com o NIF 2454020599, registada sob o n.º 2015/04210100238;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Engrácia Canga Lopes Pereira

Identificação Fiscal: 2454020599;

AP.042101/150907 Matrícula

Engrácia Canga Lopes Pereira, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Comércio a retalho de pão, produtos de pastelaria e de confeitaria., tem o escritório e estabelecimento denominado «ENGRÁCIA CANGA LOPES PEREIRA - Pastelaria e confeitaria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 7 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

Gaspar de Sousa

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150907;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Gaspar de Sousa, com o NIF 2464048259, registada sob o n.º 2015/04210100239;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Gaspar de Sousa

Identificação Fiscal: 2464048259;

AP.042101/150907 Matrícula

Gaspar de Sousa, Casado(a), sob regime de bens adquiridos, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua 44, Casa n.º 41, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Cabeleireiro e similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «GASPAR DE SOUSA — Cabeleireiro e similares», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua 44, Casa n.º 41.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 8 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas

João António Fragoso Chingu

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 042101/150908;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João António Fragoso Chingu, com o NIF 2464048356, registada sob o n.º 2015/04210100240;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

João António Fragoso Chingu

Identificação Fiscal: 2464048356;

AP.042101/150908 Matrícula

João António Fragoso Chingu, Casado(a), sob regime de bens adquiridos, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Bairro Ramiro, casa s/n.º Sector D, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Alfaiate, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOÃO ANTÓNIO FRAGOSO CHINGU — Alfaiataria», situado em Luanda, Município de Belas, Bairro Ramiro, casa s/n.º Sector D.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE de Belas, aos 8 de Setembro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kwanza Sul — BUE de Porto Amboim

Marcelina João Correia

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/141025;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Marcelina João Correia, com o NIF 2601041285, registada sob o n.º 2014/06070100003;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marcelina João Correia

Identificação Fiscal: 2601041285;

AP.060701/141025 Matrícula

Marcelina João Correia, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Cazenga, Bairro Cazenga, Casa n.º 721 Zona 18, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARCELINA JOÃO CORREIA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Porto Amboim, Bairro Cazenga, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 25 de Outubro de 2014. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kwanza Sul — BUE de Porto Amboim

Humberto Monteiro Manuel Paulino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/141204;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Humberto Monteiro Manuel Paulino, com o NIF 2613003855, registada sob o n.º 2014/06070100002;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Humberto Monteiro Manuel Paulino

Identificação Fiscal: 2613003855;

AP.060701/141204 Matrícula

Humberto Monteiro Manuel Paulino, solteiro(a), maior, residente em Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona A, Rua José Sabino s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Marceneiro e trabalhadores similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «HUMBERTO MONTEIRO MANUEL PAULINO — Marcenaria e afins», situado em Kwanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Bairro do tango, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim, aos 10 de Dezembro de 2014. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kwanza Sul — BUE de Porto Amboim

Eduardo Joaquim Francisco

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/141208;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Eduardo Joaquim Francisco, com o NIF 2613003847, registada sob o n.º 2014/06070100006;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Eduardo Joaquim Francisco

Identificação Fiscal: 2613003847;

AP.060701/141208 Matrícula

Eduardo Joaquim Francisco, solteiro(a), maior, residente em Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Cazua, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Coreógrafo, tem o escritório e estabelecimento denominado «EDUARDO JOAQUIM FRANCISCO — Coreografia», situado no Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Bairro Zona A, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim, aos 8 de Dezembro de 2014. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim

Alda Uracelma Barbosa Lopes

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/141204;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Alda Uracelma Barbosa Lopes, com o NIF 2613003871, registada sob o n.º 2014/06070100005;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Alda Uracelma Barbosa Lopes

Identificação Fiscal: 2613003871;

AP.060701/141204 Matrícula

Alda Uracelma Barbosa Lopes, solteiro(a), maior, residente em Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona C, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Cabeleireiro e similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «ALDA URACELMA BARBOSA LOPES — Cabeleireiro e similares», situado no Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Bairro da Cazua, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim, aos 4 de Dezembro de 2014. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim

Maria da Conceição Tomás André

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/141204;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria da Conceição Tomás André, com o NIF 2613003880, registada sob o n.º 2014/06070100004;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria da Conceição Tomás André

Identificação Fiscal: 2613003880;

AP.060701/141204 Matrícula

Maria da Conceição Tomás André, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Bairro Ingombotas, Rua 1.º Congresso n.º 34-8.º, 1 Z.ª 4, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Professor e trabalhadores similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA DA CONCEIÇÃO TOMÁS ANDRÉ — Serviços de explicação», situado em Luanda, Município de Porto Amboim, Bairro Bumba, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 4 de Dezembro de 2014. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim

Malawu Pedro

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/141210;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual MALAWU PEDRO, com o NIF 2464017728, registada sob o n.º 2014/06070100007;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

MALAWU PEDRO

Identificação Fiscal: 2464017728;

AP.060701/141210 Matrícula

Malawu Pedro, casado(a), sob regime de comunhão geral, maior, residente em Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona C, Casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Electricista, tem

o escritório e estabelecimento denominado «MALAWU PEDRO — Electricidade», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona C, Rua Viriato da Cruz.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 10 de Dezembro de 2014. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim

João Cussengueta

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150105;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João Cussengueta, com o NIF 2613003910, registada sob o n.º 2015/06070100005;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

João Cussengueta

Identificação Fiscal: 2613003910;

AP.060701/150105 Matrícula

João Cussengueta, solteiro(a), maior, residente em Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro LEQUELA — Cazua, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOÃO CUSSENGUETA — Venda de bens alimentares», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Bairro 4 de Fevereiro, do Parque.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 5 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim

Marcelina Francisco Gonçalves Caetano

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150105;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Marcelina Francisco Goncalves Caetano, com o NIF 2464017736, registada sob o n.º 2015/06070100004;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Marcelina Francisco Goncalves Caetano

Identificação Fiscal: 2464017736;

AP.060701/150105 Matrícula

Marcelina Francisco Gonçalves Caetano, solteiro(a), maior, residente em Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Medungue, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quintandeira-venda de vestuário, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARCELINA FRANCISCO GONÇALVES CAETANO — Venda de vestuário», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona B, Viriato da Cruz.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 5 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim

João Jacinto Serafim Sabino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150115;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João Jacinto Serafim Sabino, com o NIF 2613003936, registada sob o n.º 2015/06070100006;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

João Jacinto Serafim Sabino

Identificação Fiscal: 2613003936;

AP.060701/150115 Matrícula

João Jacinto Serafim Sabino, solteiro(a), maior, residente em Kuanza Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Luta Continua, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Montadores de Aparelhos Electrónicos, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOÃO JACINTO SERAFIM SABINO — Serviços de electrónica», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Cauila, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 15 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim

Víctor Manuel Cafranca

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150105;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Víctor Manuel Cafranca, com o NIF 2613003944, registada sob o n.º 2015/06070100001;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Víctor Manuel Cafranca

Identificação Fiscal: 2613003944;

AP.060701/150105 Matrícula

Víctor Manuel Cafranca, solteiro(a), maior, residente em Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona C, Casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «VÍCTOR MANUEL CAFRANCA — Venda de bens alimentares», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Cassuada, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 5 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim

Gisela Ana Cláudia Jorge Fernando

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150105;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Gisela Ana Claúdia Jorge Fernando, com o NIF 2613003952, registada sob o n.º 2015/06070100002;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Gisela Ana Claúdia Jorge Fernando

Identificação Fiscal: 2613003952;

AP.060701/150105 Matrícula

Gisela Ana Cláudia Jorge Fernando, solteiro(a), maior, residente no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona B, R.º dos Estudante Casa n.º 56, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «GISELA ANA CLÁUDIA JORGE FERNANDO — Serviços de cópias», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Zona B, dos Estudantes.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim, aos 5 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim

Mariquinhas Fernando Carlos de Oliveira

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150116;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Mariquinhas Fernando Carlos de Oliveira, com o NIF 2613003995, registada sob o n.º 2015/06070100010;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Mariquinhas Fernando Carlos de Oliveira

Identificação Fiscal: 2613003995;

AP.060701/150116 Matrícula

Mariquinhas Fernando Carlos de Oliveira, solteiro(a), maior, residente em Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Luta Continua, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Cabeleireiro e similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIQUINHAS FERNANDO CARLOS DE OLIVEIRA — Cabeleireiro e similares», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Luta Continua, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim, aos 16 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim

Jaime Hermenegildo Chilumbo Quessongo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150116;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jaime Hermenegildo

Chilumbo Quessongo, com o NIF 2613003960, registada sob o n.º 2015/06070100014;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jaime Hermenegildo Chilumbo Quessongo

Identificação Fiscal: 2613003960;

AP.060701/150116 Matrícula

Jaime Hermenegildo Chilumbo Quessongo, solteiro(a), maior, residente em Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Tango, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «JAIME HERMENEGILDO CHILUMBO QUESSONGO — Serviços de cópias», situado no Kuanza-Sul, Município de Porto Amboim, Bairro Tango, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Sul — BUE de Porto Amboim, aos 16 de Janeiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim

Maria Amélia Mendes Adriano Paulino

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 060701/150728;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Maria Amélia Mendes Adriano Paulino, com o NIF 2613004037, registada sob o n.º 2015/06070100015;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria Amélia Mendes Adriano Paulino

Identificação Fiscal: 2613004037;

AP.060701/150728 Matrícula

Maria Amélia Mendes Adriano Paulino, Casado(a), sob regime de bens adquiridos, maior, residente em Luanda, Município de Cazenga, Bairro Hoji-Ya-Henda, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Cabeleireiro e similares, tem o escritório e estabelecimento denominado «MARIA AMÉLIA MENDES ADRIANO PAULINO — Cabeleireiro e similares», situado em Luanda, Município de Porto Amboim, Bairro Lila, Principal.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Sul — BUE de Porto Amboim, aos 28 de Julho de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I

Isabel Chitula Matito

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 140101/150730;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Isabel Chitula Matito, com o NIF 2464054364, registada sob o n.º 2015/14010100369;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Isabel Chitula Matito

Identificação Fiscal: 2464054364;

AP.140101/150730 Matrícula

Isabel Chitula Matito, solteiro(a), maior, residente em Namibe, Município de Tômbwa (ex. Porto Alexandre), Bairro Cdte Gika, casa n.º 10, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Vendedor Ambulante, tem o escritório e estabelecimento denominado «ISABEL CHITULA MATITO — Venda ambulante», situado no Namibe, Município de Tômbwa (ex. Porto Alexandre), Bairro Cdte Gika, Casa n.º 10.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I, aos 30 de Julho de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I

Carlos Manuel Caponde

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 140101/150730;

c) Que foi extraida do registo respeitante ao comerciante em nome individual Carlos Manuel Caponde, com o NIF 2464054372, registada sob o n.º 2015/14010100370;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Carlos Manuel Caponde

Identificação Fiscal: 2464054372;

AP.140101/150730 Matrícula

Carlos Manuel Caponde, solteiro(a), maior, residente em Namibe, Município de Bibala, Bairro das Mangueiras, casa

s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Fotocopista, tem o escritório e estabelecimento denominado «CARLOS MANUEL CAPONDE — Serviços de cópias», situado no Namibe, Município de Bibala, Bairro das Mangueiras, casa s/n.º

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I, aos 30 de Julho de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I

Francisco Corrente

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 140101/150730;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Francisco Corrente, com o NIF 2464054402, registada sob o n.º 2015/14010100371;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Francisco Corrente

Identificação Fiscal: 2464054402;

AP.140101/150730 Matrícula

Francisco Corrente, solteiro(a), maior, residente em Namibe, Município de Tômbwa (ex. Porto Alexandre), Bairro Comandante Gika, Casa n.º 10, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Mensageiro, tem o escritório e estabelecimento denominado «FRANCISCO CORRENTE — Serviços de entrega de correios e correspondencia», situado no Namibe, Município de Tômbwa (ex. Porto Alexandre), Bairro Comandante Gika, Comandante Gika.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Namibe — BUE de Namibe I, aos 30 de Julho de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Norte — BUE de Cazengo (Ndalatando)

João José Gaspar da Silva

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 050101/150224;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João José Gaspar da Silva, com o NIF 2501017706, registada sob o n.º 2015/05010100071;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

João José Gaspar da Silva

Identificação Fiscal: 2501017706;

AP.050101/150224 Matrícula

João José Gaspar da Silva, solteiro(a), maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Capalanga, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «JOÃO JOSÉ GASPAR DA SILVA — Venda de bens alimentares», situado em Luanda, Município de Golungo Alto, Bairro Cabinda do Golungo, 00.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Norte — BUE de Cazengo (Ndalatando), aos 15 de Junho de 2012. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza Norte — BUE de Cazengo (Ndalatando)

Jorge António João Ebo

a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 050101/150219;

c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jorge António João Ebo, com o NIF 2501012232, registada sob o n.º 2015/05010100040;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jorge António João Ebo

Identificação Fiscal: 2501012232;

AP.050101/150219 Matrícula

Jorge António João Ebo, solteiro(a), maior, residente em Kuanza Norte, Município de Cazengo, Bairro Cidade, Rua de Ndalatando, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade relacionada com Quitandeira-venda de bens alimentares, tem o escritório e estabelecimento denominado «JORGE ANTÓNIO JOÃO EBO — Venda de bens alimentares», situado no Kuanza-Norte, Município de Cazengo, Bairro kilamba kiaxi, Rua de Ndalatando.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Kuanza-Norte — BUE de Cazengo (Ndalatando), aos 19 de Fevereiro de 2015. — A/O Conservador/a, *ilegível.*

O. E. 853 - 9/180 - 180 ex. - I.N.-E.P. - 2015